Revista de Cultura Nacionalista

Director: Antonio Sardinha

Secretário: Manuel Murias

Proprietário e editor: José Fernandes Júnior

N.º 1

1924 — 3.ª Serie

Redacção, Administração, Comp. e Impressão
Rua da Horta Sêca — 7 — 1.º Lisboa.

Nação Portuguesa

Revista de Cultura Nacionalista

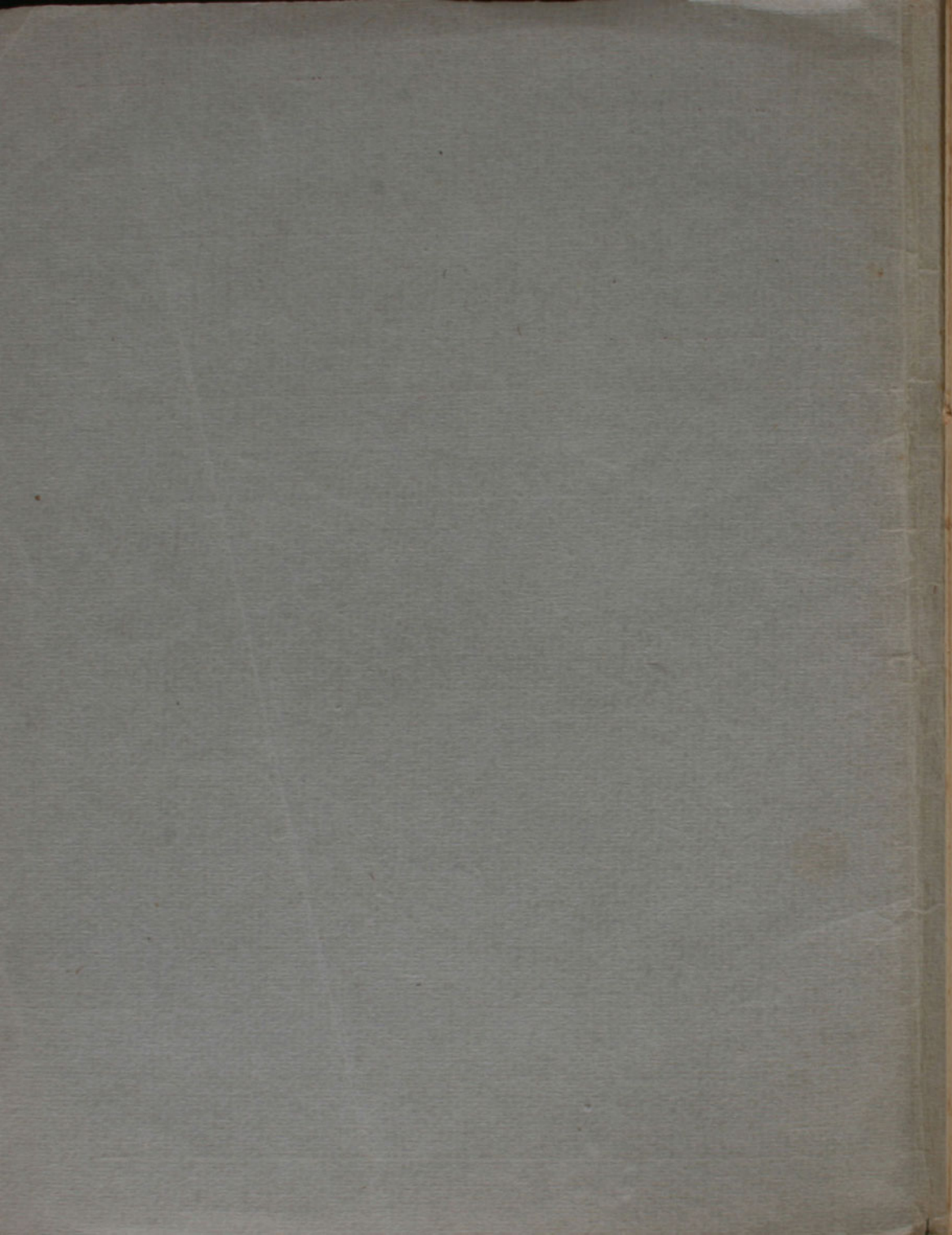
Director: Antonio Sardinha

Secretário: Manuel Murias

Proprietário e editor: José Fernandes Júnior

N.º 1

1924 — 3.ª Serie

Redacção, Administração, Comp. e Impressão
Rua da Horta Sêca — 7 — 1.º Lisboa.

"Nação Portuguesa"

Revista mensal de cultura nacionalista

Director: António Sardinha

Secretário: Manuel Múrias

Editor e proprietário: José Fernandes Júnior

Redacção e administração: Rua da Horta Sêca, 7, 1.º — LISBOA — Telefone C. 27

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (por série de 12 números)

Continente e ilhas		60$00
Colónias portuguesas e Brasil		72$00
América	Dlrs.	$2,50
Espanha	Pst.	35,00
Inglaterra	£.	1.0.0
Outros países	Frs.	60,00

NÚMERO AVULSO 6$00 — NÚMEROS ATRAZADOS 7$00

TABELA DE PREÇOS DE ANÚNCIOS

1 página	120$00
1/2 página	60$00
1/4 página	35$00
1/8 página	20$00

Para séries de mais de 6 publicações, contrato especial

EXPEDIENTE

Aos leitores

A *Nação Portuguesa* com esta nova série apresenta melhoramentos para os quais chamamos a atenção dos nossos presados leitores e assinantes. Revista, simultâneamente, de altos estudos intelectuais, e de comentário vivo e oportuno aos grandes acontecimentos internacionais, à política interna, e ao movimento intelectual estrangeiro e português, a *Nação Portuguesa* pode naturalmente dividir-se em duas partes distintas: — na primeira, inserimos os estudos de momentânea curiosidade, feitos de crónicas, transcrições, referências à revista, etc.; na segunda, os ensaios de crítica, filosofia, história e sciência, em que os altos problemas do espírito vão sendo discutidos e formam pròpriamente a contribuïção original que dispensamos ao ressurgimento mental em que nos empenhamos.

Os nossos leitores poderão, se pretenderem encadernar separadamente as duas partes, destacá-las sem prejuízo uma da outra porque, independentes já por si, levam numeração diferente também.

Esperamos que os nossos leitores apreciarão devidamente esta disposição que tantos benefícios traz a quem deseja fazer colecção duma revista aonde se encontram escritos dalgumas das mais nobres e alevantadas inteligências da nossa terra.

Os novos preços de assinatur:

As dificuldades, cada vez maiores, que asfixiam no actual momento as publicações periódicas de Portugal, obrigam-nos a aumentar para 60$00 o preço da assinatura da *Nação Portuguesa*. Somos os primeiros a lamentar êste recurso a que nos forçam as necessidades de um meio hostil a toda a vida puramente intelectual,—necessidades complexas mas de que todos nos apercebemos.

A *Nação Portuguesa* querendo viver a vida livre das raras publicações portuguesas que não vegetam enfeudadas à finança, não pode e não quer contar senão com os seus assinantes, muitos dos quais já voluntàriamente pagavam a sua assinatura pelo preço que se generaliza agora e que faz dela ainda hoje a mais barata revista portuguesa.

***

A *Nação Portuguesa* recomenda a todos os seus leitores as obras de Manuel Múrias e Fernão da Vide *O Seiscentismo em Portugal* e *O Pensamento integralista*, à venda em todas as livrarias e na séde desta administração.

***

Agradece-se aos ex.^mos srs. assinantes o envio da importância da assinatura a fim de nos evitar maiores despesas de cobrança.

***

O índice e o frontispício da 2.ª série serão distribuídos junto com o 2.º número, a sair por todo o mês de Novembro.

SUMARIO

da 1.ª parte

Nação Portuguesa publicará no próximo número um sensacional artigo intitulado **Em resposta** do eminente historiador brasileiro Oliveira Lima.

* * *

Também no próximo número se publicarão alguns dos trabalhos premiados nos Jogos Florais de Badajoz.

Os nossos Agentes

Ao iniciarmos, após uma forçada interrupção de alguns meses, esta 3.ª série da «Nação Portuguesa», não esquecemos os Agentes que nos agrupamentos portugueses das Colónias e da América não faltaram nunca com o seu apoio imprescindível ao esfôrço que dia a dia vamos realizando aqui.

A «Nação Portuguesa» vive da dedicação e do carinho de algumas vontades enérgicas que, nesta apagada e vil tristeza, acreditam, sem vacilações, no futuro que nos espera, e trabalham denodadamente para o resurgimento nacional. Do corpo de doutrinas que defendemos — cada vez mais forte, coesivo e vibrante — depende a formação do Portugal Maior que dentro de uma Ordem Nova havemos de levantar. Sem ambições nem interêsses, todos os que em a «Nação Portuguesa» trabalham contam já com o silêncio cobarde que nos rodeia e com a luta mesquinha e traiçoeira que, pelas costas, nos fazem. Não os receamos, nem, sequer, daremos fé de que existem, porque, habituados a lutar frente a frente, de cara descoberta, sem medir a fôrça do adversário nem as armas com que nos fere, sentimos um infinito desprêzo pelos desgraçados que nos saem ao caminho, sem audácia nem inteligência.

Contamos, e é quanto basta, com a dedicação de alguns amigos que desde a primeira hora nos acompanharam e nunca nos faltaram com os seus encorajamentos! E entre estes de bom grado destacaremos os nossos Agentes, por cuja amizade provada à «Nação Portuguesa» enternecidamente os saúdamos e abraçamos.

Agentes da «Nação Portuguesa»

Ponta Delgada — José Barbosa (R. dos Mercadores).
Funchal — Ramon Rodrigues (Avenida Pedro Jose d'Ornelas).
Loanda — Alfredo Pereira Coutinho Almas (Caixa postal 165).
Lobito — Luciano da Cruz Coquenão (Caixa postal 31).
Benguela — José Maria Perestrelo (Caixa postal 12)
Huambo — António Pais Pinheiro de Figueiredo.
Beira — Luis Ribas.
New-Bedford — António Augusto Lopes (245, Eugénia str.).
Tauton — Afonso Gil Ferreira Mendes (P. O. Box: 392).

Crónica social

Por Rolão Preto

Breve recapitulação — A crise do Comunismo — A evolução do Trabalhismo A politica nova das C. G. T. — Para onde vamos?

A ininterrupta cadeia de incidentes que prejudicou a saída regular da 2.ª série da *Nação Portuguesa* e a necessidade de dedicar alguns números a assuntos especiais fez que da minha última crónica até à data em que esta escrevo medeiem nada menos de vinte e um meses. Tempo bastante para se ... acabar o mundo, dada a velocidade extraordinária com que os acontecimentos se têm sucedido depois que entramos a gozar a doce paz de Versailles.

Se não quis todavia a providência divina que sôbre nós caísse o cataclismo final, que grandes e decisivos passos se não deram no caminho tenebroso por onde marcham agora os destinos da Europa! Em tão curto prazo que de transformações na ordem político-social do velho mundo fora dos eixos!...

Em tão curto prazo quantos volumes de História! Como fazer para a recapitular em duas apressadas linhas desta revista?

O Socialismo moderado, *nuance colectivista*, avançando nos dois países mais *conservadores* da Europa. O *Trabalhismo* senhor das rédeas do govêrno na liberal Inglaterra! O radicalismo de Herriot braço dado com o colectivismo do sr. Blum na França do sr. Poincarè! Isto por um lado. Pelo outro, o prodígio de Mussolini mantendo-se; Primo de Rivera, ditador de Espanha; Mgr. Seipel, salvando a Áustria; Lenine, o último Tsar das Rússias, morrendo para que mais fàcilmente se transforme a nova ordem sovietista no sentido nacionalista, no sentido da restauração da inteligência... Em Portugal a república democrato-liberalista emmaranhada cada vez mais e mais completamente no caos das ambições dos homens que a servem e dos erros que a norteiam, continua, como já o dizia Ramalho, «dando ao mundo o mais espantoso e inacreditável espectaculo: — existe!». É verdade que graças, sobretudo, à criminosa inércia dos velhos políticos monárquicos que estão em vias de liquidar a causa da realeza que se lhe entregou.

Tais são os grandes capítulos da história que passa; os actos singulares do enorme drama que se desenrolou na Europa nestes tão rápidos 21 meses e cujas conseqüências vastíssimas ninguém pode calcular.

* * *

Serenamente, atentemos um pouco, tanto quanto nos permite o espaço que nos cedem nesta Revista, nos traços capitais do quadro que aí fica sumàriamente esboçado.

Os grandes movimentos político-sociais de cujos sucessos íamos marcando a curva nos primeiros números da 2.ª série da *Nação Portuguesa,* como assinalam agora a sua cota no diagrama da presente hora? Avançou o Comunismo? Que transformações há na marcha dos partidos avançados e na das fôrças da reacção nacional? A estas naturais interrogações do leitor procuremos dar uma resposta embora resumida e breve para retomar o fio interrompido da *Crónica.*

As vitórias do Nacionalismo

Comecemos pelo Comunismo. Que não se desvaire o leitor com o barulho que em volta dêste espantalho se tem feito ultimamente. Os factos falam eloqüentemente e êles afirmam que a crise do comunismo, já violenta há um ano, se tem acentuado de tal forma que, se não fôra os auxílios médicos de Moscou, teria degenerado, francamente, em liquidação.

Assim, apesar dos mais desesperados esforços da III Internacional, a Internacional Vermelha de Moscow, apesar das repetidas embaixadas sovietistas e dos formidáveis tesouros de guerra gastos com as manobras de Zinowief (só nas últimas eleições francesas, segundo o cálculo dum jornal parisiense, andaram por doze milhões de francos as subvenções recebidas pelo comité eleitoral do P. C. de Paris) o movimento comunista emperrou, estacionou, e, em muitos pontos, mesmo, recuou desalentadoramente. As eleições bávaras primeiramente, as eleições italianas, depois, (de 120 deputados passaram os comunistas italianos, com a vitória de Mussolini, a 18), as eleições gerais para o Reischtag e até as eleições do *onze de maio* francês são datas negras no calendário do Comunismo. Por elas se vê que o *extremismo* inspirado de Moscow está muito longe de encontrar um caminho propício na velha Europa, não obstante tão desvairada.

Depois, os insucessos eleitorais do Comunismo nada são ainda comparados com os desastres da sua acção sindicalista. É evidente que a *Sindical Vermelha* é um fiasco. Uma das suas melhores criações a C. G. T. U. francesa organizada para contrapor à C. G. T. não passa duma mistificação a despeito do génio activo de Monmuseau. O mesmo diremos da A. R. A. C. cuja influência nos acontecimentos sociais da França é absolutamente sem valor.

Diante da *Sindical Vermelha,* a *Federação Sindical Internacional de Amsterdam,* englobando todos ou quási todos os agrupamentos operários do tipo C. G. T., é realmente uma fôrça. A ela vieram a C. G. T. francesa, a C. G. L. italiana, as *Trade-Unions* inglesas, a Federação G. dos Sindicatos Alemães, etc.

A derrota do comunismo é assim completa em todos os campos.

Mas quem tem ganho as vitórias que o comunismo perdeu? Àparte a França, quem tem sido o vencedor tem sido o *Nacionalismo.*

Foi o nacionalismo e até o *ultra-nacionalismo* quem esmagou as votações vermelhas da Baviera, do Saxe e das eleições gerais para o Reischtag; foi o nacionalismo quem venceu na Itália de Mussolini e na Áustria de Mgr. Seipel. Se em França o sinal vitorioso é o socialismo moderado, oficial (S. F. I. O.) deve-se isso ao facto de que aqueles que representavam perante a opinião o nacionalismo não eram afinal mais do que uma facção liberal-conservadora, classe de gente destinada a ser vencida em toda a parte, e aqueles que na verdade *nacionalistas* eram, e verdadeiros, êsses não tinham organização eleitoral, organização contrária às idéas fundamentais, que inscrevem na sua bandeira de combate.

O «Trabalhismo» no Poder por fazer obra nacionalista.

O comunismo vencido e o nacionalismo vencedor são estes os dois factos capitais do drama europeu presente. Um completa o outro. Pouco importava, na verdade, a vitória sôbre o comunismo, se ela fôsse obtida pela fôrça da inércia *conservadora-liberal.* O grande significado da vitória vem-lhe sobretudo de ser *nacionalista.* Ela atesta o enorme incremento das fôrças de reacção nacional sôbre o romantismo político que, trasvazado do século XIX, ameaçava liquidar a Europa, fazendo-a recuar à barbarie comunista.

Essa reacção nacionalista, que é o apanágio da *extrema-direita*, pode, todavia, encontrar-se inspirando os passos das *esquerdas*, mesmo daquelas que menos para isso parecem fadadas (v. g. o *sovietismo* que tem defendido os interesses exteriores da Rússia com tanto denodo e boa vontade como o *imperialismo* de Pedro o Grande). Assim foi que o «Trabalhismo», corrente *socialista*, anti-comunista e *semi-colectivista*, galgou as cadeiras do Poder da conservadora e liberal Inglaterra, com aplauso do nacionalismo inglês, e ali se tem mantido graças a êsse mesmo aplauso. É que o grupo dirigido pelo sr. Macdonald tinha proclamado a solução audaciosa de certos problemas que, como o *chomage*, afligiam a Inglaterra depois da guerra. Não foi debalde a propaganda com a Alemanha, que um Keynes, um Henderson, um Norman Angel tanto se esforçaram por fazer, pondo nela e na restauração alemã as melhores esperanças das indústrias inglesas em crise. Essa aproximação tinha como natural adversário a França do sr. Poincaré que foi vencida e manietada através as complacências radicaleiras do sr. Herriot ao carro triunfal da política trabalhista, quere dizer da política ditada pelos interesses imediatos da Grande-Bretanha.

Emquanto o govêrno trabalhista conseguir vitórias para a política externa do seu país, emquanto êle enaltecer a glória inglesa com revistas navais como a de Spithead, o «Trabalhismo» pode, na verdade, contradizer-se a si próprio, tornando-se oportunista ao ponto de esquecer as reivindicações socialistas que se inscrevem no seu programa, mas o Poder não lhe escapará das mãos. Ai! dêle, porém, logo que dê o primeiro passo em falso prejudicando os interêsses nacionais. O *Nacionalismo*, na Inglaterra, confunde-se com *Imperialismo*.

As C. G. T. saindo do seu isolamento

Uma das coisas novas da situação internacional social é também a nova tática das secções da C. G. T. Até aqui faziam elas cavalo de batalha do seu isolamento sindical, confinando-se dentro duma acção profissional, embora revolucionária, mas sem intervirem nunca na luta das facções e dos partidos. Era mesmo uma das razões porque criticavam o Comunismo era essa de êste partido fazer política com as formações operárias, levando assim o sindicalismo para a mão dos politicantes.

Mudaram-se os ventos... hoje a C. G. T. francesa não se contentando com sugestões eleitorais como aquelas lançadas em manifesto para as eleições do *onze de maio*, lança-se mesmo na batalha política, manifestando o seu apoio ao presente govêrno do seu país que lho paga generosamente... liquidando os seus *deficits* sindicais e levantando os seus orgãos de imprensa. É um caminho e um exemplo... Também a C. G. L. italiana se lançou abertamente na luta que apaixona os partidos derrubados por Mussolini; mas esta, mais infeliz, é com a oposição que se liga, como nas eleições passadas, para perder...

Acusa-se a nossa C. G. T. nacional de seguir o exemplo das suas congéneres estrangeiras, fazendo a sua política fora dos sindicatos. É, parece, nos braços do partido radical que ela tem caído várias vezes. Não temos dados seguros para ajuizar da certeza desta afirmação; no entanto quere parecer-nos que não andam fora da verdade os *racontars*.

O que dita a nossa tática? Considera-se a acção sindical, só por si, muito pouco para a pressa que há em triunfar? Evidentemente. Não resta dúvida, porém, de que o grande princípio da defesa profissional, das tentativas de absorção politicante fica por terra. É mais um sinal dos tempos a registar. Um sinal da *transformação oportunista* que se está dando nos homens da *Revolução Social*.

Não deixa de ser interessante registá-lo.

A mão de Deus...

Quem estuda com interêsse estes absorventes problemas sociais, procurando orientar-se no cáos confuso das ambições dos dirigentes e das manobras dos políticos, que de fora jogam as mais estranhas combinações; quem atenta imparcialmente no desenrolar dos acontecimentos de origem proletária ou que dessa origem tiram o pretexto; quem analiza sem paixão o que se

debate e estadeia nos *congressos internacionais* como o de Roma, o de Amsterdam e o de Viena de junho passado, fica maravilhado da teia complicada em que se enredam os destinos da chamada Questão Social.

Para onde vamos na verdade? Para a *direita*, para a *esquerda*, velhas palavras sem sentido, mitos depostos pela onda incessante de vida nova que se ergue no horizonte da *nova era*. Não! Ninguém pode determinar a trajectória do tempo que corre cheio de inesperados saltos no abismo e cheio de largos vôos no céu azul da nossa esperança. Caminhamos às cegas ou quási. Qual a fórmula nova? O que vai nascer nesta hora bíblica de transformações profundas e inevitáveis? Perder-se-á de todo o fruto duma tão vasta como custosa civilização? Como será a concepção futura do *arranjo social* e da futura justiça humana?

Para que desvendar o futuro? Na turbação enervante desta tremenda hora de transição e de renovamento que importa que a nossa inteligência *não veja* e a nossa vontade seja impotente? A mão de Deus lá está na eternidade serena, marcando o caminho por onde terão de passar os destinos dos povos.

No entanto, se os desígnios da Providência nos são de ante-mão revelados nos sinais do céu, é já bem evidente que ao Nacionalismo vai competir uma grande missão na obra do Futuro.

Assim os homens do nosso tempo que o servem sejam bastante esclarecidos pela sabedoria da História para que, através uma *ductilidade* e uma *adaptação*, necessárias à hora que passa, consigam *transformar* e *sujeitar* a hora tremenda e decisiva que se aproxima!

30-IX-924

Crónica financeira

A circulação fiduciária e a crise do numerário

É um facto constatado — irrecusável, portanto — que a *inflação* teve por conseqüência reduzir a cerca de metade o valor *global* do meio circulante português. Êste que, antes da *inflação*, e embora já em regime de curso forçado de papel-moeda, tinha, incluindo a prata, por equivalente cambial a cifra aproximada de 20 milhões esterlinos, equivalendo apenas, actualmente, a cerca de 10 milhões!

Sem nos demorarmos na análise dêste fenómeno, determinando-lhe as causas e apreciando-o nas suas relações íntimas com o *deficit* da balança económica, com o desequilíbrio orçamental e com a diminuïção, até o aviltamento, do crédito do Estado — convém no entanto notar que se para a circulação da riqueza não era exagerado — e em verdade não era — um meio circulante com o *poder* económico de 20 milhões de libras, uma tão importante redução dêste *poder* tornou o numerário manifestamente insuficiente.

De admirar é até que, perante um fenómeno de tal gravidade, a asfixia da produção nacional não seja hoje um facto consumado! Se o não é, o caso tem apenas uma explicação, aliás nada lisonjeira: diminuição considerável de riqueza, por um lado; por outro o regime de moratória, de reformas até o infinito, quási de verdadeiro *calote* a que os produtores se acolheram e que produz o efeito dilatório das injecções de óleo canforado e dos balões de oxigénio!

Não deixa, portanto, a situação de ser extremamente grave. Só o não vê quem, de boa ou má fé, se ilude com as enganadoras aparências dos números exprimindo somas fabulosas de contos . . . da *Carochinha!*

Está, pois, desde ha muito pôsto êste problema, com carácter permanente, embora com variações periódicas de intensidade:

Qual a forma de fornecer à economia nacional, com a urgência que as circunstâncias reclamam, os meios de pagamento de que ela absolutamente necessita para viver?

Se é fácil formular uma tal pregunta, difícil é responder, não tanto pela dificuldade da questão em si, como pelo embaraço de a colocar nos seus devidos termos.

É o que se conclui, como vai ver-se, de duas opiniões opostas, irredutíveis, emitidas com igual energia e que entre si disputam a solução do problema.

Sendo certo — dizem uns — que quer o valor do numerário existente, quer o seu quantitativo estão em manifesta desproporção, por inferioridade, com o valor da riqueza circulante e, portanto, com as necessidades da Produção — urge aumentar, pelo menos em 800:000 contos ou em um milhão de contos, a circulação fiduciária, pondo êsse aumento integralmente à disposição do Comércio, da Agricultura e da Indústria.

Sendo incontestável — objectam outros — que ao alargamento desmedido da circulação se deve o afundamento do escudo e conseqüentemente a insuficiência cada vez maior do meio circulante, prosseguir na mesma orientação seria, a trôco de um momentâneo e ilusório alívio, provocar o agravamento da crise, tornando-a necessàriamente fatal, a brevé prazo.

E acrescentam: derivando a *inflação*, com todo o seu cortejo de calamidades, do desequilíbrio orçamental, pois que as sucessivas e constantes emissões para outra cousa não têm servido que não seja fazer face aos vários e crescentes *deficits* do Estado, só extirpando a *causa* podem destruir-se os *efeitos*. E como o Estado, ao mesmo tempo que não está em condições de conseguir empréstimos — processo aliás desacreditado e de perniciosas conseqüências — tem as suas receitas, calculadas em ouro, reduzidas em cerca de 50 por cento do que eram em 1914, só uma enérgica e patriótica política de agravamento de impostos pode matar o *deficit*, restabelecer a confiança, valorizar o escudo, etc.

Ao que os primeiros replicam ainda, com azedume e desespêro: mas se a produção não tem numerário para as suas mais urgentes necessidades e se encontra mais perto da falência do que a muitos, mesmo pessimistas, se afigura, como sobrecarregá-la com encargos tributários maiores do que aqueles que já suporta?

E, caindo a fundo, insistem: reduza o Estado as suas despesas, acabe com o comunismo burocrático em que vivemos, para gáudio dos políticos e das clientelas, administre com parcimónia os dinheiros da Nação. Mas, entretanto, como tudo isso levaria tempo, forneça à economia nacional os escudos de que carece inadiàvelmente.

Êstes traços gerais bastam para se concluir que, posta a questão nestes termos, teria toda a semelhança com o célebre problema de saber a qual de duas cousas conferir a prioridade — se à galinha, se ao ovo.

Quer dizer — é uma questão insolúvel!

No entanto, como de parte a parte há muita razão e muita verdade nos argumentos, sem deixar de existir um equívoco fundamental e comum que impede

a justa visão das cousas, urge, antes de mais nada, esclarecer êste, para ver claro no meio de tamanha confusão, mais aparente do que real.

É absolutamente indispensável, em verdade, acabar de vez com a desastrosa política inflacionista, e certo é ainda que tal não pode conseguir-se sem acabar com o *deficit*, ou, pelo menos, sem o reduzir a proporções mínimas.

É, porém, muito contestável a opinião de que o equilíbrio orçamental tem de obter-se por uma elevação das receitas ao nivel das actuais despesas do Estado. Não basta constatar que, expressas em ouro, as receitas estadoais sofreram uma redução formidável, para da pele do contribuinte fazer o tampão do rombo do Tesouro! Porque a verdade é que, se a produção não pagou o que devia pagar nas várias contribuïções que vão, no orçamento, constituir as verbas da receita, o Estado pagou-se por suas mãos do que faltava por meio do leonino imposto que a emissão de notas a descoberto representa. E como êste imposto não só absorveu *rendimento*, como gravemente atingiu o próprio *capital*, há que entrar com êle em linha de conta para calcular com verdade aquilo que o Estado recebe. Feitas as contas com a inclusão de uma tão importante parcela, uma orientação muito diversa se impõe à política financeira: *aproximar as despesas das receitas, e não estas daquelas.*

Aliás o Estado terminará por devorar a Nação.

Convém ter ainda presente, porque é muito importante para o problema que nos ocupa, o que deve entender-se por *inflação*. Esta não é evidentemente *qualquer emissão de papel-moeda em regime de curso forçado*. Tudo depende da natureza da emissão... Se esta é feita de harmonia com os princípios que regulam a *função normal da nota*, emitir *notas* não é fazer *inflação*. O mesmo não sucede na hipótese contrária.

Constituem assim inflação pròpriamente dita:

A emissão de papel-moeda para fazer face às necessidades financeiras do Estado;

A emissão de papel-moeda a pretexto de obras de fomento;

A emissão de papel-moeda a pretexto de desenvolver a produção com novas indústrias, novas explorações agrícolas, etc,;

A emissão de papel-moeda para aquisição de cambiais fora de limites aliás muito restritos, quer quanto a *quantitativo*, quer quanto a *tempo*.

No entanto, a pior de todas as *inflações*, a *inflação* por excelência, é a da primeira categoria, por ser absolutamente improdutiva, É ela o grande mal condenado em todas as conferências internacionais, estigmatizado por todos os economistas.

A elas se referem ainda as conclusões da »Semaine de la Monnaie« realizada em Paris em 1922, na parte relativa à inflação fiduciária e à política monetária da França.

«La Semaine de la Monnaie» condamne de façon catégorique toute émission de billets *pour les besoins de l'État. Prend acte des décisions des associations adhérentes d'unir leurs éfforts pour s'opposer à tout nouveau recours à l'inflation fiduciaire en vue de couvrir des dépenses publiques»*.

E mais: «La Semaine de la Monnaie» emet le vœu: *que le Gouvernement et le Parlement, se conformant aux engagements résultant de la loi du 31 décembre 1920* (pela qual o Estado se propunha restituir ao Banco de França a cifra anual de 2 biliões de francos), *poursuivent l'assainissement progressif de la circulation fiduciaire et restituent ainsi à la Banque de France de nouvelles capacités de crédit au profit du commerce, de l'Industrie et de l'agriculture»*.

Finalmente, uma emissão normal tem sempre o seu regresso ao Banco Emissor, e portanto a sua anulação, assegurada para um período de tempo relativamente curto. Isto quer a *nota* seja emitida a trôco de um depósito metálico, quer pela via do desconto, desde que o papel descontado seja *bom*, isto é, represente uma verdadeira transacção comercial.

Esta mesma função normal da *nota* nos ensina que uma circulação fiduciária, ainda que inteiramente sã, não pode deixar de ter uma certa elasticidade, sendo absurdo fixar-lhe uns limites de uma rigidez immutável. Tudo depende da riqueza circulante, e, portanto, das necessidades da produção, que nem sempre são as mesmas. E e de harmonia com aquela circulação e com estas necessidades que em *regime normal* é de uso fixar o limite máximo da circulação, limite aliás sempre largo, dentro do qual a quantidade de meio circulante efectivamente utilizado, ou mobilizado, é sempre variável.

E *regime normal* entende-se que é quando o Estado não se apresenta como concorrente na utilização do numerário, porque nenhum dêste é emitido a descoberto.

Quando, porém, o Estado, como em Portugal sucede, quasi monopoliza a circulação, porque só em seu proveito se fazem emissões, é absurdo pretender que a Produção *viva do ar*, absolutamente desacompanhada daquêle auxílio que o Banco Emissor lhe deve e de que absolutamente depende a sua existência! Não é temeridade afirmar que uma tal política é seguramente mais perigosa do que... fechar hermèticamente as válvulas de segurança de uma caldeira a vapor...

Concluindo, pois, e tentando apresentar uma solução precisa e concreta do problema, os princípios expostos aconselham;

a) Uma política corajosamente anti-inflacionista, tendente a suspender as emissões para fazer face às despesas do Estado. Esta política tem de assentar numa rápida e severa compressão de despesas públicas, exigindo-se depois à Nação apenas o que faltar para o equilíbrio orçamental.

b) A reabertura do desconto e redesconto no Banco de Portugal, mediante uma emissão de *carácter provisório* adequada às necessidades mais instantes e cujo

quantitativo depende do estudo destas, com garantias especiais, se tanto fôr preciso, negociadas com o Comércio. com a Indústria e com a Agricultura. Estas garantias conjugadas com as informações dos cadastros e outros elementos de que o Banco de Portugal dispõe, seriam suficientes para evitar abusos.

Passada, assim, esta maior crise, seria então ocasião de pensar no resto, que é ainda muito e não caberia numa centena de crónicas...

A. L.

Movimento escolar no ano findo

330 alunos

Cursos Liceal, Primario e Comercial

Alimentação abundante e cuidada.

A mais escrupulosa atenção na formação moral dos alunos.

Nos exames oficiaes destes ultimos anos tem obtido resultados que nenhum Colegio do distríto do Porto iguala.

Este colegio economisa ás familias, pelo menos, uma quarta parte das despesas que teriam a fazer em qualquer Colegio do Porto.

Pedir prospectos á Direcção

Grande Colégio Universal

2, Avenida da Boavista, 28

PORTO

Telefone 1519

Situação saudável e aprazivel num dos melhores pontos da cidade. Edifício grandioso com todas as condições de higiene e conforto. Parques e jardins, com uma superfície de 9.000 metros para exercícios fisicos e recreios. Instalações completas. Inspecção medica diaria. Ensino proficiente e educação moral. Cursos infantis. Istrucção primaria Cursos completos do liceu e prático do comércio. Admite alunos internos, externos e semi- internos.

Pedir prospectos aos DIRECTORES

Padre Manuel Correia dos Santos Brito
Antigo professor do extinto Colegio de Santa Maria,
Dr. Augusto Correia dos Santos Brito
Professor e Engenheiro.

Crónica política

Por Augusto da Costa

I—O govêrno do momento e o momento do govêrno.

Assumiu o govêrno do país, por delegação do partido democrático, o sr. Rodrigues Gaspar. Concordemos em que o país merecia melhor; em que, talvez mesmo dentro da república, nos poderia ser fornecido um govêrno não inteiramente acéfalo, como êste. Porque não nos deram, então, outro govêrno? Porque, constitucionalmente, o partido democrático é o único alfobre de génios políticos e capacidades administrativas, como para a chamada *Causa Monárquica*, hoje extra, àmanhã (quando o sr. D. Manuel voltar...) constitucionalmente, as únicas competências e capacidades políticas serão os conselheiros que todas as tardes se arrastam como pavões caquéticos, chupando charutos, à porta da *Havaneza*. O partido democrático, por agora, não tinha à mão outra gente, e deu-nos o antigo franquista Rodrigues Gaspar, flanqueado por outros históricos e indefectíveis republicanos.

Êste govêrno, já pelos pessoas que o constituem, já pela forma como foi constituído, é um govêrno de ruinosas incompetências. Precisavamos dum govêrno forte e competente, capaz de remar contra a onda da decomposição que nos ameaça tragar a todo o instante. Que nos deram? Deram-nos um govêrno de fetos, um govêrno de larvas, um govêrno de nados-mortos. Quais os planos, quais as idéas dêste govêrno? Mistério. Preguntem a um feto, a uma larva, a um nado-morto, quais as suas idéas e os seus planos de governação pública, e terão, esteriotipadas em caracteres de fogo, para que toda a gente as possa ver, as idéas e os planos do govêrno Rodrigues Gaspar.

II—Crise de inteligência e crise de carácter.

Nós não podemos ser suspeitos de atacar os homens para defender os regimes, usando a conhecida fórmula conservadora: *o sistema é bom; os homens é que o tornam mau.* Mas não podemos deixar de afirmar que os homens, sendo corruptos, hão-de agravar os males congénitos do regime. As sucessivas repúblicas que temos tido em Portugal, de 1834 até hoje, corromperam primeiro os homens seus servidores, para depois serem ainda mais corrompidas por êles. É um círculo vicioso; é o moto-contínuo da corrupção dos seus homens, muitos, muitíssimos deles, se não na sua quási totalidade, antigos caciques constitucionais, outros (menos) sempre intransigentemente e indefectivelmente republicanos, e que tinham, fatalmente, de levar ao regime um acréscimo de corrupção e de putrefacção. Não há regime que possa salvar-se, por melhor, por mais perfeita, por mais honesta que seja a sua estrutura, quando os ladrões, em vez de estarem a ferros na Penitenciária, dispõem à vontade dos cofres do Estado, e são elevados a altas categorias políticas; e onde os assassinos confessos, depois de mortos têm as

campas floridas e glorificados os nomes, e em vida, andam à solta e com o nome festejado em congressos partidários, entre abertas apologias do assassinato.

O mal vem de mais longe e é mais profundo do que pode parecer. É um mal político? Evidentemente. Mas é; também, mais do que isso. As suas raizes têm garras no fundo duma inteligência deformada e dum caracter corrompido. Não é possível governar bem, fazer uma obra de reconstrução nacional e social, com inteligências avariadas, deformadas, inquinadas dos piores venenos; nem é possível governar honestamente, quando o carácter baixou a um nível tão inferior. A *avariose* democrática tudo corrompeu, os homens e os regimes. Não pode ser a mesma *avariose* democrática a restauradora da nossa inteligência, do nosso carácter, das fibras mais necessárias à reconstrução do organismo nacional.

III — Plutocracia, Democracia, Anarquia.

A doutrina está formulada de há muito; os factos comprovam-na todos os dias: em toda a parte onde o Estado é fraco, debilitado pelos partidos, é a Plutocracia quem toma conta dêle. Isto é tanto verdade na conferência de Londres, onde se debate, mais uma vez, o problema da reconstrução económica da Europa, — e da Alemanha em primeiro logar —, e onde se tenta a experiência dum govêrno de financeiros sobreposto a um govêrno de políticos, — como é verdade em Portugal, onde na Alta-Banca são associados monárquicos e republicanos, dando-se as mãos na mesma criminosa obra de expoliação da riqueza nacional. Quanta ingenuidade, numas, e quanta imbecilidade, noutras, são necessárias para certas pessoas acreditarem que o sr. Carvalho da Silva, multiplicado por cem, e o sr. Teixeira Gomes substituído pelo sr. D. Manuel, bastariam para fazer regressar o país, automàticamente, à paz podre do constitucionalismo, à doce anarquia anterior a 1910! Por nossa parte, entendemos que duas razões capitais nos obrigam a pôr de parte a idéa de encontrarmos alguma vez a mais pequena conveniência em substituir a república pela monarquia constitucional. Conforme tive ocasião de escrever no *Diário de Lisboa* nos meados de Julho, dessas razões, «a 1.ª) é que em 1910 não houve uma mudança de instituições: houve uma simples mudança de pessoal; em vez duma coroa, temos um chapeu de côco; retroceder a 1910, ou a uma situação política análoga, nada produziria de útil para a Nação. Em 2.ª) rasão temos isto, que não é pouco: a plutocracia é uma das causas dos nossos males presentes. Qual é a sua côr política? A judiaria financeira, em si, não tem côr política alguma: é governamental ou anti-governamental, consoante as circunstâncias, e sempre internacional. O que não impede a bancocracia portuguesa de ser um mixto de monárquicos e republicanos, e que êsses monárquicos vivam hoje tão bem na República como àmanhã os seus colegas republicanos viveriam bem na Monarquia. Negócios são negócios, dirão uns e outros. Pois sim; mas quando os negócios se fazem jogando com a miséria da Nação, o lugar dos *negociantes* não é dentro da engrenagem normal do Estado: é na cadeia».

...É com gente desta que os constitucionais, que os homens da *Causa* querem restaurar a monarquia? Deus nos livre! Se essa monarquia, por um bambúrrio qualquer, alguma vez se restaurasse; e se à frente dela viesse colocar-se o sr. D. Manuel (é uma simples hipótese...) rodeado de todos os tubarões, e jarrões, que eternamente hão de gravitar à sua volta, — o primeiro artigo de fundo do jornal a *Monarquia*, se os constitucionais permitissem que o Integralismo tivesse um orgão na imprensa, intitular-se-ia simplesmente: *E a República continua!* Isto, que na própria *Monarquia* já foi escrito, é bom escrevê-lo de novo aqui. A indigência mental do orgão da *Causa* é de tal ordem, que o jornal é considerado por alguns republicanos como o *Mundo* da monarquia. Ora, essa indigência não é exclusiva do orgão: é congénita à *Causa*, é um mal colectivo, A *Causa* continua agarrada ao trambolho da *Carta*, com todos os actos adicionais respectivos. O Liberalismo, monárquico ou republicano, continua fiel às suas tradições de reprovar os efeitos, depois de ter aplaudido as causas. Assim, por exemplo, quer o *Diário de Notícias*, quer o *Dia*, são concor-

des em reprovar todos os crimes de natureza política ou social que nestes últimos tempos se têm dado: os crimes do 19 de Outubro, como os atentados pessoais praticados pelos bolchevistas. Mas, ao mesmo tempo, tanto o *Diário de Notícias*, como o *Dia*, não deixam de incensar religiosamente a doutrina que tornou possíveis, mais: a doutrina que gerou directamente todos êsses crimes. O orgão da moagem, como bom republicano, não hesitou em escrever, para comemorar o 24 de Julho:

«Essa data tem assim uma altíssima significação histórica para o nosso país. Marca o início duma época que *sagrou para sempre o respeito pelas liberdades e tornou impossível, no campo legal, qualquer acto ou tentativa de despotismo*.

Assinalando-a hoje, ao país prestamos mais uma vez homenagem aos princípios que então triunfaram em Portugal».

Concordemos que é levar demasiadamente longe o impudor moral e mental, afirmar tais baboseiras. É inverter totalmente os factos. O absolutismo e o despotismo, por mais paradoxal que isto pareça, só foram nossos conhecidos quando em Portugal entrou a *Liberdade*. Como M.me de Staël dizia em relação à França, diremos nós também que «*em Portugal o despotismo é moderno, e a liberdade é que é antiga*».

IV – «Esquerdas» e «direitas»

Com o país essorado como se encontra, corrompido por cem anos de avariose democrática, não hão de ser as *direitas* acéfalas, nem o radicalismo anarquista das *esquerdas*, que o poderão salvar. Com as *direitas*, sem energia, sem fibra, sem inteligência, constituídas pela massa enorme e acomodatícia dos *conservadores* — que são conservadores, precisamente por se *conservarem* sempre sossegados — a morte seria certa; com as *esquerdas*, que têm energia, que têm decisão, que têm idéas firmes e definidas (assim elas fôssem boas) como são firmes e definidas...) a mesma morte seria precipitada. — Precipitada a mesma morte? Talvez por vontade de Deus, para que mais depressa soasse para nós a hora da Ressurreição. Por que, quando Deus desfaz, é para construir de novo...

Esta classificação topográfica de *esquerdas* e *direitas* não nos pertence: é uma conseqüência da deformação mental determinada pelo Liberalismo. Mas, admitindo-a por momentos, devemos dizer que o nosso logar é na *extrema-esquerda*, e não entre as *direitas* Somos *reaccionários*, e não larvas passivas. Somos *radicais*, e não acomodatícios conservadores. Somos *avançados*, e não podemos subordinar a nossa acção e o nosso pensamento a fórmulas mais do que mortas e enterradas. Não queremos simplesmente uma revolução política, porque uma simples revolução política mudaria o pessoal servidor do Estado, mas não mudaria a estrutura da sociedade portuguesa contemporânea. Queremos, por isso, uma revolução social, que mude radical e simultâneamente, os fundamentos do Estado, deformados pela democracia, e os fundamentos da sociedade portuguesa, deformados pelo Estado democrático, reintegrando assim a Nação na sua ossatura histórica. Estamos, por conseqüência, na *extrema-esquerda*; somos, por conseqüência, dos mais *avançados* Mas o nosso radicalismo distingue-se perfeitamente de todos os outros, por êste traço fundamentalmente característico: enquanto o dos outros é um radicalismo incoerente, anárquico, tocando quási sempre as raias da imbecilidade, — o nosso é um radicalismo tão coerente consigo próprio que forma um todo homogénio, um corpo cerrado de doutrina; tão coerente com a nação, que foi informado, do princípio ao fim, pelas condições próprias e particulares do organismo nacional, através de todo o longo período da sua elaboração e do seu desenvolvimento; quer dizer, ao contrário dos outros, o nosso radicalismo é perfeitamente orgânico, e não nega, antes as confirma e por êles é confirmado, os ensinamentos da inteligência.

Anda por cá o sr. José Domingues dos Santos, em nome da ala avançada do partido democrático, a propugnar o estabelecimento obrigatório da comparticipação de lucros para os operários, dentro das várias empresas onde exercem a sua actividade. Supõe-se o ex-ministro da Justiça muito avançado, por defender êsse princípio anti-económico e anarquisador. Que

idiotice! Dentro do mais profundo respeito pelas hierarquias sociais, absolutamente dentro da ordem, por conseqüência; sem a intervenção do operariado num capítulo da Produção onde êle é incompetente para tomar decisões, e, ao mesmo tempo, garantindo e promovendo o máximo rendimento do Trabalho, — nós, integralistas, queremos muito mais para o operário, e marchamos, portanto, muito na vanguarda dos avançados da nossa política! Se o chefe dos *domingues-santistas* conhecesse o nosso programa económico-social, relembrando os seus antigos habitos de seminarista, havia de persignar-se três vezes, tal o seu espanto ao ver como nós condenamos formalmente a ordem-dispersa, e como queremos remediar os males que ela tem feito... Mas esta ignorância, ou melhor, o atraso dos republicanos em matéria de economia, não é de hoje nem de ontem. Se a doutrina republicana, no domínio político, é boa para governar macacos, e não homens, no domínio económico não tem classificação possível — por ser inexistente. Já Proudhon o notou há muito tempo, criticando o *Contrato Social* e alcunhando-o de *obra-prima de palhaçada oratória*... (se Mayer Garção o soubesse, o que não diria!)

Também esses senhores avançados supõem tocar o inconcebível, o *non plus ultra* da política contemporânea, quando defendem o sufrágio universal... Coitados! Que diriam eles se soubessem que o Integralismo (ao mesmo tempo que elimina o voto político, e portanto os partidos) torna o voto extensivo, no município, a *todos os chefes de família*, sejam homens ou mulheres, e saibam ou não saibam ler; mas só aos chefes de família. Não falando já no voto profissional, que é intra-sindical, e intra-corporativo, e donde sai a legítima representação das fôrças económicas nacionais diante do Estado, representação inexistente dentro dum regime democrático, monárquico-constitucional, ou ainda mais republicano.

Não, incontestàvelmente, em economia, a república não tem, nunca teve idéas próprias: limita-se a apanhar as pontas de cigarro que o socialismo despreza, já queimadas; em todos os outros capítulos, é claro, sempre é bom repetir que o sistema republicano se mantém ao nível mental do homem pre-histórico...

Das Letras e das Artes

Os concertos de Ivo Cruz

Ivo Cruz, o jóven compositor nacionalista que ocupa já hoje entre os músicos da novíssima camada, um lugar de inconfundível destaque, lançou, no Inverno passado, as bases duma como que confraria espiritual onde, à sombra da bela idéa da resurreição da Arte Portuguesa, se reunissem valores dispersos e boas-vontades desagregadas: — o *Renascimento Musical*. Deve-se a êste admirável núcleo de verdadeiros artistas — e muito especialmente ao seu fundador — a realização brilhantíssima, no Salão Nobre da Liga Naval, duma série de Concertos Históricos de Música Portuguesa, — iniciativa da maior importância para uma mais exacta compreensão do Génio Nacional e que pela primeira vez — é necessário acentuá-lo — se efectivou entre nós.

As sucessivas fases do desenvolvimento da Música em Portugal — Classicismo, Romantismo e Modernismo, — foram sintèticamente apresentadas em três recitais acompanhados de conferências constituindo um legítimo e consolador êxito artístico e mundano.

No primeiro concêrto, realizado em 31 de Janeiro, fez-se a ressurreição de páginas esquecidas ou totalmente ignoradas de compositores portugueses dos Séculos XVII e XVIII e da primeira metade do Século XIX. Foi enorme a curiosidade que se ergueu em tôrno dêste verdadeiro acontecimento artístico. Num artigo publicado no jornal *A Época*, o Dr. Manuel Múrias escreveu: — «A iniciativa de Ivo Cruz, de tão largas conseqüências para o nosso progredimento artístico, tem todas as características duma perfeita exumação. Tantas laudas remoçadas pela fé nacionalista do moço compositor e musicógrafo, são todas elas encantadores entrançamentos de sons que testificam, mais claramente do que todas as notas críticas dos

historiadores musicais, o ponto aprimorado atingido pela música em Portugal». A arte e a inspiração de compositores da envergadura do P.e Rodrigues Coelho, Sousa Carvalho, Xavier Baptista, Fr. Carlos de Seixas, Domingos Bomtempo e Joaquim Casimiro foram cabalmente apreciadas por um público de eleição, que assim consagrou definitivamente extraordinários artistas portugueses que só eram conhecidos através das eruditas obras de Joaquim de Vasconcelos, Ernesto Vieira, Sousa Viterbo, Lambertini, etc. Fernando Amado, um dos mais belos espíritos da geração que desponta, pronunciou, nessa noite, elevadas palavras de abertura; Eduardo Libório, entusiástico propugnador da Idéa Nacionalista nos domínios da Música, ilustrou a execução dos diversos trechos com considerações cheias dum equilibrado senso crítico e duma sólida erudição; Evaristo Campos Coelho e Ivo Cruz, ao piano, confirmaram as invulgares qualidades que a crítica lhes havia já notado.

No segundo concêrto (26 de Fevereiro) evocou-se a Época Romântica. Executaram-se obras de Daddi, de Miguel Angelo, dos Napoleões, de Augusto Machado, de Timóteo da Silveira, de Rey Colaço, de Tomás Borba e de Óscar da Silva. A nossa literatura musical feminina não foi esquecida: — composições de três das suas mais distintas cultoras — as Senhoras D. Honorina de Morais Graça, Ad. Brinita e Condessa de Proença-a-Velha — obtiveram, como as restantes, um vivo agrado da parte do numeroso público. Contribuiu para o magnífico resultado artístico dêste recital a preciosa colaboração das Senhoras D. Alice Rey Colaço, D. Laura Wake Marques e D. Marina Dewender Gabriel, e de Eduardo Libório, que novamente prendeu a assistência com as suas doutas afirmações de estudioso.

No terceiro e último concêrto, efectuado em 31 de Março e dedicado ao Modernismo português, o Dr. Fernandes Lopes, curioso espírito de crítico e de artista, realizou uma notável conferência que teve profundo eco no nosso meio intelectual. D. Laura Wake Marques e D. Marina Dewender Gabriel emprestaram a essa verdadeira noite de Arte o brilho da sua valiosíssima colaboração. As composições executadas, da autoria dos mais altos representantes, entre nós, das novas tendências musicais (Luís Costa, Francisco de Lacerda, David de Sousa, Tomás de Lima, Fernandes Lopes, Freitas Branco, D. Laura Wake Marques, Rui Coelho, Sampaio Ribeiro, D. Maria Antonieta Lima Cruz, Frederico de Freitas, Lima Fragoso e Ivo Cruz), foram aplaudidas com sincero entusiasmo. Ao piano, Ivo Cruz, Freitas Branco e Botelho Leitão houveram-se à altura dos seus nomes já consagrados.

A crítica foi unânime em louvar a bela iniciativa de Ivo Cruz e do *Renascimento Musical*, tendo tido a imprensa da capital, sem discordâncias, entusiásticas palavras de aprêço para com o jóvem compositor e os seus ilustres colaboradores.

Não se limitou, porém, Ivo Cruz a tornar conhecidos entre nós os mestres da Música Nacional. Quis, igualmente, estender além-fronteiras a sua admirável obra de propaganda nacionalista. E assim, em Abril último, por ocasião da visita

a Espanha da Tuna Académica de Lisboa, foi o moço artista convidado a organizar no *Real Conservatorio de Música y Declamación*, de Madrid, uma Conferência-Concêrto Histórico de Música Portuguesa, que foi precedida de elogiosos palavras de apresentação de D. Julián Regúlez Torrea, Presidente da Real Associação de Alunos do Conservatório. O triunfo alcançado foi enorme, Eduardo Libório, sintetizando numa breve palestra a evolução da Arte Musical no nosso país, e Ivo Cruz e Frederico de Freitas, executando composições dos mais representativos autores, receberam da selecta e numerosíssima assistência as mais inequívocas demonstrações de aprêço.

A elevada tarefa encetada há meses por Ivo Cruz e os seus companheiros do Renascimento Musical vai prosseguir. Dentro de pouco tempo, novos concêrtos e novas conferências virão mais uma vez salientar o modo digno e a patriótica intenção com que trabalha êsse grupo de verdadeiros artistas portugueses.

Portugal na Grande Guerra e o livro do major Vasco de Carvalho

Por João de Castro

Com o título de «A 2.ª Divisão Portuguesa na Batalha do Lys», *publicou o nosso ilustre amigo e colaborador major Vasco de Carvalho o seu anunciado e esperado livro sôbre o 9 de Abril. Os leitores da* Nação Portuguesa *conhecem já um capítulo dêsse livro. Constitui êle um elegantíssimo volume, prefaciado pelo general Tamagnini, comandante do Corpo Expedicionário a França. Interessante o depoïmento do velho general, — interessante e desassombrado. Associamo-nos gostosamente ao elevado juízo em que o general Tamagnini reputa o estudo, — autêntico capítulo de história militar —, do major Vasco de Carvalho. E para reforçar as nossas homenagens a tão certo e dedicado companheiro, aqui estampamos, recortando-o do* Diário de Lisboa, *com a devida vénia, o artigo que a respeito de* «A 2.ª Divisão Portuguesa» *escreveu o nosso camarada na mesma fé lusitanista João de Castro.*

A cooperação da guerra da Europa foi para Portugal um fenómeno mais grave do que à primeira vista pode parecer ante a sua limitada intensidade.

Uma minoria de portugueses se bateu na guerra da Flandres, e no entanto, a importância dêste facto na nossa história contemporânea todos os dias aparece maior. As reacções que provocou na política interna portuguesa, os sintomas da crise, a dissolução social que mostrou, a desorganização que veio aumentar, a confusão de valores a que veio dar azo, são fenómenos graves que, apesar da sua limitada intensidade, produziu e que mereciam um capítulo inteiro de crítica social. E, no entanto, poucos ou nenhuns estudos sérios apareceram a analisar a guerra sob o nosso aspecto português. Nem mesmo a literatura (essa crítica social e psicológica mais profunda e mais íntima) soube analisar a grande crise da intervenção sob o aspecto português. Lendo «L'Appel du Sol», de Adrien Bertrand, sente-se o motivo nacional

da guerra em França. Lendo o «Feu», de Barbusse, sente-se a dor social que a guerra tentou resolver e afinal aumentou. Em Portugal, tirando livros de impressões (entre os quais é justo destacar o «Ao parapeito», da grande sensibilidade literária de Pina de Morais), nenhum livro apareceu a estudar a crise das almas, num livro de literatura, ou a crise dos factos, num livro de estudo. Não porque o país seja pequeno e não dê motivos bastantes, lenda que só serve a quem quer desculpar-se da sua pequenês, mas porque os que viveram êste momento não o quiseram ou não puderam fazer.

Surge-nos agora um livro forte e completo, ao mesmo tempo de análise social e de técnica militar, do major Vasco de Carvalho. Bom seria que todos os portugueses o lessem com a atenção que requere, porque do seu pormenorizado estudo, da sua documentação quasi esgotante, da sua clara e imparcial crítica surge-nos a intervenção na guerra da Europa em toda a sua verdade e dôr.

O major Vasco de Carvalho pertence à geração nacionalista, a quem incumbe, se souber cumprir o seu destino, a completa e definitiva revisão dos valores nacionais e a fundação (como cúpula dêsse trabalho) de um regime nacional. Com alegria vemos que o major Vasco de Carvalho não mente à sua geração. Num momento em que em Portugal se escreve animado de pequenas paixões, de mesquinhos ódios, o seu livro é leal e sereno, equilibrado no ataque ou na defesa. Não é um livro de polémica, e por isso mesmo mais terrível êle é. Livro de estudo e de sábia documentação, que só o major Vasco de Carvalho estava em situação de juntar e analisar, não é por isso menos doloroso êste livro.

Sim, um livro doloroso. Porque dêle surgem terríveis e esmagadores todos os erros políticos, sociais e militares com que a nossa guerra foi conduzida.

Começa logo no êrro terrível da forma de cooperação e a escolha dos motivos da guerra, quando os motivos aceitáveis da guerra, os dos ataques às nossas colónias de África, nos conduziriam por si ao nosso natural campo de batalha. É com alegria que eu vejo êste livro concordar, capítulo a capítulo, com aquilo que eu afirmei no prefácio que fiz ao relatório do general Pereira de Eça sôbre a campanha do Sul de Angola. Uma política de guerra bem conduzida ter-nos-ia dado o domínio incontestado em África.

Mas surgem depois ainda mais numerosos os erros, a lentidão na organização, a pequenez material do esfôrço empregado e daí o sacrifício dos que dêle participaram. E depois mais erros, mais desastres, a intervenção da política nas tropas combatentes e o descalabro material, tudo que preparava a derrocada e que o major Vasco de Carvalho resume nesta frase: «a barafunda orgânica existente nas vésperas da batalha».

Ainda nas rendições de tropas do dia 5 de Abril havia soldados que se revoltavam e faziam fogo sôbre o automóvel do general comandante da divisão.

O que os relatórios diziam nas vésperas da batalha é apavorante. As condições materiais e morais em que os soldados iam combater condenavam-nos à derrota. Essas páginas em que o major Vasco de Carvalho, citando relatórios de oficiais comandantes das pequenas unidades, em contacto com a tropa, de médicos, de oficiais superiores, analisa a causa da nossa inferioridade são aterradoras de verdade palpável. E são, ao mesmo tempo, belas e grandes páginas de análise social. A atmosfera que ali se descreve têm raíses mais fundas que as imediatas torturas e os pequenos erros. É uma raça em crise, salvando-se apenas por uma reserva maravilhosa de heroísmo, de resignação, de persistência indomável.

As páginas sôbre a resistência desordenada, pouco estratégica mas heróica, mas violenta e invencível consolam-nos bem de todo o resto.

Por elas é tambem êste livro um livro consolador. Tropas nenhumas do mundo, nas condições em que as nossas estavam, sem comando, sem ambiente moral, sem amparo material, resistiriam assim como as nossas, apenas apoiadas na hereditária coragem, na subconsciente formação de heroísmo e persistência, de paciência e de audácia que nos gerou a nós, portugueses de hoje. Não é a afirmação retórica que aqui nos mostra esta consoladora verdade. É a conclusão que se vêm acumulando capítulo a capítulo depois da análise dos erros e dos males, pela análise da

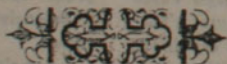
heróica resistência que nas piores condições, soubemos ainda ter.

Conclusão mais consoladora não podia ter êste livro, porque é na desgraça e no descalabro que a qualidade da raça se mostra a nu. Se nestas terríveis condições a raça resiste, é porque a sua formação, a sua qualidade já estável de valor é grande e forte. Livro consolador sôbre a raça portuguesa, é êste livro doloroso na análise da crise que ela atravessa. Também como obra técnica, como trabalho e critério, êste livro é consolador. Quem lê os livros técnicos franceses e sobretudo os alemães, percebe como e porquê os exércitos franceses ou alemães puderam vencer e resistir. Porque tinham a formação dum exército, um estudo sério das condições da guerra, hora a hora aumentado por oficiais de um especial valor e de uma grande capacidade de trabalho.

O livro do major Vasco de Carvalho é, sôbre êste aspecto, uma compensação para as inúmeras faltas do nosso meio militar. É uma obra militar tècnicamente perfeita, onde os oficiais portugueses de hoje e de àmanhã poderão estudar a nossa guerra, e os erros a evitar.

É um trabalho que nos alegra pelo que revela de qualidades de inteligência e de trabalho na nova geração de Portugal.

O major Vasco de Carvalho contraiu no entanto para comnosco uma dívida: a de continuar esta obra com um outro livro de estudo das nossas campanhas de África durante a grande guerra, das suas glórias, erros e possibilidades não aproveitadas. E como dívida futura e ainda maior, fazer essa «História Militar de Portugal» que ainda ninguém tentou com segurança e larguesa.

Mas já êste livro representa um grande e prestigioso esfôrço de nacionalismo e inteligência. Se a conclusão do seu livro é dolorosa, não é menos certo que na dor e na expiação se renovam sempre as pátrias e, êle no-lo diz, «o 9 de Abril foi uma expiação, uma terrível expiação». Que ela nos ensine a encontrar o bom caminho da salvação.

Registo de entradas

Revistas portuguesas.

Estudos—Revista mensal de cultura e formação católica. Órgão do C. A. D. C. de Coimbra. Ano III, n.os 26, 27 e 28, Junho, Julho e Agosto, 1924, Coimbra.

Seara Nova—Revista de doutrina e crítica. N.os 37 e 38, Julho e Agosto, Setembro e Outubro, 1924, Lisboa.

Brotéria—Série de vulgarização. Vol. XXII fascículo V, Setembro 1924.

Esta admirável revista, que o ilustre naturalista R. P. J. Tavares dirige, publica, entre outros escritos curiosos, um artigo de homenagem ao grande químico e denodado católico Sr. A. J. Ferreira da Silva.

Revista de Guimarães—Publicação da Sociedade Martins Sarmento. Guimarães, 1924.

Revista Literária—Director, proprietário, e editor: César de Frias. N.os 4, 5 e 6, Junho a Agosto de 1924, ano I. Sede provisória: Rua Garret, 73, 75.

Acção Realista—Revista quinzenal: Ernesto Gonçalves, n.os 1 a 9. Rua da Barroca, 59, sobre-loja.

Boletim Mensal, da Ordem Terceira e Missões Franciscanas portuguesas. XVII Ano, n.º 9, Setembro de 1924.

Revistas estrangeiras:

A América Brasileira—Director: Elísio de Carvalho. Ano III, n.os 30, 31, 32 e 33. Junho a Setembro de 1924. Rua 1.º de Março, 96, 3.º, Rio de Janeiro.

O Mundo Literário—N.os 27 e 28, Julho e Agosto, 1924. Rio de Janeiro.

Terra de Sol—Revista de Arte e Pensamento. N.º 26, Julho de 1924. Rio de Janeiro.

Nação Brasileira—Revista mensal ilustrada. Rio de Janeiro, Praça Tiradentes, 87, 1.º

A Ordem—Órgão do Centro D. Vital. Director, Jakson de Figueiredo. Ano III, n.º 36, Julho de 1924. R. Rodrigo Silva, 7. Rio de Janeiro.

Revista do Brasil—Directores, Paulo Prado e Monteiro Lobato. Ano VIII, vol. XXV, n.os 103 e 104, Julho e Agosto de 1924. Praça da Sé, 34. S. Paulo.

Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria—Boletim mensal. Ano XII, n.os 5, 6, 7 e 8, Maio, Junho, Julho e Agosto de 1924. Rio de Janeiro.

Unión Ibero-Americana—Agosto, 1924. Madrid.

Raza Española—Rivista de España y América. Ano VI, Mayo-Junio, n.os 65 y 66, 1924.

Estudis Franciscans—Revista mensal dirigida pelos padres capuchinhos. *Etapa* III. Julho, Agosto e Setembro, 1924, n.os. 205, 207 e 208. (Convent de Pares Caputxins), Barcelona-Sarriá.

Pegaso—Revista mensal. Directores: Rodolfo Mezzera, Pablo de Grecia e M. Delgado. Secretário: Telmo Mznacorda. Montevideu. Abril de 1924. Ano VIII, n.º 70.

Uruguay—Revista mensal. Abril de 1924, ano VIII, n.º 70.

Sirio—Revista de Arte e Crítica. Ano I, Paysandú (R. Oriental) Junho 1924, n.º 5.

As edições da «Nação Portuguesa»

Nação Portuguesa, cada vez mais empenhada em difundir e servir a verdadeira cultura nacionalista, dispõe-se a iniciar com *separatas* dos principais trabalhos que publicar, uma colecção de estudos que se dividirá em várias séries.

Serão elas, segundo a natureza dos assuntos, as seguintes:

A — Série Oliveira Martins (Estudos políticos e económicos).
B — Série Alberto Sampaio (Estudos históricos).
C — Série Ferreira Deusdado (Filosofia e história da filosofia).
D — Série Moniz Barreto (Crítica das idéas e das letras).
E — Série Martins Sarmento (Estudos antropológicos e arqueológidos).
F — Série Néri Delgado (Estudos scientíficos).
G — Série Rocha Peixoto (Estudos etnográficos).

Escusado é acentuar a importância desta nossa resolução. Com ela afirmamos mais uma vez o nosso desejo de restaurar nos domínios do espírito a fisionomia perdida de Portugal e de contribuirmos assim para o bom combate em defeza da civilização que ajudámos a criar.

CRÍTICA LITERÁRIA

Nação Portuguesa *publicará normalmente a avaliação crítica dos livros que forem aparecendo e mereçam ser contados para a apreciação do movimento intelectual português.*

No empenho de fomentar em Portugal o melhor conhecimento do Brasil intelectual, estabelecerá oportunamente, também, uma secção especial de crítica e bibliografia destinada à literatura brasileira.

Entretanto só fará referência a livros de que lhe sejam enviados dois exemplares.

SUMARIO
da 2.ª parte

BIBLIOTECA NACIONALISTA

Livros à venda na administração da «Nação Portuguesa»

Alberto Monsaraz

Sol Creador .... 5$00
Da Saudade e do Amor.. 5$00

Gama e Castro

O Novo Príncipe ou o espírito dos governos monárquicos ..... 10$00

Manuel Múrias

O Seiscentismo em Portugal.................................... 6$00

Fernando Campos

Os nossos Mestres. .... 10$00

Luís Costa

A Cidade Vermelha... 6$00

Major Vasco de Carvalho

A 2.ª Divisão portuguesa na Batalha de La Lys .... 35$00

António Claro

Memórias dum Vencido .... 8$00

Félix Correia

Sangue—Mocidade—Amor.. 10$00

Castelo Branco Chaves

Fialho de Almeida... 6$00

A Questão Ibérica... 10$00
Cartilha Monárquica .... 1$50
Cartilha do Operário .... 1$50
A Questão Dinástica .... 8$00
Os Planos da Autocracia Judaica............................... 5$00
1.ª série da Nação Portuguesa, numeros 1, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11 e 12 quási esgotada, cada número........................... 7$50

Para a província acresce o porte do correio excepto para os assinantes da «Nação Portuguesa».

Todas as encomendas são enviadas c/reembôlso.

As encomendas para a Africa seguem por conta e risco do comprador.

Adiante, por sôbre os cadáveres!

Nova jornada vai começar para a nossa revista e são hoje, como ontem, as mesmas palavras de esperança as nossas palavras de exortação. Nem por um só instante desprendamos o problema português do problema ocidental! Mais que uma crise de ordem meramente política e social, a crise, que tão dolorosamente a Europa atravessa e que no nosso país se reflete em aspectos máximos de tragédia, é, sobretudo e talvez unicamente, uma crise de «civilização».

Mas o que se deve entender, o que entendemos nós por «crise»? Igual interrogação se fazem todos os que na hora presente têm em consciência a responsabilidade do futuro,—ou manejem uma pena ou afaguem uma espada. Igual pregunta se faz a si próprio René Johannet, autor dêsse livro, bem discutível por certo, mas forte de energia, tão rico de apêlo à acção, —«Éloge du bourgeois français». «Moment périlleux et decisif, dit fort bien Littré, — regista René Johannet a respeito do que seja uma «crise». «Périlleux, c'est-à-dire, autout lequel se joue le tout pour le tout». E o autor do «Éloge du bourgeois français», procurando definir a sua preocupação, remata concludentemente: — «Voilá les développements naturels que comporte la définition de Littré, qui est la définition classique». Uma «crise» não é, pois, uma difi-

culdade passageira, uma contrariedade fugitiva na marcha das coisas públicas ou dos negócios governativos. Se uma das piores gafas dos sistemas democráticos, é a «vulgarização excessiva», é a «facilitação» deprimente a que obriga tudo, na bastardia dos vocábulos e no uso indecoroso a que o verbalismo dos tribunos e dos sicofantas lhes sujeitam e entortam o significado, vai-se-lhes a natural nobreza, a natural propriedade, a ponto de se tornarem fórmulas vagas, expressões unicamente auditivas. Tal acontece com o termo «crise», inteiramente deshonrado pela gíria dos políticos profissionais e de seus compadres, — os senhores que, a tanto por opinião, escrevem «artigos» nas gazetas.

Impõe-se assim a necessidade de a tudo se restituir o seu valor, de a tudo se restituir o seu logar e o seu sentido. Restituamos, pois, à palavra «crise» a sua perdida dignidade! Se ela traduz, na verdade, um instante «perigoso e decisivo», um instante em que o risco de se ser vencido é igual ao risco de total subversão, não há dúvida que Portugal se encontra em «crise», porque se encontram em completa negação as suas mais íntimas razões de ser, os motivos mais fortes da sua velha existência histórica.

Mas o fenómeno, cujos efeitos dominadores e progressivos com angústia constatamos, não é um fenómeno doméstico, de natureza exclusivamente nacional. Se lhe bosquejarmos a densa árvore genealógica, sem custo se verificará que as suas raizes são as raizes do mal profundo, do mal já mais que secular, em que a idéa solidária de «Europa» se vem assustadoramente desfazendo. O minuto extremo, — aquele em que a «crise» atinge a plenitude e se resolve, numa direcção ou noutra, é, porém, o minuto que corre. Mas de que estranha enfermidade, de que herança perniciosa recolhemos as conseqüências? Não é inútil repeti-lo! São os frutos dum largo e irrepremido individualismo, que, revelando-se primeiro com a Reforma na dissidência religiosa, se revelou com a Revolução-Francesa na quebra da unidade moral por que cada pátria se regia e alimentava.

Como os do Proteu mitológico, vários são os aspectos do Individualismo, múltiplas e imprevistas as suas formas. Mas, sem dúvida, a sua obra mais nefasta foi a que, em nome duma ilusória «liberdade intelectual», operou nos domínios da Inteligência própriamente dita. Levando-a às embuscadas do puro subjectivismo, levando-a à rutura com

a objectividade e, portanto, com a essência inalterável do Ser, expulsou o «absoluto» da vida humana, para o substituir, numa evidente diminuição da nossa personalidade, pelas traiçoeiras, ainda que sorridentes seduções, do chamado «intelectualismo», — da chamada «filosofia moderna». Despresadas desta maneira a lição e a experiência dos séculos, os homens rolaram de quimera para quimera, de utopia para utopia, entregues cegamente ao canto hipócrita das sereias que, prometendo-lhes a ambicionada emancipação, — a posse apetecida dos frutos da árvore de Todo-o-Saber, só os trouxeram, afinal, aos parapeitos do abismo, em que, suspensa da sua túnica bordada de castelos e catedrais, a grande madre Europa, se alonga um passo adiante, não tardará a precipitar-se.

Não nos quedaremos aqui em demorados exames de consciência. Mas, apontando como a tara pior do Individualismo a sinistra perversão da Inteligência, diabòlicamente efectivada por êle, o nosso fim é salientar a urgência de condicionar toda a acção reconstrutora por um labor constante de rectificação mental. Para que a «crise» assumisse quási as raias da catástrofe sem remédio, abriu-lhe o caminho, facilitou-lhe o andamento, o trabalho de dissociação criticista, em que, a partir, principalmente, do século XVII, a Inteligência, prostituindo-se, se empenhou afincadamente. Preparando o advento duma barbaria espantosa, duma barbaria sem nome, era, no fim de contas, o seu suicídio que a Inteligência preparava. Apercebeu-se ela da sorte que a esperava nas alamedas da Cidade-Nova, a tempo de poder reagir, já com a lei do Número ululando, como um monstro de mil cabeças, contra a lei do Espírito, — a eterna lei libertadora, a lei pela qual o homem, se a aceita e serve, é implicitamente colaborador de Deus na obra incessante da criação.

Saüdando no prólogo do seu livro, já citado, o Ditador que há de surgir para agrupar e coordenar os valores dispersos, mas diligentes, de que a França hodierna regorgita, cheia, escreve René Johannet: — «Il n'y a jamais pour les peuples qu'un seul et immense probléme, qui ne s'interrompe pas une minute et ne cesse de se transformer: le probléme des élites». Efectivamente, o problema imenso, o único problema a que, no fundo, se reduzem as agitadas questões do nosso mundo, — do desgarrado mundo ocidental, é um problema de «élites», um problema de

«aristocracia», (ressuscitando e reabilitando a velha designação),—é um problema de puros elementos condutores, de minorias renovadoras, que se sobreponham enèrgicamente às apáticas, quando não subtrativas, quando não parasitárias, «classes dirigentes» das mentiras convencionais do nosso tempo. Se, como reconhecemos, a sociedade morre por carência de actividades que a estimulem na luta que é imperioso manter contra os agentes que afanosamente a desfibram e decompõem, para onde apelar, a não ser para a «selecção positiva», visto que a selecção pretensamente igualitária da Democracia só gerou o predomínio das cegas fôrças materiais sôbre o claro sorriso de Minerva, — sôbre a imarcessível Flor-de-Lis, que é o brasão de tudo quanto, em nome do Espírito, se oponha à tirania grosseira do Oiro e do Número. Mas como suscitar essas «élites», como promover a sua floração, o seu desenvolvimento?

Decerto que nas próprias reservas da sociedade, o seu germen existe latente. O que carecemos é de moldes, é de instituições que naturalmente promovam a sua gestação e as amparem depois no crescimento, facilitando-lhes a detenção do Poder e com ela a direcção da vida social. Se a «aristocracia», se a «élite» não dispõe de nenhuma formação ética e mental, irrecusàvelmente que se volve depressa em casta absorvente, em oligarquia sequiosa dos mil e um prazeres, derivados do desfruto do mando. Se mandar é um «fim» e não um «meio», a «élite» não é «élite», porque não corresponde à sua dupla função criadora e escalonadora. Iludem-se, por isso, os que, aterrados a um arcaico e despresível conservantismo, imaginam que o repouso da sociedade e o seu ingresso no desejado equilíbrio se limita apenas a uma simples operação de carácter policial, — a um mero restabelecimento militar da o dem. A «ordem» em si pode até ser a «ordem» do bolchevismo, pode até ser a ordem que existe nos próprios Infernos, porque no Inferno existe uma «ordem», como Dante no-lo assinala, a Teologia no-lo ensina e agudamente Jacques Maritain nos acentúa no seu «Anti-moderne».

Acabemos com tão estéril como anuladora superstição, — a superstição da Ordem! Naturalmente que a ordem é condição essencial da vida. Mas não é a Ordem que gera a Vida, e sim a Vida que gera a Ordem. À Ordem, ditada pelo rítmo sagrado da Vida, nos devemos dirigir. E outra

não é senão a Ordem, fundada e inspirada numa ordem mais profunda e mais real, — a do império imprescritível do Espírito.

Pense-se o que se pensar, braceje-se o que se bracejar, o dilema está nitidamente enunciado: — a Ordem, sinónimo da civilização, só se restaurará pelos mesmos princípios porque, nos horizontes já brumosos da história, um dia foi possível. Sem a plena instauração de tais princípios, o Cáos voltará a soltar o seu rugido infréne, voltará a negra confusão primitiva. E nesta altura prevenimos que, amando cada vez mais a expressão directa e sóbria, não nos achamos aqui esboçando apocalipses, com tanto de ridículas como de enfáticas! No duelo tremendo em que se emmaranham os instintos mais ocultos da sociedade com as suas mais belas lucilações, apenas a Igreja mantem a firmeza do seu rochedo, — apenas a Igreja que fez a Europa e que salvou do naufrágio do mundo antigo os melhores legados da cultura clássica, nos aponta a estrada segura da vitória e da reconstrução.

Não se esqueceu ainda aquela vigorosa página de Taine no «Ancien régime», quando o filósofo, resumindo o pandemónio violentíssimo da grande noite medieval, com as invasões passando e repassando, nos coloca diante dos olhos a solicitude quási divina dos monjes e dos bispos, tirando de tantos escombros fumegantes os lineamentos duma nova idade de paz, de trabalho e de fraternidade. Graças ao clero, graças à Igreja, as vontades se somaram, as dedicações se hierarquisaram, as inteligências exploraram as veredas obstruídas do conhecimento e da meditação, — e de tão aplicada e evangélica tarefa resultou uma «ordem» que, no dizer de Taine, «a empêché l'Europe de devenir une anarchie mongole». Ameaçada de novo a Europa de cair, de mergulhar, e talvez irreparàvelmente, numa como que «anarquia mongol», à «ordem christã» necessitamos de nos devolver, porque só na «ordem christã» o homem deixa de ser «indivíduo» para se tornar «pessoa,» — porque só na «ordem christã» o homem, de quantidade errática e centrífuga, se transforma em parcela aditiva, em fecundo elemento activo, dentro da continuidade admirável das gerações.

«Revolta do ser contra a espécie», — eis como Augusto Comte classificou o individualismo revolucionário. Revolucionário, não porque êle date da Revolução-Francesa, — não porque êle descenda do

grito rebelde de Lutero, mas porque, acompanhando-lhe a linhagem ao arripio dos tempos, vai directamente entroncar no «Non serviam»! eterno de Satanaz. Pois «revolta do ser contra a espécie», o individualismo revolucionário, tão seguramente sintetizado na frase epigráfica de Comte, é a negação da Liberdade que, sem a autoridade, é mito vão, é fantasma irónico e nunca possuído. Obedecendo tão sòmente às solicitações inferiores da nossa contraditória humanidade, o que pretende é pôr no trono a besta semi-desperta que habita nas criptas, tão povoadas como misteriosas, de cada um nós. Ora se paramente com a refulgência dominadora do Bezerro-de-Oiro, ou, numa sinceridade estorcionada de manicómio, erija altares a ídolos que têm boca e não falam, que têm olhos e não vêem — como reza a letra do Salmo,— não há disfarce que esconda ou evite a regressão pavorosa, a que o homem se condena, quando entregue exclusivamente a si próprio. Pondera a propósito Jacques Maritain: —«Fondé sur les deux principes contre nature de la fécondité de l'argent et de la finalité de l'utile, multipliant sans aucun terme possible les besoins et la servitude, détruisant le loisir de l'âme, soustrayant le factible materiel à la régulation qui le proportionnait aux fins de l'être humain, et imposant à l'homme le halètement de la machine et le mouvement accéléré de la matière, le monde moderne imprime á l'activité humaine un mode proprement diabolique, car le but final de tout ce délire est d'empêcher l'homme de se souvenir de Dieu. . .». Falar em Deus, é falar no Espírito, — e o que é «progredir», —racionalmente entendido—, o que é «civilizar» senão elevar a Matéria ao Espírito, reintegrar a Criatura no Criador?

«Progresser. . . c'est. . . passer du sensible au rationnel et du rationnel au spirituel et du moins spirituel au plus spirituel; civiliser c'est spiritualiser,—salienta ainda Jacques Maritain. Mas o que se toma hoje por «civilizar»? Toma-se, precisamente, a operação inversa,— ou seja a diminuïção crescente do «espiritual», em manifesto e absorvente proveito do «material». Ora, à claridade de tais reflexões, se torna urgente para nós assentar o que convém dizer-se por «élites». Na perversão do conceito de «civilização», confundiu-se esta, duma maneira absurda, com um dos seus aspectos, indubitàvelmente dos mais tangíveis, mas por certo dos menos

vitalizadores — o da «técnica». A alta cultura, — a cultura desinteressada, perdeu o seu prestígio, — e, quando porventura, subsista num ponto ou noutro, subsiste, desnaturada pela avariose filosófica dos úl-

foi a aplicação desta idéa predominante de «técnica» aos grupos humanos. A fôrça isolada é impotente e daqui a necessidade de congregar esforços para se alcançar os efeitos correspondentes às aspirações de maior bem estar». Insurjiu-se Mgr.

Seipel contra a «organização», no sentido exclusivamente numérico com que se pratica. Os próprios efectivos católicos padeceram as influências funestas de tão grosseiro equívoco. «Hoje nas nossas organi-

porque nos veio demonstrar como uma minoria compacta conseguiu desencadear tamanha comoção social. É oportuno documentar agora a opinião de Mgr. Seipel com as impressões do conhecido político espanhol D. Francisco Cambo. «De to-

grito rebelde de Lutero, mas porque, acompanhando-lhe a linhagem ao arripio dos tempos, vai directamente entroncar no «Non serviam»! eterno de Satanaz. Pois «revolta do ser contra a espécie», o individualismo revolucionário, tão segura-

trayant le factible materiel à la régulation qui le proportionnait aux fins de l'être humain, et imposant à l'homme le halètement de la machine et le mouvement accéléré de la matière, le monde moderne imprime á l'activité humaine un mode propre-

Pondera a propósito Jacques Maritain: —«Fondé sur les deux principes contre nature de la fécondité de l'argent et de la finalité de l'utile, multipliant sans aucun terme possible les besoins et la servitude, détruisant le loisir de l'âme, sous-

urgente para nós assentar o que convém dizer-se por «élites». Na perversão do conceito de «civilização», confundiu-se esta, duma maneira absurda, com um dos seus aspectos, indubitàvelmente dos mais tangíveis, mas por certo dos menos

vitalizadores — o da «técnica». A alta cultura, — a cultura desinteressada, perdeu o seu prestígio, — e, quando porventura, subsista num ponto ou noutro, subsiste, desnaturada pela avariose filosófica dos últimos dois séculos. Se, na realidade, nos anima o fervente desejo de assegurarmos posições para defesa do tipo de humanidade, que o Ocidente recebeu do Christianismo, impõe-se-nos a obrigação indeclinável de rever e de rectificar êsse juizo corrente da «élite».

Escolhendo para tema dum seu notabilissimo discurso, as «tendências intelectuais predominantes no mundo», assim se exprimiu Mgr. Seipel, o eminente chanceler austríaco: — «A tendência predominante na época que antecedeu a guerra era a exaltação da técnica, da organização, da democracia... A sciência do pensamento caíra em completo descrédito, porque a «técnica» criava tantas comodidades que ninguém supunha possível o viver-se sem ela. A «organização» foi a aplicação desta idéa predominante de «técnica» aos grupos humanos. A fôrça isolada é impotente e daqui a necessidade de congregar esforços para se alcançar os efeitos correspondentes às aspirações de maior bem estar». Insurjiu-se Mgr. Seipel contra a «organização», no sentido exclusivamente numérico com que se pratica. Os próprios efectivos católicos padeceram as influências funestas de tão grosseiro equívoco. «Hoje nas nossas organizações buscamos, mais que o número, o valor moral e a perfeição interna dos seus membros», — acrescentou Mgr. Seipel. O vento faz cair as folhas sêcas e as árvores só se beneficiam com isso. Não desprezamos a organização, mas cultivamos o espírito com mais cuidado que o organismo, preferindo a minoria selecta ao recrutamento em massa, que, incontestàvelmente, é imprescindível, mas que não pode utilizar-se sem a primeira».

Eis francamente enunciado o problema da formação e da função das «élites». Em refôrço das suas afirmações, aludiu também o ilustre e virtuoso chanceler austriaco aos exemplos que salutarmente o bolchevismo nos oferece. A noção vigente e legal da Democracia recebeu do bolchevismo o golpe decisivo, porque nos veio demonstrar como uma minoria compacta conseguiu desencadear tamanha comoção social. É oportuno documentar agora a opinião de Mgr. Seipel com as impressões do conhecido político espanhol D. Francisco Cambo. «De to-

das las revoluciones triunfantes ocurridas en Europa en los ultimos años, — escreve êle —, las unicas sobre las cuales se ha concentrado la atención del mundo entero han sido la revolución bolchevista y la revolución fascista... El que no ve, presiente que lo que ha tenido lugar en Italia y Rusia no interesa sólo a los rusos y a los italianos, sino que interesa el mundo entero y tiene un valor universal». Porquê?

Porque tanto o bolchevismo, como o fascismo, «representan, en su aspecto negativo, la exposición del fracaso de todo el sistema politico y de toda la ideologia democrática y humanitaria que imperaba en Europa hacia casi un siglo al estallar la guerra, y en su aspecto positivo, vienen a ser un encargo, un tanteo, en busca de las nuevas formulas para encuadrar y dirigir las funciones estatuales». E Cambo agrega:—«El bolchevismo y el fascismo son, francamente, lealmente, antidemocráticos. Reniegan de la soberania popular y adjudican el gobierno a las minorias que por su audacia, por su fuerza, por su heroismo, han conquistado el derecho de gobernar a los demás... Tanto en Rusia como en Italia, — prossegue Cambo —, ha quedado de manifiesto que los progresos de la humanidad son más superficiales que lo que nuestra vanidad se complace en creer y afirmar: hoy, como en los comienzos más lejanos de la historia, el valor personal, el esfuerzo heroico, es el que triunfa y constituye la base esencial del Poder... Uno y otro movimiento expresan su menosprecio por el sufragio universal y por las instituciones parlamentarias... Tanto en Rusia como en Italia se gobierna hoy, no en nombre de todo el pueblo, según queria la ideologia democrática, sino en nombre de un partido, llegado al Poder proclamando un ideal y por el camino del esfuerzo heroico y cruento». E Cambo remata: —«Podrá pensarse lo que se quiera de los sistemas politicos que imperan en Rusia y en Italia, pero es preciso confesar que su exposición es de una franqueza, como no se encuentraba ni por azar, en las expressiones tal vez decadentes, tal vez rudimentarias, de la caricatura abjecta del régimen parlamentario, en que vivian, en que viven todavia algunos países, donde tambien gobierna una minoria que llegó al Poder por la intriga y en el se mantiene por la ineficacia y por la claudicación».

Do depoimento, tão significativo, de Cambo se deduz, afinal, aquilo que é um facto insofismável: — O Po-

der é sempre uma ditadura, consistindo apenas as diferenças que o hajam de distinguir na forma como essa ditadura se exerce, se em benefício, se em detrimento da colectividade. Tombaríamos assim na justificação terminante das teorias de Duguit, se à razão objectiva do Poder não adicionássemos para com os seus titulares um elemento de natureza moral ou subjectiva: — a legitimidade. Despida dos seus revestimentos históricos, a legitimidade do Poder resume-se em garantir na seqüência do seu exercício o bem da comunidade. Se o Poder se adquire ou ganha como um «fim», surje lògicamente a tirania, ou disfarçada em ficções legalistas, ou assumindo o carácter franco dum aberto acto de conquista. Como é uma minoria que inevitàvelmente o detém e exerce, a «casta» aparece, ou saída da fôrça, ou gerada pela hipocrisia dos convencionalismos jurídicos. A segunda hipótese é a hipótese vulgar e nauseabunda das democracias, oprimindo e desvirtuando o rítmo social debaixo da opressão anónima dos partidos e dos parlamentos. A primeira hipótese essa é a da Rússia e ainda a da Itália. Reacções vigorosas contra a decomposição engendrada na alma dos povos pelo narcótico individualista, a experiência russa, produzida em nome das teorias de Karl Marx, — um judeu alemão —, num terreno mal europeisado, em que a sonolência asiática amolenta o sentir da maioria, só vale para nós como o sinal evidente de que quem dirige e governa é sempre um grupo de homens reduzido, desde que os unifique uma ideologia ou mentalidade comum. Mais orgânico, mais inspirado nas razões claras do Ocidente, o ensaio governativo de Mussolini descobre-nos o lado positivo do fenómeno que, em termos opostos, a Rússia fornece à nossa meditação. É à morte da Democracia a que assistimos, é à vitória da sinceridade e do desassombro na arte de governar. Conseqüentemente, para nós renovadores, tão elucidativo é o exemplo do fascismo, como o exemplo do bolchevismo.

De resto, é como o considera Mgr. Seipel. E caracterizando o eminente estadista e virtuoso sacerdote o sistema ditatorial que se experimenta mais ou menos em toda a parte contra os vícios e insuficiência da Democracia, eis como êle se pronuncía ainda: — «É êste regime (o da ditadura) um regime em que se substitui a vontade da maioria pela vontade dalguns homens de vontade e de energia... A ditadura

não se suporta sòmente por medo, mas porque se sente a necessidade duma mão forte e se prefere o império duma vontade clara à tortuosidade duma democracia infrutuosa. Nem o bolchevismo nem a ditadura são sistemas ideais, nem a melhor forma que poderemos encontrar para a democracia. Mas tanto o bolchevismo como a ditadura nos demonstram que o govêrno de todos será substituido pelo império de poucos, responsáveis ante a colectividade. Não é a forma que decide, senão o pensamento e a substância».

Certamente é o pensamento, é a essência, e não a forma o que imprime natureza e direcção. Das agitadas combinações em que a Europa se debate depois da guerra, o que resulta já bem visível, já bem palpável, é êsse apêlo para uma vontade responsável e definida que confira consciência e personalidade à acefalia e ao anonimato do Estado democrático. Podem fracassar aqui e àlém, momentâneamente, ou com Mussolini, ou com Mgr. Seipel, ou com o general Primo de Rivera, tais prefigurações, — consinta-se o emprêgo do termo! —, da nova ordem, — da ordem por vir. A nova ordem, — a ordem por vir, não brotará dum jacto das entranhas enfermas da sociedade, tal como Minerva, armada de casco e lança, brotou da cabeça de Júpiter. Só cérebros simplistas acreditarão na possibilidade duma mutação rápida de scenário, como num lance aparatoso de mágica. Possuamo-nos desta verdade incontestável e, integrando-nos no plano de Deus, não queiramos, num ridículo e ilusório orgulho, resolver dum instante para o outro, ou a golpes insensatos de reformas, ou por meio de qualquer cruenta cavalhada revolucionária, a sorte dum povo, o destino duma civilização! O rumo dos acontecimentos já nós sabemos onde nos leva: — ou ao cáos, se não reagirmos ou se reagirmos mal, ou ao govêrno das «élites», visto que, na aguda reflexão de René Johannet, para os povos não há senão um imenso e único problema, — o problema das «élites».

Mas não nos entreguemos passivamente à miragem, ou ao fetichismo das «élites»! É urgentíssimo, como assinalámos, promover a preparação dessas «élites». Não nos abandonemos também, nem ao critério errado da «organização», nem à idolatria da «técnica». Urge que o homem se «realize» totalmente, — e tal realização só lhe é possível por influxo e graça especial da lei do Espírito. Se a «cultura supérior»,

se a «cultura desinteressada», nos aparece assim como fundamental, não nos aparece com papel menos preponderante a «piedade», como modeladora e ordenadora das descaídas potências da alma. Um dos grandes benefícios prestados pelo Christianismo à civilização é êsse de, em cada homem, suscitar um como que resumo da humanidade. Não é dêste modo indiferente a distinção entre «pessôa» e «indivíduo», que da filosofia da Escola trazemos para o campo da história, a fim de melhor se destacar que todas as culturas e todas as épocas, baseadas na «vontade», são culturas e épocas individualistas, — subtrativas, lògicamente, em relação ao todo humano, porque se baseiam no que no indivíduo é mais fàcilmente «animal», mais fàcilmente «instintivo», mais fàcilmente anárquico e flutuante. Ao inverso, são «aditivas», são «continuadoras» e «condensadoras» as culturas e as épocas, que se fundam não no «indivíduo», mas na «pessôa», — sinónimo, no seu valor transitório, de «género-humano», de «humanidade». O segredo, a resistência e, porque não dizer, a «eternidade» da civilização ocidental é onde residem. Diminuída hoje, porque o «indivíduo» a domina e enfraquece, da inteligência à economia, da sensibilidade ao entendimento. Rediviva àmanhã, se a pusermos outra vez em contacto com as suas fontes originais, — com as suas nascentes ocultas e sempre moças.

Para tanto carecemos nós, — os que nos damos à consideração das «causas» e «efeitos», de nos reconciliarmos, sem perda dum instante, com o Ser, — com a violada e desprezada objectividade. Ensina-nos Santo Tomás, a cujo patrocínio nos confiamos, que a verdade não é mais que a «adæquatio intellectus et rei», — o consórcio da inteligência com a realidade. Ao consórcio da inteligência com a realidade precisam de se submeter modesta, mas vitalizadoramente os que em Portugal se devotaram à cruzada da salvação nacional. Só assim uma «élite» se produzirá e educará, — «élite» sem a qual a reacção que «inevitàvelmente», mais hoje, mais àmanhã, há de irromper das reservas últimas da colectividade, pronto se perderia na inconseqüência e no improviso das já desastradamente provadas «restaurações políticas». Convençamo-nos, pois, de que a questão portuguesa não é separável da questão europeia, — de que a crise que o nosso país atravessa é a crise que atravessa a civilização ocidental.

Monarquia? República? Oh, a balbúrdia ignóbil dos mitos que nada exprimem! O drama vem de mais longe e o seu conflito é bem mais patético. Dum lado a Matéria com o seu cortejo de «conservadores» e de «radicais», adorando o mesmo deus, — o Oiro omnipotente e aliciante. Do outro lado o Espírito, contrapondo-lhe o inefável serviço da primeira alvorada do mundo, — da alvorada inegualável da Criação.

No revolto laboratório o Futuro se delinea e afeiçoa. Delinea-o e afeiçoa-o o simultâneo labor de destruïção e de renovação, em que temos o nosso papel, a nossa acção. Acendamos a lâmpada do estudo, — e invoquemos a Jesus, Pai dos Séculos, Pastor das Nações. E é já poeira do túmulo, pobre cadáver ambulante, aquele que à glória intraduzível de ser um antecipado preferir jazer no charco em companhia das rãs, coaxando a miséria insolente da sua irracionalidade!...

A. S.

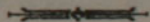
António Nobre e o nacionalismo da geração de 90 (1)

Por Castelo Branco Chaves

«Dos nossos vinte anos arrastando ás costas vinte seculos, dos nossos olhos sem inocencia, das nossas boccas sem frescura, das nossas cabeças sem vontade, emfim, desta geração somnambula que faz alas para ver Portugal tombar na cova, não é verdade, ó Frei, que foi providencial sair um poeta capaz de responsar com eloquencia a agonia dos farrapos de alma que nos restam?»

Alberto de Oliveira — *Palavras Loucas*

«Essa doença é a doença de uma geração, é a de uma mocidade;...»

Alberto de Oliveira — *Palavras Loucas*

Os críticos e biógrafos de António Nobre têm-se limitado a parafrasear o que sôbre si e sôbre a Vida o poeta deixou dito, em versos mais ou menos defeituosos, ou em cartas particulares plangentemente afinadas pelo diapasão da sua melancólica e doentia sensibilidade (2). Possuidor no máximo grau daquelas quási inanalisáveis qüalidades físicas e morais, que fazem que um homem se destaque entre muitos homens, António Nobre impôs-se à sua geração e ao seu grupo de amigos, desde que aquela e êste encontraram nêle o seu tipo-ideal, uma espécie de figurino indumentário, sentimental e moral que os levou — a essa pléiade de moços que vinha, de novo, afinar as letras pátrias pelo maguado tom do desalento e do sentimentalismo românticos, — a alçarem-no por seu bordo.

Sôbre a geração de 90, António Nobre exerceu uma influência real e definitiva; e sendo esta geração aquela que em Portugal introduziu, com foros de

escola literária, o nacionalismo, não é destituido de interêsse para aqueles que entre os acontecimentos se dedicam a estudar a génese e evolução das idéas que os geraram, o estudo da influência exercida por êste poeta medularmente romântico (3) numa fórmula de estética com que se tem pretendido educar a sensibilidade às gerações moças e para a qual até se têm olhado como elemento de reorganização nacional. Esta influência explica, se não no todo, pelo menos em parte, a estreiteza, a anemia intelectual e carácter efeminado da literatura designada, entre nós, de «nacionalista». Os nossos nacionalistas (exceptuo, naturalmente, aqueles que inteligentemente reagiram contra o nacionalismo *à clocher* e praticam a única forma sensata de nacionalismo) têm vindo por caminho errado, enfraquecendo a fibra nacional em lugar de a revigorar, cultivando, como cultivam, uma fraca literatura de ingénuos motivos, que procura não sei que forma rudimentarmente popular. Cómoda ou impotentemente, colocam-se à margem dum espírito altamente nacional que é, feitas as contas, o mais amplamente universalista.

Já Moniz Barreto, êsse lúcido espírito, que tão valiosos penhores da sua inteligência nos deixou, apesar de considerar o *Só* apenas na sua feição decadista, alcançou num largo golpe de vista o mal de que enfermava e enfermaria toda a literatura feita sob o signo dêsse livro: «*Para obter a audiencia dos homens é preciso fallar dos grandes interesses humanos. Todas as grandes reputações litterarias são condicionadas por uma vasta capacidade de comprehensão e sympathia. Um poeta de primeira ordem é um agitador de idéas e um conductor de almas. Ora, não é pintando a côr das gangrenas ou succumbindo sob a influencia das terças-feiras que se pode dominar e arrastar um povo*» (4).

Não se atendeu no acertado reparo e, desde então, todos aqueles que em Portugal começam a fazer versos ou prosa, a compor música ou a pintar telas, têm acudido ao chamamento que António Nobre traçou em versos de grande tom exclamativo:

> «*Georges! anda ver o meu paiz de romarias*
> *E de procissões*»
> ....
> «*Qu'é dos Pintores do meu paiz extranho,*
> *Onde estão elles que o não vêm pintar!*» (5)

E assim, já por fraqueza própria, já por sedução do modêlo, temos tido, há anos a esta parte, muita gente nova que esgota as suas energias moças a namorar a Pátria, amando-a naquilo que ela tem de decorativo e poético. Dos seus grandes interêsses, dos instantes perigos, alheiam-se como se alheiam dos interêsses humanos, e cantam ou contam os poéticos idílios dos «Manéis» com as «Marias», numa paisagem de pinheiros que murmuram e de águas que correm mansas. E a

pobre terra portuguesa, que um poeta cantou «tão cheia de sol e cheia de tristeza», lá vem pelos anos, de miséria em miséria! Ora, se houve geração que assim fôsse e assim ensinasse a ser às gerações posteriores, essa foi sem dúvida a de 90; e se dentro dessa geração houve exemplar acabado dêste «lusíada coitado», êsse foi o *bardo* António Nobre — corifeu do «nacionalismo sentimental» (6).

Afigura-se-me, pois, oportuno, nesta hora em que o nacionalismo vive intensamente, estudar o poeta e analisá-lo dentro da geração de 90.

I

O poeta do *Só* aparece-nos logo, a uma primeira análise, como um ser sem condições de saúde intelectual e moral, em virtude dum «sensibilismo» longa e mòrbidamente cultivado. Caracteriza-o uma ausência completa de educação social, ou seja uma desarmónica relação entre os seus sentimentos e idéas e as condições gerais da acção e da vida, dentro de qualquer organismo social. Atacado por uma doença física que não perdoa nem se condoe da mocidade, António Nobre, porém, foi, como homem e como artista, mais vitimado pelo mal intelectual que genèricamente se chama «romântico» do que pròpriamente pela tísica. Só muito excepcionalmente uma doença física perverte ou perturba as qualidades essenciais e básicas da inteligência e do caracter, e Nobre não fez os seus versos, como apregoam biógrafos e críticos, sob a obsessão única, tirânica, da doença que o matou. O seu mal foi um infeliz desígnio, sim, mas magnífico motivo para o poeta do *Só* referir toda a fraqueza e dissolvência feminina do seu espírito. Nêle não existem os fortes, os másculos desespêros da desgraça, nem a grandeza sublime da resignação — há quási sòmente uma passividade feminina encoberta por uma mal plagiada *pose* byroniana. Raramente Nobre pronuncía uma vérdade psicológica ou exprime um sentimento humano; em Nobre só Nobre existe, mas não, como seria interessante, reproduzido numa auto-análise que tornasse os seus poemas belos documentos humanos. Sòmente a atitude; e por isso eu não considero o *Só* como a auto-biografia duma alma que sofre, mas, sim como o retrato literário de um bardo que pretendeu, acima de tudo, seduzir e assombrar.

Só o contacto com a Vida, à luz clara do sol, dá a riqueza moral, a experiência psicológica e a aptidão analítica, qualidades sem as quais o homem não logra a plenitude da existência. O poeta, como todo o homem, nasceu e há de formar-se para viver entre os homens e para compartilhar, mas com mais intensidade imaginativa e psicológica, dos sentimentos que lhe são peculiares. Divorciar-se da vida é atabafar a sua voz ou renunciar à missão que escolheu, revertendo num mau exemplo de «quimerismo» de sentimentos e de idéas. O «quimerismo» dos sentimentos e das idéas é o elemento pervertedor do intelectivo e do moral,

que entenebrece a claresa da inteligência, aniquila a vontade e ataca a integridade da alma. Claramente a missão do homem é procurar a verdade e tudo o que daí o afaste tornar-se-á nocivo ao próprio homem.

Ora António Nobre cultivou com pernicioso excesso o divórcio entre a sua personalidade, que considerava superior e boa, e o ambiente circundante, que dizia inferior e mau:

Nunca me houvesses dado á luz, Senhora!
Nunca eu mamasse o leite aureolado
Que me fez homem, mágica bebida!

Fôra melhor não ter nascido, fôra,
Do que andar, como eu ando, degredado
Por esta Costa d'Africa da Vida... (7)

Moços do meu paiz! Vereis então
O que é esta Vida, o que é que nos espera...
Toda uma sexta-feira de Paixão (8)

A Vida, quando dela se digna falar, pinta-a como um tropel de misérias, chatezas, dando grande realce a todos os aspectos deprimentes da sociedade e dos homens. A poesia *A Vida* encerra êsse cançasso, êsse temor supersticioso da existência, e um soneto datado de Paris 1891 é uma renúncia pusilânime a todo o esfôrço, uma desvairada fuga para o delirante:

E a Vida foi, e é assim, e não melhora.
Esforço inutil, tudo é illusão
Quantos não scismam n'isso mesmo a esta hora
Com uma taça, ou um punhal na mão!

Mas a Arte, o Lar, um filho, Antonio? Embora!
Chymeras, sonhos, bolas de sabão
....
....
Ai quem me dera entrar nesse convento
Que ha alem da Morte e que se chama A Paz!

Mas se a vida é para êle simplesmente o mau e o imperfeito, mesmo o martírio e o sacrifício inúteis, êle é para si próprio uma revelação da grandeza,

da bondade e do belo. Chama-se maior que todos e trata por iguais no estro a Camões e a Byron. Inevitàvelmente, com tão alto conceito de si próprio e com um tão falso e contingente critério avaliativo da Vida, surge entre o poeta e o seu meio uma separação tão grande e irremediável, que o levará a queixar-se continuamente dos que o cercam, a detestar o que vê e a sentir-se mal na existência.

Viver é lutar, e quem se não empenha na luta morre de tédio ou de horror, porque simultâneamente perde a preocupação do futuro e sente a extensão do tempo. Só a luta dá realce e relêvo à vida, e por isso os homens de temperamento viril nos aparecem como seres de uma saúde moral exuberante, individualidade afirmada e confiança plena num destino de que êles mesmos se sentem os criado--res. A vida não é, no conceito que dela fazem, apenas a luta, mas também a conquista.

Os indivíduos de temperamento feminino, de que Nobre é um exemplar completo, não vêem àlém da luta a vitória, e por isso se lhes afigura desconsolante e inútil entrar na luta. Ora, a vitória do homem só se lhe começa a revelar quando a sua fôrça se manifestou. Os fracos nunca vislumbram o êxito, porque nunca experimentam os elementos que dispõem para obtê-lo. Cuidam agir chorando, lamentando-se, desesperando-se; e êsse chôro, êsse lamento, êsse desespero apenas aumentam a intensidade da fraquesa e agravam a impotência da acção. Tudo confundem porque tudo mantêm ao mesmo baixo nível: e o que é desordem passam a apresentá-lo como ordem, o que é instinto como razão, o que é fraqueza como energia, o que é confusão como génio.

Falando da literatura portuguesa contemporânea, o sr. Manuel da Silva Gaio, num interessante artigo publicado na *Arte*, em 1895, diz que o *Só* de Nobre é, com a obra de Fialho, o que a literatura lusitana possue de mais interessante como documento da desordem da mentalidade e da psicologia contemporâneas, que o crítico não pode deixar esquecido quando quiser estudar a tragi-comédia da nossa mentalidade e da nossa alma nos últimos quarenta anos. Nesse livro, de facto, encontram-se todas as características da dissolvência da vontade, do amortecimento do espírito e da incultura da inteligência, que são ainda hoje o nosso mal.

Nobre entra na vida com as ilusões naturais da sua mocidade inexperiente. A vida sem a experiência é uma quimera, ou um sonho, que a realidade desfaz e emenda duma maneira cruel, sem dúvida, mas bem compensadora em ensinamentos! Ai dos que não querem atender a lição dessa realidade! A sua posição na existência será sempre a dos vencidos. Orgulhoso e fraco, julgando-se superior e sentindo-se com auditório pronto a escutar o seu solilóquio, Nobre persiste e teima no sonho e nas quimeras da sua mocidade. Entre a realidade e a sua própria inexperiência, simbolizada nesse sonho e nessas quimeras, ergueu a muralha altíssima do seu orgulho. Julgou, por isso que, de fora, o mundo vivia tocado de encanto

pelo mistério dessa vida, olhos postos nas muralhas altíssimas de Anto. Breve, porém, essa muralha fendeu e deixou entrever a realidade. Tudo era diferente e porventura mais belo — mais largas as paisagens, maiores os homens, que viviam uma titânica luta, despreocupados das quimeras, dos versos e das dores de Anto. Foi então o supremo desespêro: o grito, o lamento, a queixa, a blasfêmia — tudo o que existia fora da sua imaginação estava errado, como todos os que eram diferentes dêle, eram maus. «*O fundo da sua tristeza*, diz o sr. Alberto de Oliveira, *é a decepção que tudo lhe causa*». Julgou que todo o bem residia nêle e todo o mal na sociedade, porque se imaginava maltratado. Ficou então a contemplar-se, narcizando-se nos seus *tics*, excentricidades e manias. «*Viu o mundo*», diz o sr. Raúl Brandão, «*e nunca assistiu a outro drama que não fôsse o da sua alma*». Cultiva a religião de si próprio com frenesi e canta-se com a ênfase inevitável em quem é vítima de um tal êrro de óptica moral. Cria a si próprio uma lenda e toma atitudes romanescas de legendário herói. Canta a sua história à maneira de rimance, com corceis correndo em noites escuras, fadas predizendo-lhe destinos extraordinários e reconhecendo-lhe faculdades maravilhosas. A *medievalite*, de que se confessa atacado, é, de facto, evidente desvairo dum espírito fraco. A sua atitude na vida é uma pose literária, um aliteratamento enfático da existência: «*Um dia alguem desejou a António Nobre as riquezas de Salomão*», conta o sr. Alberto de Oliveira, «*para lh'as ver applicar. O seu ar era realmente, ao partir do Tejo para a França, no anonymato de um transatlantico, com um bota-fora intimo e em lagrimas, o ar de um principe que uma revolta apeou do throno e embarca para o exilio: Tanto as pequenas contrariedades as engrandece a sua intensa e barbara imaginação, a ponto de lhe modificarem a physionomia, de lhe porem rugas na testa...*» O «quimerismo» do seu espírito e da sua imaginação transviaram-no e perderam-no nos domínios do irreal e do vago.

As suas musas — a «Solidão» e a «Dôr» — dia a dia mais o afastam do verdadeiro e do humano, viciando-o de ênfase. Foi assim que de poema a poema, de verso a verso, Anto perdeu a humanidade e se tornou mais convencional e mais balbuciante. Não sendo, como não foi, animado pelo génio, que algumas vezes salva; sem a cultura que renova nem a análise que reconhece, emenda e melhora; sem a humildade que engrandece nem a vontade que disciplina; sem o culto dos fortes sentimentos e das idéas claras e nobremente viris, — António Nobre não passa dum temperamento literário de terceira órdem. Maravilha, por isso, que uma geração o tivesse erguido por seu bardo e apresentado pela pena de um dos seus mais ilustres representantes, — o sr. Alberto de Oliveira, nas *Palavras Loucas*, — como seu índice. Mau sintoma era êste para o futuro duma pátria que depois duma pleiade que viveu intensamente pelo pensamento, cultivando os nobres ideais e tentando a acção inteligentemente orientada, regressa com a geração imediata à sentimentalidade que depaupera, à falta de vontade que aniqüila, e ao horror pela acção que socialmente mata.

II

Depois da geração de 90 [9] que nos aparece sempre nobremente ocupada na preparação do futuro do seu país, surpreende-nos vir encontrar desviado êsse seu nobilíssimo esfôrço e esquecida essa nobre preocupação que ficou sem eco na geração seguinte. De facto, a geração de 90 aparece-nos apenas, ou pelo menos quási só, ocupada com bizantinas questões de estética, cultivando um sensibilismo mais requintado que o dos românticos mas por êsse mesmo facto ainda mais pernicioso. «*Viviamos*», diz o sr. Alberto de Oliveira, «*num estado de alucinação permanente, servindo a Arte com paixão e olhando tudo o mais com desdem e horror. Pela reforma do verso alexandrino se travaram combates ferozes e alguns de nós se bateram nas ruas. Antonio Nobre deixou-se reprovar duas vezes em Direito por ter introduzido innovações elegantes e excentricas na maneira de usar a capa e batina*» (*Pombos correios*, pags. 198-199). Esta geração parecia apostada em destruir a obra que a antecedente começara; domina-a uma preocupação de futi--lismo, perverte-a um estèticismo negativo, perturba-lhe a visão um falso nacionalismo.

Fixando-a bem, somos levados a concluir que o nível mental e a aptidão social da *élite* portuguesa baixara consideràvelmente, e que a obra superior dum Antero, dum Oliveira Martins, dum Eça, ficava sem continuação. Ecoando nesses rapazes apenas ficara o esplendor estético da obra dos três grandes artistas. Aquilo que era a espinha dorsal e a medula dessa obra passava-lhes despercebido pelo «desdém e horror» que votavam a tudo o que não fôsse a «Arte». Eram neo-mís--ticos e hieráticos [10], sem sinceridade nem crença alguma, mas apenas por *pose* estética, artifício e moda. Os seus livros chamavam-se «Bíblias», «Livros de Horas» e eram dados ao público sob o aspecto de velhos missais [11]. Êste regresso ao passado pela impotência de caminhar para o futuro, caracteriza, porém, a geração de 90. Ai da mocidade que se não namora do futuro e apenas se limita a copiar o passado! Êsse mesmo passado, que se não imita nem copia, mas que apenas elucida, ensina e esclarece, ficará por isso mesmo inútil; e sem o estímulo do fu--turo nem a lição do passado, mas apenas com a guloseima estética do tempo ido, essa mocidade inutilizar-se-á para a vida. O próprio passado não aparece àqueles que assim o copiam no seu significativo aspecto dinâmico, mas apenas como uma coisa mumificada. Será por isso que os de 90 nunca compreenderam a Nação Portuguesa na sua unidade social e no seu todo histórico. Para êles, Portugal era o *país da alma*, o reino de D. Sebastião, a terra do luar, país das caravelas... Tinha existido, mas ao presente era coisa morta mas de grande poesia em sua imobili--dade mortuária. Êles mesmos, nos seus «vinte anos arrastando às costas vinte sé--culos» não desejam nem aspiram a mais que essa imobilidade, que é uma atitude elegante de desânimo e (cuidavam-no) de superioridade.

que entenebrece a claresa da inteligência, aniquila a vontade e ataca a integridade da alma. Claramente a missão do homem é procurar a verdade e tudo o que daí o afaste tornar-se-á nocivo ao próprio homem.

Ora António Nobre cultivou com pernicioso excesso o divórcio entre a sua personalidade, que considerava superior e boa, e o ambiente circundante, que dizia inferior e mau:

Nunca me houvesses dado á luz, Senhora!
Nunca eu mamasse o leite aureolado
Que me fez homem, mágica bebida!

Fôra melhor não ter nascido, fôra,
Do que andar, como eu ando, degredado
Por esta Costa d'Africa da Vida... (7)

Moços do meu paiz! Vereis então
O que é esta Vida, o que é que nos espera...
Toda uma sexta-feira de Paixão (8)

A Vida, quando dela se digna falar, pinta-a como um tropel de misérias, chatezas, dando grande realce a todos os aspectos deprimentes da sociedade e dos homens. A poesia *A Vida* encerra êsse cançasso, êsse temor supersticioso da existência, e um soneto datado de Paris 1891 é uma renúncia pusilânime a todo o esfôrço, uma desvairada fuga para o delirante:

E a Vida foi, e é assim, e não melhora.
Esforço inutil, tudo é illusão
Quantos não scismam n'isso mesmo a esta hora
Com uma taça, ou um punhal na mão!

Mas a Arte, o Lar, um filho, Antonio? Embora!
Chymeras, sonhos, bolas de sabão
....
....
Ai quem me dera entrar nesse convento
Que ha alem da Morte e que se chama A Paz!

Mas se a vida é para êle simplesmente o mau e o imperfeito, mesmo o martírio e o sacrifício inúteis, êle é para si próprio uma revelação da grandeza,

da bondade e do belo. Chama-se maior que todos e trata por iguais no estro a Camões e a Byron. Inevitàvelmente, com tão alto conceito de si próprio e com um tão falso e contingente critério avaliativo da Vida, surge entre o poeta e o seu meio uma separação tão grande e irremediável, que o levará a queixar-se continuamente dos que o cercam, a detestar o que vê e a sentir-se mal na existência.

Viver é lutar, e quem se não empenha na luta morre de tédio ou de horror, porque simultâneamente perde a preocupação do futuro e sente a extensão do tempo. Só a luta dá realce e relêvo à vida, e por isso os homens de temperamento viril nos aparecem como seres de uma saúde moral exuberante, individualidade afirmada e confiança plena num destino de que êles mesmos se sentem os criado--res. A vida não é, no conceito que dela fazem, apenas a luta, mas também a conquista.

Os indivíduos de temperamento feminino, de que Nobre é um exemplar completo, não vêem àlém da luta a vitória, e por isso se lhes afigura desconsolante e inútil entrar na luta. Ora, a vitória do homem só se lhe começa a revelar quando a sua fôrça se manifestou. Os fracos nunca vislumbram o êxito, porque nunca experimentam os elementos que dispõem para obtê-lo. Cuidam agir chorando, lamentando-se, desesperando-se; e êsse chôro, êsse lamento, êsse desespero apenas aumentam a intensidade da fraquesa e agravam a impotência da acção. Tudo confundem porque tudo mantêm ao mesmo baixo nível: e o que é desordem passam a apresentá-lo como ordem, o que é instinto como razão, o que é fraqueza como energia, o que é confusão como génio.

Falando da literatura portuguesa contemporânea, o sr. Manuel da Silva Gaio, num interessante artigo publicado na *Arte*, em 1895, diz que o *Só* de Nobre é, com a obra de Fialho, o que a literatura lusitana possue de mais interessante como documento da desordem da mentalidade e da psicologia contemporâneas, que o crítico não pode deixar esquecido quando quiser estudar a tragi-comédia da nossa mentalidade e da nossa alma nos últimos quarenta anos. Nesse livro, de facto, encontram-se todas as características da dissolvência da vontade, do amortecimento do espírito e da incultura da inteligência, que são ainda hoje o nosso mal.

Nobre entra na vida com as ilusões naturais da sua mocidade inexperiente. A vida sem a experiência é uma quimera, ou um sonho, que a realidade desfaz e emenda duma maneira cruel, sem dúvida, mas bem compensadora em ensinamentos! Ai dos que não querem atender a lição dessa realidade! A sua posição na existência será sempre a dos vencidos. Orgulhoso e fraco, julgando-se superior e sentindo-se com auditório pronto a escutar o seu solilóquio, Nobre persiste e teima no sonho e nas quimeras da sua mocidade. Entre a realidade e a sua própria inexperiência, simbolizada nesse sonho e nessas quimeras, ergueu a muralha altíssima do seu orgulho. Julgou, por isso que, de fora, o mundo vivia tocado de encanto

pelo mistério dessa vida, olhos postos nas muralhas altíssimas de Anto. Breve, po-
-rém, essa muralha fendeu e deixou entrever a realidade. Tudo era diferente e porventura mais belo — mais largas as paisagens, maiores os homens, que viviam uma titânica luta, despreocupados das quimeras, dos versos e das dores de Anto. Foi então o supremo desespêro: o grito, o lamento, a queixa, a blasfêmia — tudo o que existia fora da sua imaginação estava errado, como todos os que eram diferentes dêle, eram maus. *"O fundo da sua tristeza*, diz o sr. Alberto de Oliveira, *é a decepção que tudo lhe causa"*. Julgou que todo o bem residia nêle e todo o mal na sociedade, porque se imaginava maltratado. Ficou então a contemplar-se, narcizando-se nos seus *tics*, excentricidades e manias. *"Viu o mundo"*, diz o sr. Raúl Brandão, *"e nunca assistiu a outro drama que não fôsse o da sua alma"*. Cultiva a religião de si próprio com frenesi e canta-se com a ênfase inevitável em quem é vítima de um tal êrro de óptica moral. Cria a si próprio uma lenda e toma atitudes romanescas de legendário herói. Canta a sua história à maneira de rimance, com corceis correndo em noites escuras, fadas predizendo-lhe destinos extraordinários e reconhecendo-lhe faculdades maravilhosas. A *medievalite*, de que se confessa atacado, é, de facto, evidente desvairo dum espírito fraco. A sua atitude na vida é uma pose literária, um aliteratamento enfático da existência: *"Um dia alguem desejou a António Nobre as riquezas de Salomão"*, conta o sr. Alberto de Oliveira, *"para lh'as ver applicar. O seu ar era realmente, ao partir do Tejo para a França, no anonymato de um transatlantico, com um bota-fora intimo e em lagrimas, o ar de um principe que uma revolta apeou do throno e embarca para o exilio: Tanto as pequenas contrariedades as engrandece a sua intensa e barbara imaginação, a ponto de lhe modificarem a physionomia, de lhe porem rugas na testa..."* O «quimerismo» do seu espírito e da sua imaginação transviaram-no e perderam-no nos domínios do irreal e do vago.

As suas musas — a "Solidão" e a "Dôr" — dia a dia mais o afastam do verdadeiro e do humano, viciando-o de ênfase. Foi assim que de poema a poema, de verso a verso, Anto perdeu a humanidade e se tornou mais convencional e mais balbuciante. Não sendo, como não foi, animado pelo génio, que algumas vezes salva; sem a cultura que renova nem a análise que reconhece, emenda e melhora; sem a humildade que engrandece nem a vontade que disciplina; sem o culto dos fortes sentimentos e das idéas claras e nobremente viris, — António Nobre não passa dum temperamento literário de terceira órdem. Maravilha, por isso, que uma geração o tivesse erguido por seu bardo e apresentado pela pena de um dos seus mais ilustres representantes, — o sr. Alberto de Oliveira, nas *Palavras Loucas*, — como seu índice. Mau sintoma era êste para o futuro duma pátria que depois duma pleiade que viveu intensamente pelo pensamento, cultivando os nobres ideais e tentando a acção inteligentemente orientada, regressa com a geração imediata à sentimentalidade que depaupera, à falta de vontade que aniqüila, e ao horror pela acção que socialmente mata.

II

Depois da geração de 90 [9] que nos aparece sempre nobremente ocupada na preparação do futuro do seu país, surpreende-nos vir encontrar desviado êsse seu nobilíssino esfôrço e esquecida essa nobre preocupação que ficou sem eco na geração seguinte. De facto, a geração de 90 aparece-nos apenas, ou pelo menos quási só, ocupada com bizantinas questões de estética, cultivando um sensibilismo mais requintado que o dos românticos mas por êsse mesmo facto ainda mais pernicioso. «*Viviamos*», diz o sr. Alberto de Oliveira, «*num estado de alucinação permanente, servindo a Arte com paixão e olhando tudo o mais com desdem e horror. Pela reforma do verso alexandrino se travaram combates ferozes e alguns de nós se bateram nas ruas. Antonio Nobre deixou-se reprovar duas vezes em Direito por ter introduzido innovações elegantes e excentricas na maneira de usar a capa e batina*» (*Pombos correios*, pags. 198-199). Esta geração parecia apostada em destruir a obra que a antecedente começara; domina-a uma preocupação de futi--lismo, perverte-a um estèticismo negativo, perturba-lhe a visão um falso nacionalismo.

Fixando-a bem, somos levados a concluir que o nível mental e a aptidão social da *élite* portuguesa baixara consideràvelmente, e que a obra superior dum Antero, dum Oliveira Martins, dum Eça, ficava sem continuação. Ecoando nesses rapazes apenas ficara o esplendor estético da obra dos três grandes artistas. Aquilo que era a espinha dorsal e a medula dessa obra passava-lhes despercebido pelo «desdém e horror» que votavam a tudo o que não fôsse a «Arte». Eram neo-mís--ticos e hieráticos [10], sem sinceridade nem crença alguma, mas apenas por *pose* estética, artifício e moda. Os seus livros chamavam-se «Bíblias», «Livros de Horas» e eram dados ao público sob o aspecto de velhos missais [11]. Êste regresso ao passado pela impotência de caminhar para o futuro, caracteriza, porém, a geração de 90. Ai da mocidade que se não namora do futuro e apenas se limita a copiar o passado! Êsse mesmo passado, que se não imita nem copia, mas que apenas elucida, ensina e esclarece, ficará por isso mesmo inútil; e sem o estímulo do fu--turo nem a lição do passado, mas apenas com a guloseima estética do tempo ido, essa mocidade inutilizar-se-á para a vida. O próprio passado não aparece àqueles que assim o copiam no seu significativo aspecto dinâmico, mas apenas como uma coisa mumificada. Será por isso que os de 90 nunca compreenderam a Nação Portuguesa na sua unidade social e no seu todo histórico. Para êles, Portugal era o *país da alma*, o reino de D. Sebastião, a terra do luar, país das caravelas... Tinha existido, mas ao presente era coisa morta mas de grande poesia em sua imobili--dade mortuária. Êles mesmos, nos seus «vinte anos arrastando às costas vinte sé--culos» não desejam nem aspiram a mais que essa imobilidade, que é uma atitude elegante de desânimo e (cuidavam-no) de superioridade.

Os livros desta geração ficarão por isso como documentos muito singulares da persistência do espírito romântico entre nós, embora vazado em formas novas. Já tivemos ocasião de notar (12) a persistência dêste espírito nas letras portuguesas, adaptando-se quási sempre a formas e até fórmulas novas, que neste espaço de tres quartos de século têem sido enunciadas, consoante os ventos que sopram de França.

Assume, porém, as proporções dum grave perigo quando êste espírito é ministrado à gente moça sob um aspecto messiânico, como aquêle por que se apresentou o nacionalismo de 90. Reacção contra o realismo, que começa por nascer dum grave equívoco (13), o nacionalismo de 90 afigura-se-nos incomparàvelmente mais deletério, sob o seu aspecto moral e social, do que o realismo dos de 70. O que êstes tinham de estrangeiro era o processo, a técnica, que é justamente o que sempre se deve ir buscar fora, quando em casa não há, para que seja contemporânea a obra que se realize. Os seus temas eram nacionais ou visavam, pelo menos, aspectos e problêmas da sociedade portuguesa. O nacionalismo dos de 90 é o inverso: técnica de trazer-por-casa, tema de sugestão francesa (14). Assim, essa obra perde como obra de proveito nacional e muito pouco ganha como documento estético — se é que pode haver obra de arte realmente valiosa que não seja animada por um significado mais alto e mais humano, àlém do seu intuito meramente estético.

O nacionalismo dessa geração é uma manifestação sentimentalmente romântica. Estafadas as Elviras, desacreditadas as paixões fatais, veiu o namôro ao Portugal moribundo. Estes moços vinham fazer «alas para ver Portugal tombar na cova» (*Prosa e verso* — A. Oliveira — pág. 158).

Conhecida pois esta geração, achamos natural que Nobre fôsse escolhido para seu bardo e que êsses rapazes, que tão mal gastavam os seus vinte anos, considerassem providencial sair dentre êles um poeta capaz de responsar com eloqüência a agonia dos farrapos de alma que diziam restar-lhes (ob. cit., pág 158). O que admira, o que faz dó e causa cuidado, é que António Nobre ainda seja apaixonadamente escutado e que o nacionalismo de 90 cative parte da mocidade de hoje, a quem a realidade trágica dêste momento devia ter acordado.

O nacionalismo de Nobre (equivale a dizer o nacionalismo de 90) apesar de nunca ter saído do domínio das belas-letras, é moral e socialmente dissolvente. Aspecto da fraqueza e do quimerismo dessa geração e do seu bardo, que confessava:

> «. *Amigo,*
> *Que desgraça nascer em Portugal!*»
> (*Só* — 4.ª ed. — pág. 104)

não tem um pensamento que ilumine, uma doutrina que guie, um processo que esclareça; apenas uma doentia e sentimental sedução, cómoda por um lado, porque,

considerando Portugal morto, nada têem a fazer por êle, além da ladaínha e do responso; dolorosa por outro, porque lhes dará a situação dos escravos.

Nas poesias que mais caracterizam o nacionalismo de *Anto*,—*Poveiro*, *Lusi-tânia no Bairro Latino*, *Carta a Manuel*,—há uma lamúria constante, uma fraqueza deprimente. A sua perspectiva é mesquinha, balbuciante o conceito quando rara-mente aparece, sem nada que eleve o moral ou desperte a energia. Litanía dum vencido, o *Só* deve ser abolido pela gente nova, para quem só é legítimo o desejo de vencer; responso a uma pátria morta não deve seduzir quem, tendo da Pátria uma concepção mais alta e mais real, deseja resgatá-la da desgraça e da miséria duma situação que não se deverá eternizar; livro de arte imperfeito e medularmente viciado por um conceito e processo romântico de realização, não encantará os no-vos, que devem ter o amor do equilíbrio, da clareza, da regra.

Não amemos, por isso, em António Nobre o poeta nacionalista, nem admi-remos tampouco o homem que só o foi no sexo, — mas estudemo-lo como um *documento*. Não olhemos com simpatia para o movimento nacionalista de 90 — êle não traria à grei, — a ter continuïdade por parte da *élite* portuguesa —, senão a ruina moral, dissolução do intelectivo e abatimento da energia — a perda, em suma, de todos os requisitos imperscindíveis para a luta que conquista a vitória.

NOTAS

(1) Considero «geração de 90» aquela que entre os anos de 1890 e 1895 se individualiza, re-
-velando-se nas suas idéas e sentimentos,—que o mesmo é dizer, começando então a publicar os seus trabalhos característicos. Bem entendido que não tenho de geração o conceito numérico.

(2) São de exceptuar os seguintes trabalhos: *Bárbaros I—António Nobre*, do sr. Albino Forjaz de Sampaio e o artigo de Moniz Barreto, de crítica ao *Só*, publicado no tomo IV da *Revista de Portugal*, que é de grande valor.

(3) Romântico—criatura que sofre do mal que Lasserre magnificamente diagnosticou na seguinte passagem: «*Ruine psychique de l'individu, endémonisme lâche, chimérisme sentimental, maladie de la solitude, corruption des passions, idolâtrie des passions, empire de la femme, empire des éléments féminins de l'esprit sur ses éléments virils, asservissement au moi, déformation empha-
-tique de la réalité, conception révolutionaire et dévergondée de la nature humaine, abus des moyens matériels de l'art pour masquer la paresse et la misère de l'invention...*» (P. Lasserre—*Le Roman-
-tisme Français*—pag. 311-312—ciuquième édition—Mercure de France).

(4) *Revista de Portugal*—Tomo IV—pags. 686 a 690.

(5) *Só*—4.ª edição—pags. 30 a 33.

(6) Considera o autor o nacionalismo representado entre nós, por duas correntes—uma ló-
-gica, racional e benéfica, animada dum espírito amplo e superior e que cuida da Nação como orga-
-nismo vivo— outra sentimental, decorativa e confusa, ou seja aquela que apenas tem a Nação como um motivo para fazer prosa e verso. A genealogia destes nacionalismos poder-se-á traçar da seguinte forma: o orgânico, impulsionado pelo movimento da geração de 70 desde as conferências de-
-mocráticas até à campanha inteligente de Ramalho, e o sentimental procedendo em linha recta da geração melancólica de 90.

A crítica ao nacionalismo está por fazer entre nós, como é natural em terra de gente tão pobre em espírito crítico e onde a mentalidade geral é de tal maneira primitiva que a crítica —uma das mais nobres operações da inteligência— é tida como acção parasitária. É necessário, porém, que aquela crítica se faça e que êste espírito se crie, para que a mocidade se esclareça e se vá habilitando para um *self-control* que lhe permitirá inutilizar os maus mestres e impedirá a perversão dos princípios e das idéas.

(7) *Só*—4.ª edição—pág. 112.

(8) Idem, idem—pág. 103.

(9) Vulgarmente chama-se a esta geração *coimbrã*. Parece-me melhor designá-la por gera-
ção de 70. Foi em 70 que verdadeiramente se revelou e enunciou o programa dos seus trabalhos.

(10) *Pombos correios*—pag. 257.

(11) Idem—idem.

(12) *Fialho de Almeida—Notas sôbre a sua individualidade literária*—pags. 60 a 64.

(13) Tem havido, de facto, na nossa crítica do realismo, um equívoco fundamental, e que é o de confundir a *técnica* da escola com os seus *temas*. Não são só nacionais os temas históricos nem

a vida campesina, mas também, e muito principalmente, os grandes problemas nacionais e sociais, as questões morais e humanas, etc. Para a nossa crítica ignorante e míope tudo isto são estrangeirismos.

(14) Chamo a atenção do leitor para um interessantíssimo artigo de Camille Mauclair, publicado em *La Revue* no seu n.º 2—IV Série—15 de Janeiro de 1905, sôbre o nacionalismo francês. O seu autor nem sempre tem razão, porque nem sempre vê claramente os factos e nem em todos os lances está possuído de bom critério; mas em muitos pontos é interessante e superiormente arguto.

A crise do Estado

POR ANTÓNIO SARDINHA

Ninguém de mediana reflexão pode já duvidar do completo desacôrdo que existe hoje entre o rítmo geral dos acontecimentos e a noção, ou conceito, de Estado que, por virtude das leis da inércia, persiste ainda em subsistir na Europa. Interessante como testemunho insuspeito, vale a pena ouvir a êsse propósito o tratadista e catedrático espanhol Adolfo Posada. Dotado de qualidades que seria injustiça negarem-se-lhe, Adolfo Posada é uma vítima intelectual da superstição democrática, espelhando na enunciação, tantas vezes difusa, do seu pensamento a nefasta influência que o Krausismo exerceu na mentalidade espanhola. Pois no seu recente volume *Teoria social y juridica del Estado* (1), em que se compendiam seis conferências pronunciadas por Posada na Universidade de Buenos-Aires, o sábio professor de *Direito político* e de *Direito Municipal comparado* na Universidade de Madrid, começa logo por nos declarar com desassombrada sinceridade: — «*Si quisiéramos definir y caracterizar sinteticamente la situación de las cosas, en el orden politico ideal y real, y en el ser y vivir del Estado, diriamos que éste y aquél atraviesan momentos de verdadera crisis. Nos hallamos, señores, ante una crisis del Estado, crisis honda y grave de ideales, de esencias y de principios, y de formas y de estructuras; todo parece estar en pleito: desde la justificación racional e histórica del Estado, hasta los detalles de su organización institucional*».

«*Impónese asi una revisión,* — acrescenta o catedrático Posada —, *y en ella o para intentarla, es indispensable una clara interpretación de los movimientos determinantes de la crisis, único camino, además, seguro para fijar su naturaleza y su alcance, y señalar la solución posible de la misma, si es que nos hallamos en condiciones de vislumbrarla. La solución implicará la nueva labor constructiva de una teoria del Estado, labor que deberá basarse en el conocimiento objetivo del momento crítico, merced a la definición y apreciación de las preocupaciones determinantes del mismo, y que, a mi juicio y según las indicaciones expuestas, pueden resumirse en los siguientes términos:*

1.° *La que supone, o se suscita por la intensificación del aspecto social de la vida humana, y que para el Estado se traduce en un grave y delicado problema de incorporación o asimilación constitucional de los elementos o fuerzas en que lo social intensificado, se condensa y estrutura: movimiento sindical, federalismos, etc.;*

2.° *La que se produce como consecuencia lógica de una aspiración creciente por construir, para cada necesidad humana, esencial, una institución adecuada que desempeñe como función*

(1) Buenos Aires, 1922.

propia la dirección de las actividades que exige la plena y adeauada satisfacción de la respectiva necesidad: democracia funcional organica;

3.° *La que resulta de la aspiración complementaria e inicial a la vez, por recoger todos los movimientos sociales y las actividades que las producen y las funciones en que se especifican, en un orden jurídico adecuado: creación de los Estados de derecho*».

Atirando fora certa terminalogia eivada, arcaicamente, de pseudo-racionalismo, o professor Adolfo Posada diagnostica com acêrto o mal profundo de que padece o Estado actual na sua íntima composição, — nas mais insignificantes das suas rodagens. Saído duma concepção simplista da sociedade, o Estado actual, agora em declínio agudo e indebelável, conta apenas com o *indivíduo*, — e considerado unicamente debaixo do ponto de vista político imediato. Tudo o que se afirme como soma de energias colectivas o ignora ou despreza, por alheio ao seu mecanismo e finalidade. Observa, pois, sensatamente Adolfo Posada quando escreve que a parte dominante e melindrosa do problema consiste em incorporar no Estado os novos elementos ou novas fôrças, que, de hora para hora, se estão suscitando com o desenvolver intensíssimo da vida local, regional e sindical. Daí o exigirem as circunstâncias uma outra visão, ou teoria, do Estado que, nas palavras do citado tratadista, «*representa la más radical rectificación de la concepción individualista y gregária del mismo, a que en definitivo ha respondido el régime político constitucional y el liberalismo inspirador: el liberalismo abstracto y formalista*». Ilude-se, porém, Adolfo Posada ao supôr que se trata duma «*nueva estructuración de fuerzas sociales*», equivocando-se totalmente, — e isso por obra dos mitos krausistas que lhe povoam o cérebro —, na denominação de «*democracia funcional orgânica*» que confere à possantíssima reacção da sociedade europeia contra o perpétuo atonismo, a que pareciam have-la condenado os erros criminosos da Revolução-Francesa.

Evidentemente, que, no desfazer já inevitável das construções ideológicas e jurídicas do Liberalismo, de modo nenhum se devem reputar como factores imprevistos e inteiramente contemporâneos aquelas que Posada enumera como impondo-se a uma urgente incorporação nas fórmulas superiores do Estado. Desde o regionalismo ao sindicalismo, é a idéa individualista da sociedade que cede às razões naturais e históricas da mesma, — é a errata que finalmente surge a despojar do seu inexplicável prestígio os convencionalismos insensatos do *Contracto-Social*. De maneira que não nos achamos em frente duma «*nueva estructuración de fuerzas sociales*», mas sim duma revolta dessas fôrças, permanentes e inalienáveis, contra o sofisma, já secular, que teimava em as dispersar e anular atrabiliàriamente.

Nada mais falso, portanto, de que entender como «democracia», ainda que «orgânica» e «funcional», — oh, o pedantocratismo dos universitários! —, aquilo que é pura e simplesmente a negação dos princípios democráticos, — gregaristas e individualistas, por condição irremediável. De resto, é o que o próprio Posada, apesar dos seus preconceitos, não deixa de reconhecer, até com uma saborosa ingenuidade, ao confessar que «*las gentes quieren algo que no los ha procurado la* Declaración de derechos *y sienten la vida y las palpitaciones que la llenan de modo distinto a como las sentían los que assaltaron y tomaron la Bastilla*».

«*Y así no tiene nada de estraño*, — assevera em outra página o autor da *Teoria social y jurídica del Estado*, num manifesto conflito entre as indicações da realidade e as preferências doutrinárias do seu espírito —, *que al contemplar la actual situación de las cosas, de las idéas y de las instituciones, se hable, como hace M. Duguit en* La transformación del Estado, *de la «forma romana, regalista, jacobina, napoleónica, colectivista» del Estado, al caracterizar el Estado mismo que conceptuamos en crisis, y que parece deberá ser instituido por «otra forma de Estado más amplia, más flexible, más protectora, más humana», esto es, para mí, más liberal, es decir, más intensamente inspirado en el «liberalismo» y en cuanto esto significa, no una simples política de partido, la representada por los partidos llamados liberales, sino cierta fecunda y noble actitud del espíritu individual y colectivo, reveladora de una fé razonada en el perfeccionamento moral del hombre, fé inspiradora de la confianza en la naturaleza humana*,

y la cual fé anima a realizar los esfuerzos más heroicos para levantar y llevar el hombre hacia una vida cada vez más digna, más noble, más desinteresada. Leia yo, —insiste Adolfo Posada—, *en cierta ocasión un articulo de* The new statesman *sobre el liberalismo y encontraba en el expuesto de modo admirable, este punto de vista que acabo de señalar, más una sugestiva indicación cuyos términos recuerdo; decia: —«El liberalismo... en el mejor sentido, es sencillamente otra palabra para expresar la generosidad en politica».*

Elucida-nos a transcrição suficientemente sôbre as directrizes filosóficas do tratadista Adolfo Posada. Achamo-nos em frente dum caso de romantismo jurídico,—dêsse romantismo que o eminente jurisconsulto tradicionalista francês Marie de Roux soberbamente define, ao falar-nos dum como que *«chimerisme technique»*, que, —na própria frase—, *«se marie à merveille à l'irrealité de la mythologie révolutionnaire»*.

Assim o professor Posada que, com dedo de mestre, descobre o cancro irreparável do Estado contemporâneo, para logo se perder, no seu entusiasmo anacrónico pelos dogmas da Revolução, em divagações com tanto de absurdas como de abstractas, onde um protestantismo nato de krausista se liga à sociologia primária dos ideólogos do século XVIII. Não nos surpreende, por isso, que êle repute o Liberalismo como «a generosidade em política» e queira entender como sendo uma maior e mais pura aplicação dos princípios liberalistas as transformações por que estão passando as cariátides vazias do ignóbil embuste, que é o Estado democrático-parlamentar.

De acôrdo, portanto, com o catedrático da Universidade de Madrid em quanto à verificação do fenómeno,—crise ou dissolução das instituições políticas que o século passado nos legou, afastamo-nos inteiramente do professor Adolfo Posada no que respeita às interpretações que êle nos oferece. Voltamos, porém, a coincidir com as suas considerações quando êle nos pondera que não basta incorporar na nova teoria do Estado os elementos de vida colectiva que tomam de dia para dia expansão e consciência vigorosas, mas harmonizá-los *«en un orden juridico adecuado»*, que Posada designa por *«creación de los Estados de derechos»*, submetido à evidente tutela de Kant. Equivale isto a dizer que a determinação das *formas*, precisa de ser acompanhada da determinação do *conteúdo*.

No natural desenvolvimento das suas afirmações, sugere-nos Adolfo Posada um testemunho expressivo na *Constituïção* alemã de 11 de agosto de 1919. Examinado com a atenção devida, semelhante documento ensina-nos, realmente, que o tempo das declarações simplistas, género *Direitos-do-Homem*, se vai distanciando cada vez mais e que à noção exclusivamente política do «indivíduo» se começa a sobrepôr a sua compreensão social. Efectivamente, na segunda parte da referida *Constituïção*,—do artigo 109.° ao artigo 165.°, a «pessoa individual» aparece-nos assegurada e garantida na sua tríplice existência moral, intelectual e económica. Assim, ainda que não haja religião do Estado, êste reconhece como fundamental o direito de associação religiosa, concedendo às agremiações, que nesses termos se constituam, liberdade, autonomia e, conseqùentemente, a capacidade jurídica derivada das prescrições gerais da lei. Estabelece-se mais que as associações religiosas conservam o carácter de corporações de direito público, desde que o tenham; e, por último, que se identificam às associações religiosas as associações que se proponham a realização em comum uma qualquer concepção moral do universo.

Mas o carácter social do «indivíduo», proclamado e mantido pela *Constituïção* do *Reich*, não se traduz apenas no direito de agremiação para fins religiosos ou contemplativos. Com toda a solenidade se inscreve nela que «o casamento, como fundamento da vida de família, da conservação e do crescimento da nação, fica debaixo da protecção especial da Constituïção»,—*expresión esta indicadora*, comenta Posada, *que se debe completar com otras, de verdadera substancia moral, juridica y económica*». E o tratadista aduz, resumindo e aprovando: —*«Descansa el matrimonio sobre la igualdad de los sexos, y corresponde al Estado y a los municipios velar por la pureza, la salud y el mejoramiento social de la familia»*. É certo que numa disposição ou outra aparecem laivos de humanitarismo exagerado. Conseqûências do vento igualitário que ia desfazendo em menos de

nada a obra formidável de Bismarck, não conseguem, contudo, turvar o que há de benemérito e arrojadamente inovador na *Constituição* do *Reich*. A ânsia de refundição global do Estado que os factos reclamam e a inteligência aconselha, reflete-se já ali duma maneira sensível. O «cidadão» dos Imortais-Princípios,—desenraizado e esquematizado arbitràriamente, possúi enfim ambiente e calor que o vitalizem. Reatam-se os vínculos humanos que nas suas generalizações insensatas o Liberalismo rompera quási por completo. E o respeito à integridade moral e social do indivíduo acentua-se de tal sorte na aludida *Constituição*, que, acêrca dos funcionários públicos, se estatúi que, salvo disposição contrária da lei, serão nomeados por toda a vida, declarando-se conjuntamente que «os funcionários são servidores da colectividade, e não dum partido», e garantindo-se-lhes liberdade de associação e de opinião política. Que se mire nesta lição a nossa república de maçons, judeus e mulatos!

Em matéria de direitos profissionais não é menos explícita a *Constituição* alemã, que assegura «a cada uma, e a todas as profissões, a liberdade de se unirem para a defesa e melhoria das condições do trabalho», assentando-se simultaneamente que «são ilegais todas as convenções e disposições que tendam a limitar ou impedir semelhante liberdade». Só por si, esta disposição derruba, e com forte machadada, todo o regime de individualismo económico, herdado da Revolução-Francesa. E reabilitando a dignidade social do trabalho, determina o mencionado documento no seu artigo 160.° que todo o empregado ou operário tem direito a que se lhe dispense o necessário tempo livre para o desempenho dos seus deveres cívicos; e, desde que não resulte daí prejuízo grave para os serviços em que se ocupa, ainda o tempo de que careça para exercer qualquer função honorífica, em que esteja investido, sem que com isso se afecte sensivelmente a remuneração que haja de cobrar.

A êste conceito do Trabalho, tão perto do conceito cristão e tradicionalista, alia-se na *Constituição* do *Reich* o conceito de Propriedade. «A propriedade tem deveres,—dispõe no seu último parágrafo o artigo 153.°. O seu desfruto deve constituir ao mesmo tempo um serviço prestado ao bem público». Pena é que tal doutrina seja diminuida pelo critério materialista do Estado alemão, inteiramente sujeito ao prestígio ideológico do marxismo. Porque se à elaboração da *Constituição* de 1919 correspondesse um outro espírito,—uma concepção social inspirada pelos mandamentos do Cristianismo, não admite duvidar que o estabelecido por ela, duma maneira geral, tanto em relação ao Trabalho, como em relação à Propriedade, representava o reconhecimento de princípios e processos, preconizados desde há muito por todos os homens apaixonados pelo bem-público, em quem os ensinamentos da Igreja se casem com um racional amor às experiências da história. A diferença está, pois, em que a *Constituição* do *Reich*, acentuando a linha marxista dos seus elaboradores, inclina-se fortemente para a socialização da propriedade (artigo 155.°), enquanto que as teorias de formação católica, com fonte nas lições indúvidáveis de Leão XIII, aspiram, pelo contrário, a uma criação cada vez maior de proprietários.

Da posse e utilização da riqueza, diz Santo Tomás que «o homem não deve considerar as coisas exteriores como próprias, mas sim como comuns, de modo que haja nelas uma parte para acudir aos outros nas suas necessidades» Na sua famosa encíclica *Rerum novarum*, depois de nos recordar esta passagem do admirável Doutor Angélico, Leão XIII acrescenta: —«Quem recebeu da divina bondade uma grande abundância, seja de bens externos e corporais, ou seja de bens de espírito, recebeu-os com o fim de os fazer servir ao seu próprio aperfeiçoamento e, simultaneamente, como ministro da Providência, para promover o alívio do próximo». Pelo referido percebe-se já o que na *Constituição* do *Reich* fere de esterilidade certas disposições suas, impregnadas de evidente justiça, mas que o seu carácter revolucionário, talvez ocasional, condenam a ser uma aplicação violenta de máximas subversivas, ao serviço duma tendência económica absurda. Se não nos cabe, portanto, copiá-las ou aplaudi-las sem restrição, é-nos lícito, contudo, encará-las como um sinal bem manifesto do crepúsculo mortal em que entrou o individualismo democrático, cedendo, ainda

que vagarosa e defeituosamente, o seu logar a uma idéa mais humana do Estado.

Essa idéa é a que se desprende com dificuldade do tumulto de catástrofe em que o Liberalismo se some por toda a Europa,—idéa que por ora se esboça na urgência do poder em se robustecer pela Ditadura, contra a legalidade estabelecida e acatada dos Parlamentos e do direito escrito. Assistimos ao afirmar dum instinto de vital conservação para as pátrias europeias, roídas durante mais de cem anos pela gafa cancerosa da democracia. Em presença do apêlo unânime, tanto da inteligência como da produção, para a coordenação comum dum chefe (e na verificação de semelhante fenómeno Lenine e Mussolini equivalem-se), a unidade do Estado aparece-nos como custódia e fiel dos diversos pluralismos em que a sociedade volta a exprimir-se, depois de refeita da desorganização mortífera para onde o romantismo político a atirara. Se a Ditadura traduz assim a directriz dominante na transformação visível dos sistemas e métodos governativos, não é menos certo que a intensificação das funções concentradoras do Estado é acompanhada pelo crescimento vigoroso do sentido colectivo da vida individual, que o século passado desconheceu, ou, pelo menos, não quís conhecer, mas a cuja onda impetuosa já não é possível resistir-se. É debaixo desse aspecto que a *Constituição* alemã de 1919 significa o primeiro passo legal para a refundição completa da estrutura e da dinâmica do Estado actual.

Marcámos já a sua origem marxista, procurando submeter o indivíduo inteiramente à comunidade. Se não houvesse outro caminho, cairíamos, como na Rússia, no exagêro oposto ao dos dogmas de 89:—na eliminação, não do *individualismo*, mas da *individualidade humana*. Porque a *individualidade humana* é a base da sociedade e porque, sem sociedade que a envolva e prolongue, a nossa individualidade se perde num atomismo irreparável, eis porque, anterior ao Estado, há uma *soberania social* que resulta do homem, como sujeito de direitos, mas que se exerce atravez dos institutos de formação natural e espontânea em que o homem se engasta, para nascer, desenvolver-se e prosperar:—a Família, o Município, a Corporação. Diversa da *soberania política*, que pertence em exclusivo ao Estado, só a restauração da *soberania social* conseguirá restituir a êste a posse das suas perdidas virtudes. Nem *Estadismo*,—conseqüentemente, nem *individualismo!* Mas o medido e recíproco entendimento de duas fôrças, sem o jôgo harmónico das quais, ou se morre de congestão, ou de absoluta paralisia. Dê-se à sociedade o que é da sociedade e ao Estado o que é do Estado. Distinga-se entre uma e outro,—e não padeceremos mais, nem da fraqueza da autoridade central, nem da asfixiante opressão burocrática, em que as livres iniciativas criadoras morrem estranguladas à nascença.

Sublinhada se acha de sobejo a discordância profunda entre o Estado moderno, como concepção de direito, e as exigências da realidade, tão truncada e aprisionada pela rigidês do formalismo doutrinário dos reformadores e juristas. Desde sempre, e com uma pertinácia que nos mostra a certeza dos seus ensinamentos, o proclamaram os escritores tradicionalistas, ou mesmo aqueles, como Taine, a quem o objectivismo histórico bastou para esclarecer. Mas, tocado da mais palpitante actualidade,—um trabalho há que não permite hesitações aos espíritos de bôa fé. Refiro-me ao estudo magistral de Louis Bourgès,—*Le romantisme juridique* (2). Chave de todas as questões contraditórias que agitam e perturbam os próprios fundamentos do Direito, o livro de Louis Bourgès defende-nos contra a falsa claridade, (*«la fausse clarté»*, como êle nos diz), dos tratadistas em voga,—alguns dos quais, com Duguit por cabeça, chegam por vezes, no excesso do seu negativismo crítico, a atingir posições simpáticas de ataque à grosseira mitologia do direito revolucionário. No entanto, se se lhes pede um sentido orgânico da sociedade ou do Estado, incorrem no linearismo mais execrável, a ponto de haver quem, como o professor de Direito, Joseph Barthélemy, assevere que a noção da ordem é uma «noção negativa, geradora de inércia». Por isso Louis Bourgès nos pondera com agudeza e afiada lógica: —*«En resumé le mouvement juridique révolutionnaire parti du principe de la libertée erigée*

---

(2) Paris, Nouvelle Librairie Nationale, 1922.

en droit en dehors de tout ordre, aboutit à ruiner, comme nous avons vu, tous les droits positifs privés et publics: il n'admet que la liberté naturelle commune à tout le monde, sans privilège ni garantie pour personne, jetant par conséquent toutes les libertés les unes contre les autres dans des conflicts de droits irréductibles, sans autre solution que le triomphe de la force brutale. La ruine du droit souverain de l'État, — insiste o autor do *Le romantisme juridique* —, *est le terme logique de ce mouvement contre les droits: l'anarchie est la dernière liberté publique a conquérir...*»

Coincide Louis Bourgès, como espírito aberto à lição eterna das coisas, com o grande Bossuet, que já no século XVII escrevia que «*le gouvernement est établi pour affranchir tous les hommes de toute oppression et de toute violence...*» E acrescenta: — «*Et c'est ce qui fait l'état de parfaite liberté; n'y ayant dans le fond — rien de moins libre que l'anarchie qui ôte d'entre les hommes toute prétention légitime et ne connait d'autre droit que celui de la force*». Eis porque, em contraste bem ressaltante, Louis Bourgès nos faz notar noutra parte com o seu comentário tão incisivo como adequado: — «*Tandis que la doctrine de l'Ancien Régime laissait les autorités individuelles, familiales, professionnelles, locales, s'épanouir en libertés concrètes et reservait au roi le domaine de la souveraineté, dans lequel la nation est généralement incompétente, au contraire la doctrine moderne entrave ou étouffe le pouvoir de chacun dans la sphère où il possède une autorité réelle et, en compensation, elle lui reconnait insolemment une fiction de liberté politique dans le domaine souverain, où il n'a pas d'autorité réelle et où il est fatalement le jouet des politiciens*». E porquê?

Responda-nos ainda Louis Bourgès. Porque «*c'est une des erreurs les plus grossières du XIX.*e *siècle que d'avoir imaginé une contradiction entre l'idée d'autorité et l'idée de liberté. Cette erreur,* — detalha o autor de *Le romantisme juridique* —, *vient de la Révolution qui avait opposé l'individu à l'État royal, en ne voyant dans le pouvoir du premier que sa liberté, et dans celui du second son autorité. En réalité elle opposait dans pouvoirs distincts, deux autorités, deux libertés. C'est un non-sens d'en conclure que la notion de liberté s'oppose à celle d'autorité. Il n'y a pas opposition d'une idée à l'autre, mais d'une personne à une autre. Lorsque deux personnes s'opposent, il est clair que leurs pouvoirs s'opposent. Et si l'une invoque sa liberté et l'autre son autorité, cela ne signifie pas que la première est sans autorité ni la seconde sans liberté, cela précise simplement l'aspect du pouvoir par lequel les deux personnes se heurtent*».

Depreende-se daqui com vigoroso realce, primeiro, que a «autoridade» não exclúi a «liberdade» e que a toda a «liberdade» corresponde uma «autoridade». Ponto capital para a compreensão exacta das funções do Direito na sociedade, não é difícil já de se perceber que sem «liberdade» não se exerce um «direito», o qual, sendo uma «fôrça justa», — como define Louis Bourgès —, desde que se exerce, é um «poder» e, portanto, uma «autoridade». Donde o concluir-se justamente que é «liberdade» toda a afirmação dum «direito», sendo, portanto, «autoridade» sinónimo de «liberdade». A diferença entre a doutrina tradicional, superiormente renovada por Louis Bourgès, e a doutrina revolucionária, ou contemporânea, do Direito consiste, pois, num equívoco de fácil demonstração, — o antagonismo da «liberdade» com o «poder». Sintetiza, melhor do que nós, Louis Bourgès: — «*En concrétisant d'une façon absolue ces notions abstraites et rélatives, l'esprit moderne a imaginé un antagonisme entre l'Autorité et la Liberté, considerées comme deux êtres en lutte éternelle l'un contre l'autre, la Liberté encarnant le Bien, et l'Autorité le Mal*». E o ilustre publicista certamente reputado em conta mínima pelos burocratas da sciência-oficial, não se contem sem exclamar: — «*On aperçoit ainsi la duperie de la doctrine qui appelle liberté politique le régime où le peuple dit souverain a si peu l'esprit et la condition d'un maître, que selon M. Esmein il est et se reconnait incapable de se gouverner lui-même*».

Efectivamente, Esmein, perfeito tipo representativo de teólogo laico da Democracia, não hesita em estampar nos seus *Eléments de Droit constitutionnel* que a base dos governos parlamentares reside «*sur cette idée que la nation souveraine est et se reconnait incapable de for-*

muler elle-même sa volonté en forme de loi». Repara a propósito o autor de *Le romantisme juridique*: —«*Et cette incapacité de gouverner ne résulte pas d'une disposition légale ni d'une infirmité accidentelle du souverain; elle résulte d'une inaptitude naturelle, incorrigible, perpétuelle. M. Esmein déclare que, si la Constitution autorisait le vote direct des lois par la nation, celle-ci n'aurait que l'illusion d'une décision propre. Quoi qu'on veuille, quoi qu'en fasse, la nation est incapable de se gouverner elle-même*».

Não carecemos de teimar mais, para que, reflectido nas teorias e sistemas com que se pretende explicar e justificar, o pecado original do Estado moderno avulte bem, e duma vez para sempre, a nossos olhos. Esquivam-se os doutores de tamanha monstruosidade política e social a admitir que, sendo o direito uma «fôrça justa», a sua legitimidade advem-lhe da sua completa concordância com as próprias razões da existência humana. Em pleno carnaval ideológico do século XVIII sensatamente Montesquieu o anunciava naquela sua passagem, tão célebre como repetida: —«*Les lois, dans la signification la plus étendue, sont les rapports nécessaires qui dérivent de la nature des choses...*» Há, portanto, uma «substância permanente», —na frase de Louis Bourgès— que é o fundamento das leis, como tal, anterior ao arbítrio do homem, que precisa de se lhes submeter, para fugir a submissões mais duras e tirânicas. Como designar, porém, essa «substância permanente», —raiz, apoio e alma do Direito? Pelo seu nome, que é curto e singelo:—a «Ordem». Não a «ordem» convencional e contingente dos legistas e reformadores. Mas a «Ordem» que é, «como a Beleza, uma realidade moral inerente aos seres e às coisas». Esmein não se furta a constatar-lhe a influência dominadora, para logo, num desvio de sofista obcecado, a entender como um pêso a que é de interesse vital fugir. «*Les societés humaines et politiques*, —confessa êle—, *sont des formations naturelles et des organismes nécessaires qui évoluent en vertu de lois partiellement fatales. Dans la mesure où existe cette fatalité et où l'intelligence peut en reconnaître le processus et la direction, la liberté et la volonté des hommes doivent s'y plier, y conformer même leurs actes; c'est rendre plus complet et plus harmonique un résultat au fond inévitable*». Fale por nós Louis Bourgès: —«*Il y a là une idée vraie, que M. Esmein exagère même... Mais ce qu'il y a de vrai dans cette citation, ce qui fonde la réalité objective du droit, est contrédit du tout au tout par le même auteur, dès qu'il s'agit de nier la légitimité du droit royal et de justifier les inventions du droit moderne*».

E o autor persuasivo de *Le romantisme juridique* recorda, para documentar as suas asserções, um outro passo de Esmein, em que o conhecido tratadisda pretende refutar a base jurídica do princípio monárquico. É como segue: —«*Les lois de l'histoire ne créent pas le droit, pas plus que les lois de la pesanteur ou de l'attraction des corps. Le droit est le fils de la liberté, non de la fatalité*».

Escusado é assinalar-se a enormidade contida na asseveração de Esmein. Para êle o «permanente» da vida social, em logar de «ordem», designa-se por «fatalidade», verificando-se na oposição estabelecida tão firmemente entre o conceito de «ordem» e o conceito de «liberdade», como Louis Bourgès aponta, o vício estrutural do subjectivismo moderno que faz do ensino do Direito uma doutrina com tanto de anárquica, como de anti-scientífica. De semelhante cáos intelectual se nutre o falso antagonismo da *liberdade* com a *autoridade*, ao ponto de se escrever, com o civilista Planiol, que «*la véritable obligation n'existe que pour l'homme qui agit sans la contrainte d'une volonté supérieure à la sienne*». Olvidam os que tal sustentam e vulgarizam, tornando lógica e legítima, pela sobreposição crescente da pulverização individualista, aquêle «crisàlidarismo total», de que nos fala o catedrático espanhol Fernández de los Rios apropósito da sua viagem à Rússia sovietista, —olvidam, repito, os que tal sustentam e vulgarizam com ares de profunda revelação que, o homem é obrigado a respeitar a lei, não porque o legislador lh'a impõe, mas porque a lei, para ser obedecida e respeitada, deve derivar das leis naturais da justiça, «*qui constituent un ordre aussi absolu que celui observé par la matière*». «*Et lorsque la liberté*, —remata Louis Bourgès—, *échappant à toute contrainte, lui désobéit, le désordre, là ruine du droit, qu'elle produit inévita-*

blement, sont la preuve que le droit résulte bien d'un rapport nécessaire que la volonté humaine ne peut modifier, en un mot, que le droit ne peut être autre que ce qu'il doit être».

Porque o Direito não pode ser diferente daquilo que tem de ser, é que nós vemos negadores como Duguit, partindo dum critério absolutamente objectivo e até por vezes grosseiramente realista, aproximarem-se da idéa ou noção de «direito», em que se inspiram as teorias tradicionalistas. O que sucede nos âmbitos restritos das Universidades ou dos tratados, sucede igualmente no campo imediato dos acontecimentos. Vale como um símbolo o título dum livro curiosíssimo do professor de Montpellier, Gaston Morin, — *La révolte des faits contre le Code* (5). Encontra-se Gaston Morin bem longe de ser um tradicionalista, mas incorporado na grande corrente de reacção instintiva do tempo presente, é verdadeiramente um «renovador» ainda que em campo restricto e dominado embora por preconceitos sociológicos insubsistentes. Eis como êle se nos confessa: — «*Si le législateur neglige d'intervenir, il se produit dans l'évolution un moment critique où l'incohérence est complète entre les formules juridiques et la réalité, où la vie, pour ainsi dire, se rebelle contre les formules qui prétendent l'enfermer. La société entre en contradiction avec elle-même*». E acrescentando que outra não é a crise da hora presente, Gaston Morin desenvolve o seu pensamento, imbuído, sem dúvida, dum falso relativismo, mas com cuja essência nos achamos perfeitamente de acôrdo. Como no Estado actual o indivíduo é a sua base, também no *Código-civil*, reflexo da arquitectura do Estado, a lei só atende ao indivíduo. «*La Révolution avait, au nom de la liberté humaine, dissout tous les corps constitués, interdit pour l'avenir tous les groupements,* — insculpe Gaston Morin no seu notável estudo. *Elle ne voulait respecter dans la société, en face de l'État, que les individus isolés, qui tous étaient regardés comme autant de souverainetés égalles entre elles*». E adita: — «*Le Code Civil tire le corollaire logique de la doctrine en décidant que nul ne peut être obligé par la volonté d'autrui, mais seulement par sa volonté personnelle s'exprimant dans un contrat. Il est le code de l'individu*».

Justifica depois Gaston Morin: — *Or, par une contradiction brutale des idées et des prévisions des hommes de la Révolution, malgré tous les interdictions légales, l'histoire sociale, à l'epoque contemporaine, révèle un mouvement aux multiples aspects qui a l'impressionante puissance d'un phénomène naturel. Je veux dire la substitution progressive des groupements aux individus isolés comme facteurs de la vie économique... L'on peut dire que, chaque jour, nous entrons plus avant dans l'ère de la coopération et du fédéralisme. C'est, indépendament de toute réglementation juridique, dans le développement spontané des faits, la fin de l'ordre social issu de la Révolution et la formation d'un ordre nouveau... Dés lors, appliqué à la construction juridique des groupements, l'individualisme de la Révolution et du Code civil devient un contre-sens. Le code de l'individu ne peut pas être le code des groupements*».

Comparado o depoimento de Gaston Morin com o de Adolfo Posada, avalia-se bem o som que se desprende das duas mentalidades. Enquanto Adolfo Posada, vítima do anquilosamento intelectual, tão próprio das «esquerdas» espanholas, não atinge nitidamente as razões da transformação que está sofrendo o Estado moderno e resolve chamar-lhe, algo còmicamente, «*nuevo liberalismo*», Gaston Morin, com um donaire de inteligência que o honra, não recúa diante da evidência e, sem que o conduzam determinadas predilecções reaccionárias, denuncía o bolbo do mal, proclamando a não conformidade do individualismo da Revolução com o florir viçoso das novas formas corporativas da economia e da política. Vái mais além o professor de Montpellier, numa atitude simpática de sinceridade intelectual. E assim, sem vacilação de espécie alguma, filia no kantismo a principal causa da retracção que sofreu, depois do século XVIII, a noção do Direito. Para êle, o filósofo de Kœnigsberg nos seus *Elementos metafisicos da doutrina do Direito* é «*le théoricien par excellence de l'individualisme juridique*». E condensa: — «*Le principe du Droit, selon*

(5) Paris, Grasset, 1921.

Kant, c'est que l'homme existe comme un fin en soi et non pas comme un moyen... Il s'ensuit que l'homme ne peut être soumis à aucune autorité extérieure... Si grande qu'on la suppose, ses prescriptions, du moment qu'elles viennent uniquement du dehors, doivent être considerées comme arbitraires». Calculando a falha que de semelhante sanção resulta para a regra comum do Direito, Gaston Morin procura defender, mas colocado num terreno falso, o individualismo kantiano contra as suas evidentes tendências anárquicas. «*Nul, on le sait, n'a en plus que Kant une conception sévère de la morale: l'homme, bien loin de pouvoir suivre les impulsions de ses désirs ou les capriches de sa sensibilité, doit obeir à la loi intérieure de sa conscience. De même, dans l'ordre politique et social, si l'homme n'est jamais obligé par la volonté des autres, il est obligé par la sienne. Il va être soumis aux lois qu'il se donne à lui-même, il est tout à fois auteur et serviteur de la loi*».

E Gaston Morin, não satisfeito, aduz ainda: —«*Kant ne supprime donc ni la régle morale, ni la régle sociale. Il en déplace seulement le fondement. Aux contraintes extérieures il substitue la contrainte intérieure. Le lien moral aura sa source dans la consciencie individuelle, le lien social dans la volonté humaine librement engagée elle-même*». Não é necessário refutar o que há de funestamente dispersivo no kantismo e nas suas derivantes. O processo do kantismo é o processo da moral protestante agravada,—é o processo do grande envenenamento intelectual que a Europa do século passado sofreu, correndo quási riscos de morte. O próprio Gaston Morin, que assim se empenha em desculpar o kantismo das suas taras incuráveis, não lhe aceita nem lhe aplaude as direcções, pelo menos, no campo do Direito. Por isso mais significativo se torna o seu parecer, ao intentarmos o como que exame genealógico das causas múltiplas da crise que o Estado, como conceito e como instituïção, está padecendo. Mas se Morin escapa à acção do kantismo, êste, através duma manifestação bastarda sua, que é o krausismo, influi poderosamente na inteligência e na visão do professor Adolfo Posada. Aludimos à supremacia mental que a filosofia de Krausse assumiu em Espanha entre os supostos grandes homens da ala racionalista e republicana.

Discorrendo dos antecedentes ideológicos e críticos em que entronca a transformação que o Estado iniludivelmente padece, o próprio Adolfo Posada no-lo diz com natural simplicidade. Oiçamo-lo: —«*La segunda corriente naturalista descúbrese en el espléndido proceso del pensamiento filosófico alemán, con su proyección o matiz original en la derivación de lo que se ha llamado el Krausismo en España. De esta gran corriente, en cierto modo aparte de la sociologia y en determinados momentos paralela con ella, provienen conceptos esenciales de la sciencia politica renovada, y generadores de la teoria juridica del Estado... Expresión típica de esta gran corriente filosófica en el mundo de las ideas politicas y juridicas y éticas, es la llamada doctrina o teoria orgánica del Estado, orgánica y juridica al proprio tiempo, en la que se recogen y componen la tradición kantiana del Estado de derecho, y la concepción orgánica schellinguiana de la naturaleza, mediante la construción del Estado como organismo ético, o bien, como un orden de armonia natural condicionado por la acción del esfuerzo juridico*». E Posada remata, afectando firmeza no meio das fantasmagorias germânicas em que se debate: —«*La doctrina orgánica del Estado culmina en la escuela de Krause, en Akrens de modo especial..., teniendo una excepcional representación en España con Giner y su escuela*».

Acha-se patente, não só a contradição, mas também a confusão em que bracejam os tratadistas contemporâneos, para conciliarem as suas preferências doutrinárias com a lição cada vez mais incisiva da realidade, pelo que toca à estrutura e funções do Estado. Dominado inteiramente pela fôrça expansiva dum fenómeno que a ninguém é dado sofismar, ou escurecer, Posada, figura-símbolo do universalismo do século findo,—de «*le stupide*», como Leon Daudet inolvidàvelmente alcunhou o século XIX—, esgota-se a desfiar raciocínios de mero discursador, para ajustar à ideologia que lhe ennevoa o cérebro a interpretação dum acontecimento, que é o desmentido acabado de quanto constitúi, para o verbalismo apático do perplexo catedrático madrileno, o seu indispensável pão espiritual. Kant

e Krausse são para êle os remotos inspiradores da revolução que principia a mudar as directrizes, até agora tidas como ortodoxas, dentro das teorias políticas do Estado! E o professor da Universidade de Madrid desorienta-se e perde-se numa selva escura de preconceitos de toda a espécie, deixando-nos avaliar quão funda não foi a intoxicação do germanismo no ocidente europeu! Um pequeno excerto em que se comprova lamentàvelmente o que escrevemos: —«*La acción eficaz, en su función de hacer efectiva la ley de la solidaridad social, tiene que descansar en las reacciones de la conciencia colectiva, reacciones psiquicas de inspiración moral, sin cuyo apoyo no tendrá jamás virtualidad suficiente que el Estado elabore. Esas reacciones, en su incesante proceso expansivo de conciencia individual a conciencia individual, hasta constituir uma atmósfera social, y condensarse en empujes sociales, forman lo que, algunas veces, hemos llamado flúido ético indispensable en la quimica psicológica de los Estados*». O «*fluido ético*»! A «*quimica psicológica*» dos Estados! Não merece a pena continuar, porque fica em demasia assinalada a depressão de pensamento a que a prática do kantismo conduz!

Não se lhe abandona à perversão debilitadora o professor Gaston Morin, conquanto não se decida a romper totalmente com Kant. Contenta-se apenas em verificar que a base do direito até agora foi o *indivíduo*, começando a ser daqui em diante o *agrupamento*. Gaston Morin é um *relativista*, impregnado de longe por outra barbaria não menos condenável,—a da aplicação do transformismo à sociologia, em que Spencer pontificou, como sacerdote-máximo, e a que a *soi-disant* filosofia de Henri Bergson, como última moda exportada de Paris para intelectuais de pouca consistência, concedeu privilégio de sciência definitiva. Tanto a Posada, como a Morin,—ambos representativos de falsas tendências ainda dominantes, mas já ambos eco da renovação que intensamente se opera no campo do Direito—, é fácil de ver que lhes falta por completo a noção de «absoluto», em que o Direito, como, de resto, tudo o mais, carece de se firmar. Um, abandonado ao *devenir* hegeliano, o outro entregue à miragem proteiforme e não menos anárquica do relativismo, são conjuntamente abrangidos por aquele reparo de Georges Valois, falando da subjectivação, no campo da economia, da noção de *valor*, igual, sem dúvida, nas suas conseqüências desastrosas», à subjectivação, no campo jurídico, da noção de *direito*: —«*Il est radicalement impossible d'asseoir une institution sociale ou nationale quelconque sur une science dont le fondement est une notion aussi fuyante*».

Resalta de quanto se expõe o êrro manifesto, o manifesto desnorteamento, que o individualismo político e moral lançou na própria percepção das idéas fundamentais. Mas como sinal de que a restauração da verdadeira ordem se evidencia já em toda a sua plenitude, o desacordo dos tratadistas, com exemplo típico nos dois casos aqui observados,—o de Adolfo Posada e de Gaston Morin, é para nós suficientemente elucidativo. Sejam kantistas ou pragmatistas, por muito que se aferrem a qualquer superstição filosófica, não podem, contudo, resistir à penetração cada vez mais forte dos acontecimentos,—em suma, à «revolta dos factos», (aproveitando de Morin uma expressão feliz) contra a desnaturação sistemática a que a Democracia violentamente sujeitou a sociedade e o Estado. Chame-se-lhe «novo liberalismo», queira explicar-se tamanha modificação no que até agora se tomava como matéria dogmática por um maior desenvolvimento das relações sociais e económicas, o que é certo é que não se trata senão do fundo inalterável das coisas que, cedo ou tarde, consegue prevalecer sempre, sob pena de se derogarem as leis primordiais da vida. Eis o que sucede na alardeada e já tão denunciada «crise do Estado». Por contraditórios e desalentadores que sejam os aspectos através dos quais ela se nos denuncia, os espíritos reflectidos e cultos não duvidam nem um instante do sentido em que terminará por se resolver. Êsse sentido está à vista na excitação que reina entre os especialistas das mais variadas ascendências e que são como que um pequeno mundo de rãs coaxando, incessantes, na ilusão de que o Universo é o seu charco e que nada mais existe para àlém do horizonte que enfàticamente se delimitam. Quando de elementos mais persuasivos não dispuzessemos para demonstrar a linha que leva a restituição progressiva do Estado aos

seus moldes naturais e tradicionais, reputava suficientes as que nos oferece, ou a perplexidade, com tanto de aflitiva como de cómica, dum Adolfo Posada na sua *Teoria social y juridica del Estado*, ou a serenidade aparente dum Gaston Morin no seu livro *La révolte des faits contre le Code*. Resigna-se Posada a declarar: — «*La teoria del Estado sólo podrá rehacerse, en la medida en que se dé cuenta del valor y fuerza de ese más que soplo huracán de la calle, que de tal modo ha decompuesto la vieja ideologia liberal: y la transformación real de los Estados ha de producirse, de hecho se produce, bajo la pujante acción del fermento sindical. Ningún gobierno, digno de tal nombre, podrá dar un paso eficaz hacia la reconstrucción de las instituciones politicas vitales, si ignora o aparenta ignorar esto hecho positivo, a veces brutalmente positivo, del movimiento sindicalista*».

Por seu lado Gaston Morin, inclinado pelo *relativismo*, a uma supressão gradual das funções do Estado e à sua substituição pelos diversos federalismos profissionais e económicos, e não hesitando em proclamar que «*l'évangile de Rousseau ne répond donc pas aux exigences de la vie sociale*», sustenta, como conclusão insofismável, que «*l'étude du mouvement sociale... atteste que, dès à present, une époque historique est close: celle de l'individualisme, de l'isolement des individus qui cède de plus en plus la place aux groupements et à la solidarité*». Achamo-nos, pois, dentro da idéa de «solidariedade», com que Duguit foi corrigindo a secura objectivista das suas teorias. O sindicalismo é, dêste modo, o eixo da reconstrução futura, para todos os pensadores e publicistas a quem o problema da transformação do Estado preocupa agudamente. E com justeza Duguit repara que «o movimento sindicalista não é, na realidade, a guerra empreendida pelo proletariado, para destruir a burguesia e conquistar os instrumentos da produção. Não é, como pretendem os teóricos do sindicalismo revolucionário, a classe operária que adquire consciência de si mesma, para concentrar em si o poder e a riqueza, e aniquilar a classe burguesa. É um movimento muito mais amplo, muito mais fecundo, diria até, muito mais humano. Não é um meio de guerra e de divisão social: creio que é, pelo contrário, um meio poderoso de pacificação e união. Não sendo só uma mera transformação da classe operária, estende-se a todas as classes sociais e tende a coordená-las num feixe harmónico».

A aspiração da «solidariedade» conduz, assim, na incerteza e flutuação das doutrinas as mais antagónicas, aqueles que, embora parcialmente, se deixam render à evidência das circunstâncias. O sindicalismo é, na realidade, a grande corrigenda aposta pela fôrça dos acontecimentos à dispersão criminosa do 89. E se, intoxicado actualmente pelo princípio marxista da «divisão de classes», se apresenta erriçado de hostilidades negativistas, o tempo o adoçará pelo poder da inteligência e pela necessidade de concórdia, de maneira a devolver à sociedade a sua perdida paz, o seu tão ambicionado equilíbrio. Como o caminho se nos rasga diante, sabêmo-lo nós já, em presença dos testemunhos aqui examinados. Por êles se constata unanimemente a falência irreparável do Estado democrático. Nas controvérsias da escola e do livro, por antitéticas que se apresentem as atitudes e inclinações doutrinárias de cada um, todos convergem para um ponto único, — e é que a crise inconjurável do Estado contemporâneo, filho tarado da Revolução e do Liberalismo, provoca o aumento intensíssimo do *social* sôbre o *político*, — do *colectivo* sôbre o *individual*. Apercebe-se alfim que o «evangelho de Rousseau» desvinculara os homens das suas ligações mais imprescindíveis e instintivas, prosseguindo na quimera doida de materializar um fantasma, — o «cidadão» abstrato dos Imortais-Princípios. E por afastados que os tratadistas se mantenham por enquanto das soluções tradicionais, é ainda para lá que convergem desde que ao «indivíduo» se substitúi o «grupo», — desde que a idéa de «solidariedade» aparece a desvanecer o sulco de ruina e de morte, levantado nas sociedades históricas pelo gregarismo entusiástico do século que passou.

Tal conceito de «solidariedade» presupõe, anterior ao direito do Estado, um «direito social», como fundamento da soberania. Isso envolve consigo o repúdio terminante do êrro revolucionário, que tem o indivíduo puro e simples, como alicerce e fim exclusivo da sociedade. Conforma-se ao mesmo tempo com os últimos enunciados das sciências experimentais que, lan-

ando-se contra a apregoada lei biológica do «egoismo», nos ensinam que a lei biológica fundamental da sociedade humana, «não é a lei darwiniana da luta e da concorrência», e sim «a lei biológica humana do auxílio mútuo, do amor, da solidariedade, e da colaboração para o progresso contínuo e indefinido da humanidade». Coincide esta afirmação do eminente dr. Grasset, com a definição de sociedade, que nos é dada pelos tomistas. Destina-se a sociedade, segundo S. Tomás e seus discípulos, a promover a «perfeição natural do homem, como ser moral». Ignorando o Espírito, os tratadistas hodiernos, não vêem na «solidariedade» mais que uma cooperação para o domínio utilitário da existência. Mas é ao império do Espírito que carecemos de regressar, considerando o homem como uma «alma»,—e alma que é, em dependência directa, na sua liberdade e na sua responsabilidade, para com Deus que o criou.

Sensatamente, transpondo com ânimo certo as barreiras que lhe atravancam o caminho, o nosso século, em contraste frizante com o século anterior, procura eximir-se à escravidão da Matéria e prepara-se para travar com ela o grande combate. Valorizar o indivíduo, não como unidade rebelde, mas como élo da cadeia ininterrupta das gerações, tal a mira em que desde sempre a Igreja se empenha, cheia de amorosa solicitude. Não é outro o lema do Tradicionalismo, quando o inspira uma sensata filosofia. Tradicionalismo e Nacionalismo completam-se hoje em dia num apertado consórcio,—esforçando-se o Nacionalismo por dotar os povos com instituições que os virilizem e apontando-lhes o Tradicionalismo quais elas sejam. No rumo já bem marcado que a Europa parece levar, ainda que suspensa por enquanto das bordas do abismo, o afervoramento dos laços colectivos, que o sindicalismo presupõe, promete restituir ao indivíduo a consciência da sua dignidade, obliterada nos conúbios indecorosos, com que o Estado democrático o aviltou e diminuiu.

Graças a êsses laços, a sociedade recomporá o seu tecido multicelular. O exemplo por nós citado e comentado da *Constituïção* alemã de 1919 demonstra-nos que não só nos tratados a nova tendência se faz sentir. Evidentemente que a *Constituição do Reich* enferma do pecado mortal do marxismo. Não se invalida, porém, o que nela se constata de *vital*,—de *orgânico*. A *soberania política* encontra já ali suficiente rectificação no anti-individualismo que ditou algumas das suas principais disposições. Para as inteligências covardes, ou retardatárias, julgo que é um aviso enérgico. O que se nos impõe agora é integrar nos seus termos exactos a transformação visível do Estado. Trata-se dum fenómeno intimamente ligado à transformação do pensamento europeu. Por mais que o contestem autores da natureza dos que nós examinámos a Democracia debate-se no crepúsculo,—o que rúi com fragor de catástrofe é a concepção mentirosa que, tanto do Estado, como da sociedade, recebemos da Reforma e da Revolução. De forma que o movimento a que assistimos não é, estruturalmente, mais que um movimento de libertação. É o «direito christão» que triunfa,—direito todo animado pelo conceito superior de «solidariedade».

Se despirmos do seu limitado e grosseiro positivismo as fórmulas doutrinárias dum Duguit, logo observaremos como coincidem com as teorias de S. Tomás sôbre a sociedade e o Estado. O conceito de «pessoa», tão querido do Tomismo e tão essencial à justa posse da objectividade no campo do Direito, ei-lo de regresso, sepultadas como se acham já no limbo das larvas sem glória as torpes ideologias dum falso e depressivo racionalismo. É o conceito de «pessoa», modificando e envolvendo o conceito centrífugo e errático de «indivíduo», quem volta a inspirar as modernas directrizes jurídicas. Por êle o Estado se restaurará. Por êle a sociedade será salva,—e com a sociedade, a civilização ocidental!

O significado do Congresso Eucarístico Nacional

Pelo Doutor Gonçalves Cerejeira

O recente Congresso Eucarístico Nacional, celebrado em Braga, foi brilhantíssimo, e impressionou vivamente todo o país. Aqui limitar-nos-emos a procurar definir o seu altíssimo significado. Poderá resumir-se nesta tríplice indicação: manifestação superior de fé, demonstração prática do valor social da fé e espectáculo de espiritual beleza.

1.º *Manifestação superior de fé.* — Nunca em Portugal se presenciou um espectáculo tão grandioso de fé, e dificilmente se encontrará lá fora igual. Em Lourdes, por exemplo, há *notas* que faltaram em Braga, como a nota lírica do misticismo envolvente, ou a trágica da dor resignada e confiante; mas em Braga havia mais imponência. E quando Nosso Senhor (como diz tradicionalmente o nosso povo) passou na custódia pelas ruas de Braga, «como símbolo de todos os caminhos de Portugal», foi amorosamente aclamado por uma multidão imensa, prostrada de joelhos...

Aquela manifestação tinha um duplo aspecto: de amor e de reparação. *De amor* — nesta hora de apostasia pública, em que os homens *anti-cristos* do nosso tempo, com o nome de laicismo, se esforçam por destruir da sociedade contemporânea a sua pedra fundamental, como se Cristo não tivesse vindo a êste mundo, esquecendo o que já disse Renan, que arrancá-la seria abalá-la até aos alicerces. *De reparação* — afervorando o amor e a fé na medida do ódio ou do esquecimento (pois amor de Deus que não sofre por ver o Senhor esquecido ou desprezado, não é amor).

Foi uma manifestação *superior* de fé: — já pelo *número* das pessoas que tomaram parte nela, acorridas ali de todos os pontos do país, para darem público testemunho da sua fé em Cristo (e portanto do divórcio da Nação e da política

que em nome dela se tem feito); — já pela *qualidade*, pois todas as classes sociais ali se misturaram na mais franca fraternidade cristã, confundindo-se as casacas dos parlamentares e os capelos dos lentes e os colares dos académicos e as batinas dos estudantes com as jaquetas dos operários, todos unidos no culto a Cristo-Hóstia.

Esta manifestação tem especial significação neste momento. Prova que: — perante o racionalismo decadente, a fé esclarecida se afirma triunfante; — perante a política sectária, a Nação reclama a intangibilidade da consciência cristã; — perante a apostasia pública, os cristãos não conspiram, rezam e perdoam, amando até os perseguidores, consoante Deus quer.

2.° *Demonstração prática do valor social da fé.* — Já no decorrer das sessões, o ilustre lente de medicina dr. Serras e Silva notara, aplicando o método positivo da observação, que, ao contrário de outras assembleias, ali ainda se não ouvira uma palavra de ódio. Depois o brilhante jornalista do *Diário de Lisboa*, Sr. Norberto de Araujo, apontava também que vira isto: uma pacífica multidão de duzentas mil pessoas aclamando simultâneamente Deus e Portugal!

Com efeito, o Congresso de Braga mostrou *experimentalmente* como a fé religiosa enobrece o homem. Duzentas mil pessoas, das procedências mais diversas, desconhecendo-se umas às outras, conseguiram, só pela fôrça da fé, realizar durante alguns dias o ideal duma sociedade superior.

Á sociedade contemporânea tão ferozmente agitada de ódios — ela deu o exemplo do *amor*. Aquelas centenas de milhares de pessoas mais diversas estimavam-se sem se conhecer: cada um via em todos os outros a imagem de Jesus. Os rostos abriam-se todos numa saüdação carinhosa de mútua simpatia.

Realizou, sem aparato de fôrça, a *paz*. A paz ali procedia do amor, como êste da fé. Todos os egoïsmos se recalcavam para não ferir os outros — e os homens viveram em harmonia. Como é simbólico êste facto — de algumas dúzias de crianças bastarem para manter a ordem na aglomeração mais extraordinária que em Portugal se tem visto!

Fez reinar uma purificada atmosfera de *mútuo respeito*. Em certos meios hodiernos anda no ar, mole e enervante, o perfume da carne; no fundo do olhar dos homens, quando passa uma mulher, lampeja uma chama cruel, que a não respeita (dir-se-ia que aquele olhar brutal a despe...). Porém em Braga os homens sentiam-se tão irmãos, que a impressão do sexo quási desaparecia.

Repetiu-se em Braga, numa multidão mais numerosa e com gente mais impulsiva, a experiência social que se realiza há tantos anos em Lourdes: as multidões cristãs realizam expontâneamente a ordem. Em Braga como em Lourdes quási não se via polícia — e não houve uma desordem! Onde se realiza o reino de Cristo, logo se estabelece a paz de Cristo. Foi a lição social do Congresso.

3.° *Espectáculo de espiritual beleza.* — Já os jornais descreveram a beleza inolvidável das grandes manifestações públicas da fé, como a procissão e a pere-

grinação ao Sameiro. Depois dos cânticos, só havia uma linguagem para a traduzir: as lágrimas... — Mas não é a êsse género exterior de beleza que me quero referir.

Refiro-me à beleza interior, a um não sei quê de nobreza e dignidade, que a fé põe nos rostos iluminados das multidões.

Já Loti uma vez na Academia Francesa, se referiu a um certo ar de austera beleza dos operários cristãos (o qual infunde o respeito) a propósito dos pais de Coppée.

Nas multidões descristianizadas, vinca-se mais profundamente o traço da animalidade, da sordidez: essas almas, à falta de nelas nunca entrar o raio iluminado da fé, que as ergue até à contemplação interior dum reino de espiritual beleza, degradam-se, afogam-se sob o pêso das necessidades físicas, reduzindo a vida a pouco mais que comer, fartar, gozar! Nas das cidades há a mais um olhar hostil, de ódio reprimido. A figura humana perde em graça, em delicadeza, em gravidade...

Porém, em Braga, a multidão imensa movia-se num rítmo harmonioso de serenidade e ordem. No seu olhar não ardia a chama quási escura dum ódio frio, porque todo êle se expandia na luz tranqüila duma paz interior profunda e na dilatação duma alegria que não era animal. Nos seus movimentos, nada de brutal e agressivo, antes se podia surpreender a atitude deferente do respeito, ou a atitude beatífica da oração. Na sua linguagem, não havia a grosseria desordenada das vozes altas tumultuosas, mas a voz de tanta gente ordenava-se pelo rítmo interior das almas, e traduzia-se em cânticos. Nas comoções mais vivas, não irrompia tudo em gestos descompostos, mas toda a alma aparecia no rosto, luminosa, como luz que brilhasse atrás dum cristal...

Barrès via em cada igreja um dispensário de ideal, de espiritualidade — para a multidão que vive curvada sôbre a terra hostil. Ela fala-lhe continuamente do reino do amor, da justiça, da bondade... — Pois Braga demonstrou a todo o Portugal como a fé cristã transfigura o homem, tornando-o mais nobre, mais digno, mais feliz, mais belo.

O homem eleva-se tão alto quão alto põe o seu ideal. Os que mais e melhor amam a Deus tornam-se semelhantes a Êle, pois quem ama a Verdade, o Bem e a Beleza absolutos (o que é a própria definição de Deus) não pode deixar de odiar tudo que é falso, mau ou baixo. Uma multidão imensa adorando a Deus sacramentado é em si mesma um dos espectáculos mais belos que se pode ver...

Relações luso-espanholas

A questão da pesca

Novamente a finança peninsular, aproveitando-se da fraqueza do regime por que pollticamente Portugal se expressa, procura lançar-se sôbre o que nos resta da grande riqueza nacional. A nossa atitude de hoje é o corolário lógico da atitude assumida quando da desgraçada entrevista de Miramar. Nada de aproximações de natureza exclusivamente económica, enquanto a base duma verdadeira aliança se não tiver alcançado :— a reconciliação das duas pátrias irmãs da Península com a essência imortal do seu génio! A obra de aproximação entre Portugal e Espanha é eminentemente uma obra de fins espirituais, — uma obra de cultura e de amor. Anda ligada a essa aproximação o problema gravíssimo dos destinos da civilização ocidental. Não são, portanto, tratados de comércio, nem cabalas de banqueiros sem escrúpulos quem nos há de abrir o caminho do dia de àmanhã. Pelo contrário, é preciso repelir —, e repelir até de armas nas mãos, os traficantes que procuram reduzir a vil moeda uma das mais belas e das maiores aspirações da nossa história. Hispanistas somos, — mas não o somos para proveito de firmas sinistras, nem de estômagos ávidos. Antes, com toda a energia, denunciamos o perigo que as tentativas incessantes de monopólios e trusts, *por parte de financeiros espanhois e portugueses mancomunados, representam para o futuro, não só de Portugal, mas da própria Península. Se, por um afinco já agora injustificável, aqueles que em Espanha têm as responsabilidades da direcção do seu país persistem no programa da entrevista de Miramar, não hesitaremos, com a nossa especial autoridade de hispanistas, em ir até ao extremo de os combater com a violência que nos exigem os sagrados direitos da Pátria. Mas combatê-los-emos não só como inimigos de Portugal. Combatê-los-emos também como inimigos da civilização hispânica, — como míseros Esaús que, a trôco dum prato de lentilhas, se desfazem ignòbilmente dos seus títulos de primogenitura...*

Eis o que pensamos em face da momentosa questão da pesca, — do apetecido condomínio nas nossas águas e de quantos apetites sórdidos envenenam para aí o começo duma alvorada de glória para ambos os povos peninsulares. Firmes na nossa conduta, com firmeza a manteremos, sem nada que dobre a veemência do nosso protesto ou que diminua o nosso grito de alarme. E de álerta nos ficamos, aguardando os acontecimentos!

16-VIII-924

A. S.

"Flávio"

Por Nuno de Montemór

Conhecido é já por certo dos nossos amigos e leitores o romance de Nuno de Montemór, companheiro querido de todas as horas. Sacrificando nobremente a riqueza do seu temperamento literário à dramatização dum conflito de idéas, em que transparecesse bem alto o valor humano dos princípios integralistas, Nuno de Montemór aumentou heròicamente o património já considerável do nosso pensamento contra-revolucionário. Êle nos demonstra assim que há um serviço intelectual *para com Deus, para com a Pátria e para com a civilização, como há um* serviço militar—, *tão cheio de responsabilidades sagradas e imprescritíveis o primeiro como o segundo. Até nisso Nuno de Montemór é um exemplo,—um exemplo tocante e persuasivo numa hora em que o* joujou *verbal parece, numa crescente malabarização da arte da palavra escrita, destruir tudo quanto seja «arquitectura mental»,— apreensão e relacionação geral das lições da objectividade com as atitudes peculiares do espírito humano. Notarão os gulosos de acepipes estéticos que no romance de Nuno de Montemór a paisagem cede ao movimento intencional das figuras e que as figuras não são senão pretextos para que o autor ponha em diálogo os seus juizos. Incapacitados de* crer *e de* querer, *êsses que semelhante reparo levantem ao livro de Nuno de Montemór esquecem-se que êle elegeu para brazão e conduta da sua vida árdua de escritor o passo célebre de Fenelon:* —«A palavra foi feita para exprimir o pensamento, e o pensamento para exprimir a verdade».

Transportando para as colunas da nossa revista um excerto do romance de Nuno de Montemór, escolhemos aquele em que passa e se agita em toda a sua natural grandeza a personalidade tão caluniada del-rei D. Carlos. Ao excerto de Nuno de Montemór imprime-lhe uma impressionante actualidade a recentíssima publicação das cartas do desventurado monarca ao seu último presidente de Conselho, o conselheiro João Franco

Castelo-Branco. Há uma exactidão, uma fidelidade tão rigorosa entre o D. Carlos da entrevista com Flávio de Moura e o D. Carlos que se desprende vingadoramente das Cartas, *agora publicadas, que dir-se-ia serem estas as inspiradoras de Nuno de Montemór. Revela-se-nos assim o autor de* Flávio, *pelos seus raros dons de penetração psicológica, um excepcional pintor de* retratos morais. *Adeja nêle por vezes o sôpro anímico com que Oliveira Martins descia às necrópoles da história e convocava para uma nova vida a cinza delida dos mortos.*

A Nuno de Montemór a certeza da nossa camaradagem e os aplausos da nossa admiração.

....

«E se falasse a El-Rei»?—lembrou-se súbitamente.

O rei conhecia-o e amimava-o, desde os brinquedos infantis, com os príncipes, nos salões e nos jardins do palácio, quando o pai o levava consigo nos dias grandes de festa—havia de talvez condoer-se e partilhar a sua dor.

Mas se El-Rei estava desgostoso com a sua conduta no parlamento?

Não importava.

E daí a uma hora, esperava, ansioso, numa sala do Paço que El-Rei concluísse umas conferências para a formação do novo ministério.

Como iria ser recebido?

Como interpretara o soberano o seu discurso no parlamento?

Despedi-lo-ia em palavras de fria cerimónia, ou ouvi-lo-ia de todo o coração?

Os políticos passavam e repassavam, açodados: conselheiros, antigos ministros, titulares e deputados, de caras risonhas ou abatidas, conforme os sucessos das suas intrigas.

—Canalhas!—murmurava Flávio, revoltado, desviando o rosto.

Pouco depois os últimos políticos acabavam de sair, e El-Rei D. Carlos apareceu no seu pequeno uniforme de generalíssimo.

Flávio foi ao seu encontro, ajoelhando, a beijar-lhe a mão, e o rei ergueu-o sorrindo, fraternalmente.

—Soube há pouco que teu pai vai um pouco melhor... O perigo não passou, mas enfim, vai melhor, sempre é uma esperança...

Logo que fale quero ir vê-lo...

—Beijo, agradecido, as mãos de Vossa Magestade...

—Então o que te trás hoje pelo Paço? Desde o meu aniversário que não voltavas?

—Pedir uma graça, meu Senhor...

Assim ela esteja nas mãos de El-Rei...

Flávio, sem aludir aos documentos ocultos no cofre de seu pai, contou, então, ao soberano como o pobre Mateus podia ser arruinado e roubado, se alguém não conseguisse adiar o julgamento, para que podessem ser juntos, ao processo, uns documentos extraviados.

—Sempre a debatida questão do velho Mateus! O que ela tem originado de intrigas, complicações e dissabores!...—exclamou o rei, passeando até a uma janela onde ficou, um instante, de mãos enlaçadas atrás das costas, a olhar, vagamente, o Tejo.

—E poderei eu saber, meu Senhor, se na parte que nela tomei agastei o espírito de Vossa Magestade?

O rei voltou-se, surpreendido, lendo, nos olhos de Flávio, a ousadia da pregunta, e advinhando, naquele moço claro e forte, toda uma mocidade de redenção, deixou cair a mordaça régia da mentira constitucionalista.

—Agastares-me?! Não, meu gentil cavaleiro!

—E pousou-lhe as mãos enérgicas nos ombros, beijando-o na fronte—Se tu foras o rei e eu subdito, seria assim que eu me bateria pelo meu rei e pelo meu país...

Os olhos de Flávio iluminaram-se dum orgulho radioso, sentindo que nessa hora um grande rei o sagrara cavaleiro.

—Como vi que Vossa Magestade se afastara de mim, apreensivo e triste!...—explicou, ansioso de saber como o rei o apreciava.

—Sim, Flávio, apreensivo e triste, mas por outro motivo.

É que tu acabas de prestar à tua pátria um altíssimo serviço, e o teu rei talvez não possa conseguir-te uma graça que está ao alcance do último dos deputados.

É triste e humilhante, não é?

—Por isso eu clamei, no parlamento, que era preciso libertar Vossa Magestade da tirania parlamentar...

De novo o rei se afastara, melancólico e sonhador, a olhar a água azulada do rio, voltando, depois, num passo vagaroso, de cabeça curva, a meditar, profundamente.

E na sua atitude familiar, mãos enlaçadas atrás das costas, e o corpo balançando, levemente, como se estivera a bordo duma nau, exclamou:

—Quantas vezes eu tenho pensado também como tu na representação das classes, ou grupos de produção, acabando-se com a tirania dos partidos, fazendo de cada província uma república administrativa que não dependa de Lisboa, guardando para mim e para os meus ministros a solução dos altos assuntos políticos.

Então, sim, vejo clara a solução do problema político, pela chamada dos competentes aos negócios do Estado.

Porque, Flávio, suponhamos que as representações das classes se faziam por províncias ou regiões.

Seria possível levar os lavradores dessa região a votarem, para lhes tratarem dos interesses, os agricultores ou agrónomos que, de algum modo, se não tivessem mostrado competentes?

E os médicos? Os industriais? Os operários? Os professores? Os padres? Os militares?

É fácil seduzir-se uma multidão de votantes quando o deputado, democràticamente eleito, fica com influência para derribar ministérios, fazer despachos e dar sinecuras, mas como iludir uma classe, um grupo de produção, se o seu representante, não gosando de nenhuma daquelas influências corrutoras, só podia dar, aos seus eleitores, os benefícios que resultariam, para toda a classe, da competência com que êle tratasse os problemas que interessassem, colectivamente, aos seus representados?

Cada classe empregaria, então, o escrúpulo cauteloso com que o proprietário duma casa escolhe o seu feitor ou gerente.

—Vejo agora, meu Senhor, um êrro meu, porque não achava inconveniente em que a assembleia das classes, os representantes das profissões, pudessem indicar a formação dos ministérios?

—Certamente, o perigo duma tal indicação resultaria menor, por vir dumas côrtes que eram a flor da nação, mas, meu caro Flávio, é um facto inevitável e incontroverso que as assembleias mais escolhidas, quando chamadas a deliberar sôbre assuntos de natureza puramente política, se tornam, a breve trecho, desorientadas e democráticas.

Não, Flávio, não.

Os ministros seriam só escolhidos pelo rei, absolutamente independentes do voto das côrtes, para não se verem presos por favores de ninguém.

Só assim haveria a continuidade de poder, evitando-se êste assalto contínuo aos ministérios que tudo desfaz e inutiliza.

O Rei seria, então, o chefe do poder executivo e o chefe dos exércitos de terra e mar, porque estas duas fôrças lhe eram absolutamente necessárias para manter a paz e o equilíbrio no reino, quando as exigências duma classe ou duma turba cega quizesse impor-se em prejuizo da nação.

A fórmula ôca do «Rei reina mas não governa» seria substituída por êste princípio real: *o Rei governa, mas não administra*».

Eis aqui, meu caro Flávio, no que consistiria o meu poder pessoal—êsse poder pessoal que amedronta os políticos, como se fôsse possível incluir nele o direito de levantar forcas ou

promulgar sentenças, substituindo-me ao poder judicial!

—Eu sei, meu senhor, o horror que os partidos políticos guardam a um tal poder: é o horror das quadrilhas a um chefe de Justiça Suprema...

É bem de ver que êsse poder não perturbaria a função especial das côrtes, nem passaria sem o seu preciosíssimo auxílio, ouvindo-as nos altos negócios do Estado.

Junto dos ministérios funcionariam conselhos técnicos, escolhidos pelo Rei, para auxiliar os meus ministros, já de si especializados nos assuntos a seu cargo, e não indicados pela intriga cega das eleições populares.

Ora numa nação com um poder político assim organizado, como seria possível tornar-se absoluto um rei a todo o momento cercado da melhor gente do seu país?

Que soberano se atreveria a calcar as suas indicações cheias de experiência e sciência?

Não há regimes perfeitos, bem sei, mas com uma organização desta natureza, mesmo um rei de inteligência vulgar pedia ser um chefe de estado admirável.

De resto, às Côrtes deixava-se-lhe o encargo de tudo fiscalizar e aconselhar, e dar-se-lhe-ia o voto deliberativo nas questões magnas, como, por exemplo, na fixação dos impostos, nas declarações de guerra e na ***deposição do rei***, quando êste se tornasse indigno, pelos seus abusos e loucuras, de continuar à frente da monarquia.

Na minha mão e na dos meus ministros, a que se juntaria a indicação competente dos conselhos técnicos, ficaria uma grande concentração de poder político, libertando as turbas das lutas estéreis dos partidos, e a nação ver-se-ia livre dos ódios e das intrigas políticas para se administrar a si própria, porque nem o próprio rei poderia tocar no govêrno dos seus municípios ou na administração das suas freguesias ou provincias.

É numa monarquia assim que um rei pode trabalhar, e não numa república de corôa, como esta, em que os políticos não admitem, de facto, a intervenção do rei.

É que a iniciativa régia amedronta os meus conselheiros, Flávio!

—Oh! se amedronta, meu senhor!

Elas vêem o perigo do confronto entre os benefícios vindos duma poderosa iniciativa régia e os desastres inevitáveis das disputas parlamentares.

Seria uma lição prática que ressuscitaria, na memória do povo, o valor insubstituível dos seus velhos reis, e o desastre dos políticos actuais resultaria tanto mais apressado e evidente, quanto maior se afirmassem o prestígio e o poder da corôa.

—A corôa!—murmurou o rei, amarguradamente—A corôa! Mas o que é a corôa desde 1834?

Um sinete irresponsável dos partidos.

Um dia, proclamar-se-á, talvez, a República e julgando-se que se varia de instituïções, muda-se apenas de sinete.

E o trono?

O trono seria um logar de repouso, se não fôra antes um logar de humilhação.

Ninguém como o rei sabe que o trono e a corôa são hoje dois simúlacros, a cobrir interesses... partidários.

Pois que poderes possui hoje um rei de Portugal?

Os mesmos que teria amanhã um presidente duma república parlamentar.

Tu viste, há pouco, sair do Paço, conselheiros, antigos ministros, pares e deputados, que vieram à consulta sôbre a formação do gabinete que há de suceder ao de teu pai?

Julgas, porventura, que eu tenho o direito de escolher ministros?

Não, meu amigo, eu serei obrigado a aceitar os mais corrutos, isto é, aqueles que melhor sirvam os interêsses particulares dos bandos que hão de retirar-lhe ou confirmar-lhe a sua confiança no parlamento.

Como vês, meu amigo, os conselheiros de meu avô D. Pedro IV converteram o país numa emprêsa de negócios particulares, sob a firma comercial da *Casa de Bragança*.

E a sua insensatez chega agora a ponto de desacreditar a firma de que êles são os accionistas, esquecidos de que a si próprios se arruinam e desacreditam.

A cada ministério que vai nomear-se, os conselheiros ameaçam já a corôa, mandam ape-

drejá-la pelos seus jornais, não se lembrando de que essas pedras se voltarão, um dia, contra êles.

E foi para cairmos nesta vergonha que meu avô D. Pedro IV gritava, heróicamente, de espada na mão, quando o povo no seu instinto nacional repelia o constitucionalismo:

«Portugueses, hei-de libertar-vos à fôrça»!

Ah! como êste meu avô se enganava!

E quem se não engana e se não deixou, um dia, levar pela sedução da democracia, que é a doença infamante do século XIX?

Eu próprio não delinquí já, no meu reinado, deixando que ministros constitucionalistas, no seu eterno ódio contra Roma, expulsassem alguns religiosos que foram, depois, recebidos e glorificados, como vítimas nobilíssimas, nos outros países da Europa?

E, todavia —já hoje o reconheço— as ordens religiosas são aqui necessárias, absolutamente necessárias. porque, sem a sua influência na educação do povo, não se poderá resolver o problema da ordem moral.

Nesse dia, quando os jesuitas e as outras ordens religiosas reentrarem em Portugal, tcdas as árvores da fronteira dobrarão e reunirão, no alto, as ramagens, a fazerem arcos de triunfo, para que elas passem, de olhos pousados, amorosamente, nesta terra de que são os melhores filhos.

Ah! meu caro Flávio, como eu, também meu avô se enganava, quando se julgava glorificado no seu título de rei constitucional...

—Antes êle se fizera absoluto, meu Senhor.

Era um mal, seria uma tirania, mas entregando-nos aos deputados, a tirania tornou-se centenas de vezes maior.

—Então, meu caro Flávio, é preciso perdoar-lhe, muitos outros erraram de boa fé, acreditando que a ideologia da Revolução Francesa podia ser um plano de progresso nacional.

Mas nós, os que estudamos hoje sciência política, sabemos que os visionários duma sociedade democrática, ao exclamarem:

«Quando pela instrução e pela educação nós conseguirmos uma sociedade perfeitíssima», é como se os matemáticos dissessem:

«Quando nós encontrarmos, no espaço celeste, o ponto de apoio para levantarmos o mundo...»

Admite-se que tais indivíduos possam saber de tudo, menos de política e de matemática.

E todavia, meu Senhor, ainda temos ignorantes com cartas de conselho, a afirmar que muitos dos bens modernos não existiriam sem a loucura da Revolução Francesa!

—Os ignorantes, dizes bem, Flávio, porque aqueles que como Le Bon brilham à frente do pensamento moderno, demonstram como êsses bens teriam vindo, fatalmente, por evolução.

É que a marcha da civilização não se força.

Não há ameaça nem açoite que chegue ao sol para lhe apressar a marcha, obrigando-o, antes do tempo, a subir acima dum determinado horizonte.

Querer acelerar, pela violência, a curva duma civilização, seria o mesmo que rasgar, com um explosivo poderoso, de encontro ao oriente, uma vala gigantesca, arrasando culturas, serras e cidades, pondo em tumulto mil rios e mil povos, só para uma turba de sonhadores e sanguinários ver mais cedo o sol assomando ao cabo dessa vala de sangue e destroços.

Os bens temporãos, trazidos por uma tal violência, não compensam os desastres originados, porque neles se perde uma boa parte do património nacional.

É, por isso, cheia de verdade esta sentença: «a democracia queima numa revolução o que uma raça levou séculos a edificar»,

—Pois é para uma dessas revoluções, meu Senhor, que o povo de Lisboa se vai preparando.

—Eu sei... eu sei...—murmurou o soberano, apreensivo e amargurado—Até os meus conselheiros me ameaçam com ela.

Pobre povo!

Julgando que entra numa revolução, para se fazer soberano, irá apenas a uma feira donde voltará comprado por novos donos.

Mas dizem-lhe que a família real é a tirania, que é a ruina da nação, que gasta perdulàriamente!

Que mentira, Flávio, que repugnante mentira!

O rei ergueu a voz com um amargor de revolta nos lábios.

—...Sim, eu sei, Flávio, um presidente não precisará de ganhar tanto, mas—leva contigo esta verdade—cada uma das muitas revoluções que fazem os partidos republicanos para conseguirem um presidente da sua afeição, custará ao tesouro mil vezes mais que a família real portuguesa.

O monarca calou-se, uns momentos, passeando, agitadamente, e Flávio julgou que estas últimas palavras indicassem o fim da audiência.

Mas o rei continuou, com mais amargura, apertando-lhe a mão.

—... A lista civil e os bens particulares dum rei não constituem a verdadeira fortuna do rei.

A sua riqueza sólida está no facto de a sua pátria e os seus subditos serem ricos.

O soberano que desbaratasse, no fausto e nos prazeres, os dinheiros do tesouro, empobrecendo a nação, desclassificar-se-ia, mostrando-se igual ao pai de família que luxasse e galeasse como um principe, trazendo a mulher e os filhos rotos, a mendigar.

Já não seria um rei mas um mentecapto, a quem as côrtes saberiam depor.

Por egoismo só que fôsse, meu amigo, o meu poder pessoal, que aliás não poderia dispor do tesouro, só desejaria a riqueza e a glória do meu país, porque elas seriam a única riqueza e a única glória da minha pessoa e da minha família.

E serei eu, Flávio, um simples egoista?

O rei conservava-lhe a mão apertada, com amargurada tristeza.

Novos conselheiros e deputados estavam chegando para novas consultas, sôbre o ministério.

—A corja! A canalha!—exclamou Flávio, surdamente, com um fulgor de cólera nos olhos.

—A corja! A canalha!—murmurou o rei com repugnância.

—Virá, um dia, meu senhor—exclamou Flávio, olhando alto, no espaço, como se sorrisse a uma bandeira invisível—virá um dia, meu Senhor, em que os moços de Portugal virão libertar-vos!

De novo o rei lhe apertou a mão, calorosamente, silenciosamente, como quem aceita o pacto duma conspiração redentora.

—Para a vida e para a morte!—jurou Flávio, curvando-se, religiosamente, a beijar a mão do soberano.

—Para a vida e para a morte!—repetiu o rei, pousando-lhe a mão sôbre o ombro.

E foi como se a gente nova de Portugal selasse com o Rei um pacto de salvação nacional.

—... Antes de vós—disse ainda o rei, sumidamente—talvez eu tente libertar Portugal, mas para esta libertação falta-me uma organização integral do país.

E depois, não há monárquicos, Flávio!

Tudo está cego e corrompido, e é quási certo que não me pertencerá a glória de vencer a batalha...

Porque será uma batalha, Flávio, onde talvez redima com o meu sangue o pecado liberalista da minha dinastia...

Tereis, então, o sangue dum rei para o baptismo da geração nova!

E vencereis, vencereis, depois...

Na sua exaltação patriótica, Flávio esquecera-se do velho Mateus, e foi El-Rei que, na despedida, lho relembrou, assegurando-lhe que, daí a algumas horas, lhe daria uma resposta pelo telefone.

E a resposta chegou a casa de Flávio, à meia noite, decisiva como um golpe de espada,

«Os políticos não desistem, Flávio: o processo será julgado em poucos dias».

Flávio ficou longo tempo com o auscultador na mão, sucumbido, imóvel, preso dos negros pensamentos que, de manhã, o tinham martirizado em frente do cofre inviolável.

Numa sala visinha os médicos, reünidos, discutiam, sem esperança, a enfermidade do pai, que continuava hemiplégico, sem movimentos e sem fala.

«Tudo está então perdido! Tudo está perdido!...—murmurou, desoladamente.

E dirigiu-se como um sonâmbulo para o seu quarto.

A' "LUSITANIA,,

A «Nação Portuguesa» saúda a «Lusitânia», revista de estudos portugueses, que marca na nossa apagada e vil tristeza um heroico esfôrço de inteligência e de vontade. Nascida debaixo do nome insígne de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, dão-lhe o fervor da sua bela flama nacionalista os cuidados infatigáveis de Afonso Lopes Vieira e de Reynaldo dos Santos. Destina-se a «Lusitânia» a colaborar na «re-criação do Espírito da Pátria, para o servir com sinceridade pura, isenção honrada e fé ardente na verdade imortal da Nação Portuguesa — verdade imortal e pairante por sôbre o mediocre, o contingente e o provisório». Assim a «Lusitânia» se apresenta numa exortante e consoladora proclamação. Tanto nos basta para que lhe queiramos, como a uma companheira privilegiada e distintíssima. Deseja a «Lusitânia» também, como nós, «comunicar com o espírito do Mundo; mas, por vastos mo-

t:vos de inteligência e sentimento, —diz-nos ela—, elegemos por mais próximos e mais caros aos fins do nosso trabalho o Brasil—filho grandioso e gentilíssimo da acção de Portugal—e a Espanha, nossa irmã peninsular». São os mesmos os roteiros que nos conduzem. Que a «Lusitânia» desbrave o caminho que nos distancia da entressonhada hora do resgate e veja em nós um permanente aplauso a quanto de belo e grande realize!

«Á sociedade presente só duas soluções se apresentam: ou Maurras ou Lenine.

Quem não quizer estar com Lenine tem de estar com Maurras, isto é, com um princípio da autoridade fortalecido por princípios morais e por razões históricas. Importa pouco que êste princípio tenha ou não a dar-lhe continuidade a hereditariedade do poder. É sabido que há paises donde a realesa tem de ser excluída por falta de tradição histórica. E pode mesmo suceder que em países de tradição monárquica, os erros dos homens imponham períodos, mesmo largos, de transição em que o poder hereditário tenha de ceder o passo ao restabelecimento do princípio da autoridade nas suas bases puras, desembaraçadas de todo o veneno do Liberalismo».

Mariotte

(De *A Época* de 17-9)

"Jus" de Branco "injuria" a Preto

Por Hipólito Raposo

Entre os sintomas que melhor definem e acusam o delírio sentimental com que há cem anos se vem sujeitando à geometria dos *imortais princípios* os direitos mais vivos das realidades, temos o dever de incluir o critério seguido predominantemente na administração da justiça nas Províncias Ultramarinas.

Até ao triunfo do Liberalismo, cujos princípios a experiência condenada de toda a Europa nos ensina a proclamar *mortais princípios*, emquanto à Nação Portuguesa não faltaram com a liberdade do Rei as liberdades locais e corporativas do Povo e simultâneamente o sentido concreto da sciência do Govêrno, ninguém pretendeu transferir para as Colónias a legislação do Reino.

Certo é que, desde o princípio, se praticou nos domínios portugueses a política da assimilação. Para essa preferência, concorriam várias determinantes e invencíveis sugestões: estava essa tendência na velha tradição romana, avivada então pela cultura humanista; nos séculos dos descobrimentos e da expansão colonial, antes mesmo da esperança ennevoada do Quinto Império, fiel à protecção do Padre Santo, Portugal pela largueza e fervor do seu apostolado, serviria eficazmente a catolicidade da Igreja de Cristo, sonhando restaurar pela segunda vez na história, o Império Romano do Ocidente, por meio da conquista e domínio do Oriente.

Mas, em toda a obra compreendida ou meditada, precediam os costumes as leis, e a *igualdade* dos indígenas aos europeus condicionava-se pela posse da doutrina moral do Evangelho, pelo sinal do Baptismo, pelo nome de cristão. A vocação espansionista do pequeno Reino de Portugal exercia-se, *dilatando a fé e o império*, como se, para reger tantas e tão distantes raças, mister fôsse unir a Tiara ao Sceptro, firmando tão alta esperança numa diarquia eterna.

Pequeno é o corpo de legislação judiciária colonial nos primeiros séculos da conquista, em confronto com os numerosos diplomas emanados das chancelarias régias, destinados a reprimir a escravatura e a proteger os indígenas, desde as remotas provisões de D. João II de 5 de Abril e 11 de Junho de 1492, e alvarás de 18 de Julho e 10 de Dezembro de 1493, da célebre lei de 20 de Março de 1570, reinando Dom Sebastião, (sôbre a liberdade dos gentios das terras do Brasil, e mais Conquistas), até aos alvarás de 5 de Junho de 1605, 3 de Julho de 1609 e à lei de 8 de Maio de 1758.

A aplicação das penas fazia-se, como ainda agora acontece nas tríbus e povos mais distantes da assimilação ou influência portuguesa, pelo

direito costumário dos indígenas, após intermináveis julgamentos, para os quais se invocavam inspirações superiores, por receio de práticas de feitiçaria e superstição.

Se o autor não chama a autoridade do branco para a decisão do pleito ou directamente ou pela intervenção do juiz constituído, a causa decorre no meio da libata, à sombra das palmeiras ou dos tamarindos e tudo se passa em família, com mais ou menos bôa-ordem na eloqüência forense.

Pelo que respeita à Provincia de Angola (a que especialmente pretendo referir-me aqui), administravam a justiça em pequena alçada, os chefes militares, capitães-mores ou regentes, assim chamados até 1834. Em Loanda, desde o século XVII, assistia um juiz letrado com o título de ouvidor geral, àlém do juiz ordinário com a sua jurisdição própria, desde o fim da dominação holandesa, na vila e presídio de Massangane.

Mais tarde, em 1721, outro magistrado aparece, o juiz de fora e de órfãos, servindo também de provedor dos defuntos e ausentes, e com pequenas modificações se chegou ao período das reformas liberais, iniciadas pelo decreto de 16 de Janeiro de 1837 que cria uma câmara para todos os territórios do antigo Reino de Angola e Benguela, com um juiz de direito e dois ordinários, providência a que os serviços da justiça nada ficaram devendo, *porque em todo aquelle decreto se enxerga uma perigosa precipitação e carencia de conhecimento local dos paizes para os quaes se legislava á pressa* — clama e protesta um insuspeito e ilustre colonialista [1].

Êste protesto havia de encontrar maior razão de ser no futuro, quando a legislação metropolitana, civil e penal, se aplicasse nas Províncias Ultramarinas à inspiração do célebre princípio de que todos os homens nascem livres e iguais em direitos...

Sem falar na divisão comarcã da Província, em que as circunscrições judiciais atingem limites superiores três ou quatro vezes a alguns distritos da Metrópole, quero apenas denunciar o absurdo e a atrocidade que significa a aplicação das nossas leis e formas de processo aos selvagens de Angola, para os quais a primeira injustiça é já a própria lei.

É preciso ter presente o scenário duma audiência em África, em que o reu preto, na maior parte das vezes, não tem capacidade para avaliar, sequer, da natureza do crime de que é argüido e ali fica imóvel em sua inconsciência, como um bronze surdo que mal acorda a preguntas insistentes, numa língua que mal percebe, até quando lhe lêem uma sentença que nenhuma eficácia moral há de exercer nêle e que apenas se traduz, quando condenatória, em trabalhos muito irregulares ou em viver na sombra da prisão, comendo sem trabalhar.

Pode o juiz preguntar a uma testemunha indígena se declara *pela sua honra* dizer a verdade, que nunca por êsse princípio qualquer testemunho foi verdadeiro.

O conceito de honra, por si mesmo tão complexo, quando não seja acompanhado e baseado no sentimento da dignidade cristã, pela sua intimidade com um imperativo religioso, perde-se, pulveriza-se na relatividade dos homens, dos logares e dos tempos.

Honra e nobreza, normalmente, identificam-se a justo título, e quando mesmo se considerem individualizadas estas duas expressões num homem de moral perfeita, cada uma das qualidades que elas enunciam pressupõe e exige no sujeito uma conformação religiosa hereditária, um estado habitual ou actual de submissão da criatura a Deus-Criador.

E não é necessário sair dos domínios da análise positiva mais elementar, para reconhecer a fragilidade dos mitos que a filosofia revolucionária pretendeu impôr, em substituição das fórmulas que exprimiam e ainda exprimem realidades de sentimento ou dítames morais, provindos das mais profundas direcções do nosso ser.

Para o crente religioso, cristão, maometano ou gentio que seja, o juramento é um acto gravíssimo, porque, proferido êle, o falso testemunho que se seguir, antes de ser injustiça para um homem, já foi ofensa e injúria ao seu próprio

---

(1) Lopes de Lima — *Ensaios sobre a Statistica das Possessões Portuguesas*, etc. — Lisboa, 1846 — Livro III, pág. 85.

Deus que um dia tomará para com o perjuro o logar de justo juiz.

Tratando-se de ouvir a voz duma consciência, indispensável se torna conhecer a lei moral do depoente, a voz verdadeira da justiça de que a sua fala tem de ser apenas um éco.

Certamente guiados por estas razões ou movidos que fôssem apenas pela experiência prática de conseguir a verdade nos autos judiciais, alguns legisladores decretaram, especialmente para a Índia, que os juramentos fôssem tomados conforme prescreviam os ritos religiosos dos depoentes.

E assim se praticava com maior ou menor eficácia, até que o decreto de 18 de Outubro de 1910, pela mão do Govêrno Provisório da República, *libertou as consciências das garras da reacção*, estabelecendo a seguinte doutrina:

Artigo 1.° — *É abolido o juramento com caracter religioso, qualquer que seja a sua fórmula.*

....

....

Artigo 8.° — *Em todos os casos não referidos neste diploma, em que as leis anteriores davam qualquer eficácia às afirmações sob juramento, êste será substituído pela declaração sob palavra de honra.*

E desde então, por maravilha, todos os índios não cristãos das Novas e Velhas Conquistas, os indígenas de Timor, os negros das duas costas de África ficaram autorizados a mentir sem sanção, por lhes terem dado para tanto um salvo-conduto de *honra* que não tinham, que depois não tiveram e que ainda agora não sabem o que seja.

As primeiras vítimas desta monstruosa e sectária injustiça do poder são os magistrados dignos que pelas Colónias andam a testemunhar a superioridade da nossa civilização, a afirmar o prestígio da lei e da autoridade portuguesa, para que lá por longe o nosso domínio se mantenha e fortaleça. E quantos dêles, em graves conjunturas do ofício se têm visto reduzidos à necessidade de sair do direito para fazer justiça, obrigando os depoentes às fórmulas do seu juramento religioso?

Não é a primeira vez que, na Índia, os juízes se valem de plantas ou animais sagrados, uma cobra que entra, um côco que se abre no tribunal, para dar à consciência da testemunha uma determinante eficaz.

Por dever da profissão, tive várias vezes de intervir em julgamentos de indígenas, constituindo cada audiência para os brancos de sensibilidade que a elas assistiam, um suplício maior do que para os réus representariam as sentenças condenatórias a meses de cadeia ou a anos de trabalhos correccionais.

Particularmente me recordo dum julgamento por crime de furto em que o réu afirmava em altas vozes, a mim seu advogado e ao juiz que depois o interrogava, que não roubara nada ao autor seu antigo amigo e companheiro de criação no mato. E contava o caso. Êste pedira-lhe emprestados quinze mil réis que nunca mais lhe restituíra, chegando por último a negar-lhes com a mais descarada firmeza. Então, êle, sabendo onde o seu devedor tinha a mala do fato, que estava sempre aberta, retirou dela as peças de vestuário suficientes para se indemnizar e ficou satisfeito consigo mesmo, com Deus e com os homens.

Mas intervém a lei do branco que chama furto àquela restitüição, e o negro que em sua consciência continuava a reputar-se honrado, conduzido à barra do tribunal, sob uma acusação, cuja razão infamante não alcançava compreender.

Antes da audiência, protestava-me êle a chorar, em gritos da mais enérgica revolta: — *Não roubou, siô! Não ser malandro, siô!*

Assim era a voz do seu instinto da justiça natural contra a injustiça do direito português.

Aquêle preto, até provas mais decisivas que ainda não dera ou ninguém conhecia, não havia roubado, não era *malandro*, segundo a expressão do seu protesto. Defendi-o como pude, mas sem resultado, porque a nossa lei era inexorável, em face da infracção demonstrada na prova dos autos.

Se multiplicarem êste caso por cem, por mil, por cem mil, terão, em pequenas variantes, compreendido o drama judiciário que se repre-

senta e vive na administração da justiça do branco aos indígenas de África.

* * *

Não seria, porém, difícil a qualquer governador que do seu cargo quizesse ou pudesse fazer aspiração maior do que um pôsto de confiança partidária, empreender esforços de reforma de que logo resultariam compensadoras vantagens, entre elas avultando a do maior prestígio da soberania portuguesa.

As populações que habitam Angola, podem agrupar-se em núcleos demográficos que na sua composição mantém, de tríbu para tríbu, uma vincada homogeneidade.

São assim como outras tantas nações pequenas, com a consciência certamente confusa, mas firme, da sua diferenciação, o que freqüentemente os leva a guerrear-se e a odiar-se sem tréguas.

Por mais de uma vez, estas rivalidades entre povos negros foi aproveitada pelos Portugueses nas guerras da ocupação, tomando para aliados os inimigos dos seus inimigos, segundo a regra clássica.

Existem hoje comunicações regulares para as diferentes regiões da Província; não há receio próximo de qualquer sublevação indígena. Oportuno seria procurar as bases, colher os elementos com que deveriam ser elaborados os Códigos ou Estatutos dos Indígenas, quero dizer a compilação dos usos e costumes que tradicionalmente regulam as relações jurídicas nas diversas raças de que se compõe a população angolana.

Êsse trabalho teria de ser precedido de um inquérito sistemático à vida dos indígenas, realizado por diversas comissões de estudo, podendo adoptar como programa de trabalhos o magnífico *Questionário Etnográfico acêrca das Populações Indígenas de Angola e Congo*, mandado publicar por Portaria Provincial n.º 315 de 23 de Fevereiro de 1912, elaborado pelo, então, juiz da Relação de Loanda e ilustre poeta, Sr. Dr. Alberto Osório de Castro, a cujos bons desejos e esforços, infelizmente quási estéreis, justo é que se renda louvor e reconhecimento.

Êsse trabalho que no seu autor logo denuncia uma sólida cultura etnográfica, pretendia fazer o que ainda não se conseguiu, vai para quinhentos anos—o descobrimento de Angola.

Foi baldada a iniciativa de 1912, por motivos que desconheço, mas que fàcilmente entrevê qualquer pessoa com alguns meses de estágio nas nossas colónias de África. Mas, emquanto por êsse *Inquérito* ou por outro meio adequado, nós não *soubermos o que temos*, mal poderemos cuidar de administrar a sério e pouco dignos de *possuir* nos deverão considerar as outras nações colonizadoras que nos ficam na visinhança.

Na Província de Angola não há um museu etnográfico e o pequeno núcleo que existe, reünido por diligência e cuidado de alguns missionários e funcionários, já teria desaparecido, se não o guardasse e defendesse o carinho vigilante do Vigário Capitular de Angola e Congo, Sr. Dr. Manuel Alves da Cunha.

Quere isto significar que a vida das populações do interior só é conhecida e ainda imperfeitamente por aquêles a quem os deveres do cargo ou as exigências da sua vida de negócios obriga a permanecer entre elas, não podendo deixar de revelar grandes insuficiências de observação e dedução as suas narrativas, faladas ou escritas, por falta de método no exame e crítica dos factos.

Por isso, eu me permito insistir nas comissões de inquérito, embora com a certeza de não encontrar para a minha voz maior éco do que outros têm encontrado neste carnaval trágico em que vamos andando.

Êsses Códigos ou Estatutos reüniriam para cada região, fixando-os em normas obrigatórias, as tradições jurídicas relativas ao direito civil (família, casamento, sucessões, contractos, etc.) e ao direito penal (natureza e classificação dos delitos, penas, formas de processo, provas, etc.).

Há poucos meses ainda, em Loanda, formulando eu em conversa esta aspiração, o distinto funcionário provincial, sr. Assunção Teixeira, chefe da Repartição dos Negócios Indígenas, teve a deferência de mostrar-me em esbôço um projecto de código indígena que estava elabo-

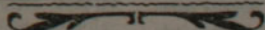
rando. Ignoro que destino teve o seu trabalho ou qual o estado de aperfeiçoamento a que levou o primitivo esbôço.

Mas, a despeito da competência do aludido funcionário e dos elementos de informação de que dispunha, pude logo afirmar-lhe a minha convicção de que resultaria inútil o seu propósito, por lhe faltar a base essencial dum inquérito directo, levado a cabo com as cautelas que a desconfiança do preto impõe e com as contra-provas exigidas por um bom método de trabalho.

Os resultados dessa missão serviriam também para fundamentar em bases seguras uma reforma administrativa, menos inconsiderada e arbitrária do que as anteriores, alteradas quási a capricho pelos sucessivos governadores.

Enquanto estes aspectos não forem encarados, não haverá razão de se atribuir ao nosso domínio de África uma política colonial, os indígenas, afogados em direito, continuarão a clamar por justiça aos céus, às florestas e às almas dos seus queridos *gazumbi*, aos manes que lhes assistam nas desgraças e tribulações da vida.

No entretanto, sete milhões de negros que não foram cristianizados, que não falam português, que ignoram as nossas leis, que vivem e morrem fora da nossa civilização, partilham com os professores das universidades, com os membros das academias e com todas as pessoas que são ou se cuidam ilustres neste país, os direitos individuais garantidos na Constituição da República e sentam-se em julgamento no mesmo tribunal, sob o império da mesma lei e diante do mesmo juiz que nós todos; e alguem achará que é justo êste aparato de honra, se os selvagens do Libolo e das Gangüelas também são chamados, *como soberanos eleitores*, a escolher os deputados e os senadores para o parlamento de Lisboa.

Tristíssima comédia!

Das idéas, das almas & dos factos

A nossa revista

Abre hoje as velas para nova jornada a nossa revista. Vencidas dificuldades, em que a culpa nos não pertenceu, queremos estabilizar a sua regularidade, a partir desta série, — e esperamos fazê-lo. Não ignoram os nossos amigos e leitores o que há de heroico numa empresa como esta da nossa revista. Por isso a sua assistência nos valerá em ambiente moral e material, para que a *Nação Portuguesa* siga no seu caminho de arroteadora de chão bravio. Não é outra a resposta que damos aos integralistas, sequiosos de «acção», julgando que a «acção» se reduz a ridículas confabulações conspiratórias ou a impossíveis cópias das mortas e bem mortas hostes do antigo partidarismo.

Enquanto se não refaça a fisionomia espiritual da Pátria, dificilmente, a não ser por uma graça espiritual de Deus, se tornará possível a restauração nacional porque anelamos. Enquanto se não cortarem definitivamente os laços sentimentais que ligam alguns dos nossos companheiros a um passado defunto, mas ainda insepulto infelizmente, não será fácil desbravar a estrada que nos leva ao ancoradoiro, por ora misterioso, do Portugal futuro. Desiludam-se os nossos vagos e scismadores sebastianistas, que equivocadamente se supõem conosco, mas que choram de saüdades por uma tragi-comédia de capa e espada, em que entre por um lado e saia por outro o senhor Paiva Couceiro: — a questão não é de Monarquia nem de República! A questão é mais funda e mais dramática: — é a civilização ocidental que está em perigo, e com ela a alma histórica de Portugal. Eis porque as campanhas do Espírito, a guerra das idéas se impõem em primeiro logar. A tanto vem a *Nação Portuguesa*, — e a tanto vem com a humildade do Centurião, mas igualmente com a sua fé iluminada. Fiquem ao nosso lado os que sentirem a coragem de se imolar aos desígnios de Deus e de sobrepôrem às impaciências da sua mocidade a dedicação resignada e permanente de quantos, sabendo-se homens de bôa-vontade, sabem também que as grandes trasformações sociais não se operam por golpes espectaculosos de mágica. Os que não se conformarem com êsse obscuro e violento sacrifício, só são para lamentar na cegueira orgulhosa com que se reputam donos absolutos dos segredos e da marcha da história...

E é dever nosso aludirmos à substituição que se dá no secretariado da nossa revista. Sái da nossa companhia imediata, mas não da fileira dos nossos colaboradores, o belo espírito de Domingos de Gusmão Araújo. A sua vida absorvidíssima não lhe permitia dar à nossa revista o esfôrço que tanto ela lhe pedia. Substitui-o Manuel Múrias, — o autor já laureado do *Seiscentismo em Portugal*. A ambos as nossas saüdações e a certeza da nossa camaradagem inalterável.

Doutor Gonçalves Cerejeira ★

Dia de festa na nossa Revista! O ilustre sacerdote e não menos ilustre professor, que é o Doutor Gonçalves Cerejeira, concede-nos a honra da sua colaboração. No próximo número trans-

creveremos um capítulo do seu recente e magnífico livro *A Igreja e o pensamento contemporâneo*. Essa será a nossa homenagem, — a homenagem da *Nação Portuguesa*. Hoje limitamo-nos a saüdar o eminente catedrático, que tão nobremente reata a tradição intelectual do clero português, afirmando-lhe a nossa alta e inalterável admiração.

Teófilo Braga

A irregularidade da série anterior da nossa revista não nos permitiu referir-nos à morte de Teófilo Braga. Estampamos hoje aqui o artigo que a êsse respeito o nosso director publicou no importante diário de Madrid, — *El Debate*. Cumprimos assim o nosso dever para com os leitores da *Nação Portuguesa*, exprimindo com a sinceridade de sempre o juizo que nos merece a obra do falecido escritor. Segue o artigo:

A morte de Teófilo Braga merece algumas considerações. Se o valor da sua obra estivesse na proporção da sua bibliografia, sem dúvida que o falecimento de Teófilo Braga teria deixado em Portugal um vácuo profundo, — um vazio irreparável. Ninguém nega a Teófilo Braga a sua actividade, — a sua incessante labuta. Mas a vida passou-a deitando areia para o mar, numa faina igual ao castigo mitológico dos Donaides. Ninguém lhe lia já hoje meia dúzia de páginas. Os que, porventura, lhas lessem, careciam logo de se acautelar, não só contra o sectarismo violento de Teófilo Braga, mas ainda contra a sua generalização leviana, como também contra a sua pouca fidelidade às fontes e aos documentos de que se servia.

Se Teófilo Braga, pelo seu radicalismo faccioso e arcaico, não fôsse um símbolo, decerto que baixaria à sepultura no meio da mais completa indiferença. É duro escrever-se assim dum morto, com as suas cinzas ainda quentes. Mas a justiça manda que, sem entrarmos na apreciação do homem, sejamos inexoráveis com o escritor! De resto, o descrédito intelectual de Teófilo passara já à categoria de lugar comum. O brasileiro Sílvio Romero depenara-lhe implacàvelmente a suposta plumagem scientífica num livro que ninguém em Portugal desconhece. O prof. Ricardo Jorge deixou-o a escorrer sangue numa brochura divulgadíssima. E, solicitando-lhe uma revista alemã, cujo nome neste momento me não ocorre, um estudo sintético sôbre a literatura portuguesa, só lh'o publicou, depois de revisto e joeirado por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Quero eu dizer com isto que Teófilo Braga era um imbecil ou um simples grafómano? Fora de mim semelhante idéa!

Sem dispôr de qualidades mentais brilhantes, Teófilo Braga, pela natureza dos estudos a que se dedicou entre nós primeiro de que ninguém, estava destinado pelas circunstâncias a ser o nosso Menéndez y Pelayo. Mas a Teófilo Braga deformava-o, estruturalmente, um furioso e dogmático jacobinismo. Inverteu, por completo, a visão da nossa história, tomando posições de hostilidade sistemática contra a Igreja e contra a Realeza, — as duas grandes disciplinas sociais que geraram e tornaram possível a gloriosa pátria portuguesa. Nada, pois, mais anti-nacional do que a obra de Teófilo Braga!

Intitulando-se discípulo de Augusto Comte, até a própria essência do Positivismo corrompeu. Claro que a filosofia de Comte não nos interessa a nós, os que olhamos para mais alto e para bem mais longe. Ela é um dos aspectos da depressão insanável dos espíritos a que o agnoticismo e o relativismo podem levar. Contudo, nos ensinamentos críticos de Comte há princípios que contribuiram eficazmente para a reconstrução autoritária em que se empenha o pensamento contemporâneo. Charles Maurras, — o teórico aclamadíssimo da Monarquia, é um descendente confesso de Comte, e, não se ignoram as repulsas ásperas que a Comte arrancaram a Revolução-Francesa, o Liberalismo, o mito da Soberania-Popular e os abusos financeiros do que Comte chamava a «Bancocracia».

Também Comte se inclinava diante do papel civilizador da Igreja, aplaudindo a acção temporal do Pontificado durante a Idade-Média, e não escusava os seus elogios de reverente admiração à Companhia de Jesus, chegando mesmo a propôr aos Jesuítas uma aliança, em face dos perigos que já então ameaçavam a civilização ocidental.

Recebendo de Comte o que de pior havia na sua doutrina, Teófilo Braga transmitiu-lhe a sua avaríose política. Mesmo dentro dêsse aspecto, Teófilo Braga exerceu os seus processos inevitáveis de desordenador das idéas dos outros. Por mal? Seguramente que não! Teófilo Braga sofria, decerto, de qualquer obliqüidade cerebral que, por desgraça, feriu de esterilidade tôda a sua existência longa de trabalhador. Tipo perfeito do «sábio» que esquematiza as suas paixões, para as definir depois como conceitos, a obra de Teófilo ascende a mais de cem volumes. Que se aproveita dela? Nem os materiais carreados, —que os carreou afanosamente!—, porque é mister indispensável, para quem os utilize, verificar-lhes a autenticidade e a procedência.

Some-se assim, em pleno desamor dos que em Portugal se esforçam por volver às nascentes históricas da *lusitanidade*, quem como Teófilo Braga se apresentou na feira das letras defendendo, contra as opiniões de Alexandre Herculano, a anterioridade em Portugal da nação ao Estado, ou seja a absoluta identidade dos «portugaleses» da Reconquista com os lusitanos de Viriato. Mas o «lusitanismo» de Teófilo Braga, além de documentado em fantasiosos alicerces, levava consigo o propósito de introduzir, na nossa história, como germen activo da pátria portuguesa, o preconceito «povo», no seu significado democrático e revolucionário. A nossa história tornava-se dêste modo para Teófilo uma como que pre-figuração da república. Daí o seu ódio melodramático aos Reis, as suas diátribes incessantes à Igreja, a sua defesa acalorada dos Judeus, o seu apêgo a quanto, moral e socialmente, constituísse um agente dissociativo da forte unidade católica e monárquica em Portugal.

Como representante duma tão deplorável mentalidade, Teófilo Braga foi o «último». São outros hoje os rumos que na sua quási unanimidade norteiam os pensadores e intelectuais do meu país. Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, Teófilo Braga sentiu, decerto, o isolamento que o rodeava,—o ermo em que o abandonavam os seus próprios alunos. Bandeira de livre-pensadores semi-analfabetos, eis o rasto que fica de Teófilo Braga! As erratas à sua obra seriam, sem exagêro, pouco menos volumosas do que ela. E, no entanto, morreu «alguém». Alguém, que foi vítima das superstições racionalistas do seu tempo, mas que tinha talvez nascido, se o seu critério fôsse mais alto, para erguer à glória de Portugal um monumento tão imperecível como o que Menéndez y Pelayo ergueu à glória de Espanha!

Conferências

A convite da *Residencia de Estudiantes*, de Madrid, realizou naquela interessante casa de estudo uma conferência, subordinada ao tema *Ocidentalismo e Spenglerismo*, o nosso director, dr. António Sardinha. No próximo número registaremos algumas opiniões recolhidas da imprensa espanhola. Dando hoje apenas a notícia aos nossos leitores, assinalamos ainda que na Peninsula é a primeira tentativa de refutação que se conhece às divulgadas e perniciosas teorias de Oswaldo Spengler.

«América Brasileira» ★ ★ ★

São inúmeras as atenções que devemos à *América Brasileira*, a esplêndida revista do Rio, de que é director o nosso eminente amigo, senhor Elysio de Carvalho. Só a irregularidade da *Nação Portuguesa* nos lançou no feio, mas involuntário pecado do silêncio. Publicou a *América Brasileira* o retrato do nosso director e reproduziu na íntegra o ensaio sôbre *O significado do «Amadis»* e o estudo *A lição do Brasil*. As palavras com que gentilmente acolhia êsses trabalhos serão aqui arquivadas. Então mais detidamente expressaremos a Elysio de Carvalho o muito que lhe devemos e o muito que lhe queremos, ocupando-nos conjuntamente do seu último livro *Laureis insignes*, em que a pena elegante do autor dos *Bastiões da nacionalidade* e da *Brava gente* se cobre de nova glória, ao mesmo tempo que se impõe ao reconhecimento sincero de quantos em Portugal saibam agradecer a justiça que ainda se presta ao nosso passado de povo descobridor e evangelizador.

Carlos Malheiro Dias ★ ★ ★

Recebemos a *Exortação à Mocidade*, — conferência que o insigne autor de *Os Teles de Albergaria* e formidável ordenador da *História da Colonização* recitou aos pássaros e às árvores do Bussaco, (porque não protestaram os senhores do telegrama a Unamuno contra a arbitrariedade que fechou a boca a Malheiro Dias?), quando a devia ter pronunciado na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra. No próximo número ocupar-nos-emos com a atenção merecida dessa heroica e fremente confissão de fé nacionalista. Hoje, com a nossa inteira solidariedade, significamos ao eminente homem de letras a nossa fervorosa e incondicional admiração.

Nós e o senhor Unamuno ★ ★

Nada temos que ver com o destêrro do senhor Unamuno. A solidariedade dispensada por uns tantos intelectuais, que são a negação perfeita da inteligência, ao catedrático de Salamanca não nos merece senão um pequeno sorriso de mofa. O senhor Unamuno não foi expulso de Espanha como «pensador». Autor dum artigo jornalístico, que denota a mais completa ausência de dignidade mental, o seu «caso» é um caso de política interna espanhola que não nos interessa. O que nos interessa é acentuar que o senhor Unamuno, — habil prestidigitador de idéas alheias, passa indevidamente para alguns analfabetos que sabem ler como um «amigo de Portugal». Insultador da memória do grande rei D. Carlos, êle espalhou a inconcebível opinião de que nós, os portugueses, somos um povo de suicidas. Tal disparate avulta, inclusivamente, em livros sérios, como o Portrait d'Espagne, *de Maurice Legendre. É tempo de protestarmos contra o seu falso «lusitanismo»! Dêsse falso «lusitanismo» há só um resultado à vista: — o senhor Teixeira de Pascoais arvorado em grande poeta para efeitos de exportação... Adiante, porém. E seja para afirmar o nosso repúdio por um escritor, em tudo alheio ao que existe de mais belo no génio peninsular. O que lamentamos é que os poucos escritores portugueses que se solidarizaram com Unamuno (agora passeando em França e na Bélgica a sua bilis de despeitado, por entre uma plebe de inqualificáveis primários) não se lembrassem de pedir ainda aos governos da república a reversao à família de Eça de Queiroz da pensão que baixos motivos facciosos lhe arrancaram. Isso sim, que lhes ficava bem!*

Transcrevemos a seguir de El Sol *um memorando juizo de Ramiro de Maeztu, que abrirá de certo os olhos a muito boa gente:*

Palos de ciego

Que el Sr. Unamuno, amigo Grandmontagne, nos llame esclavos y «ratés» es lo mismo qui si un ciego propalase la especie de que tenemos la piel verde. El Sr. Unamuno se caracteriza por no haber hecho nunca un juicio critico estimable. Con su fama y sus años hubiera podido descubrir media docena de talentos jóvenes. Nunca lo ha hecho. Tengo los libros del Sr. Unamuno a la vera de mi butaca de lectura. Frecuentemente suelo abrir alguno de sus volúmenes de ensayos. Me pregunto si habrá dejado alguna vez el señor Unamuno de pensar en si mismo para ponerse a conjeturar acerca de cómo son otras personas. Nunca lo ha hecho. Los nombres que aparecen en sus páginas se dividen en dos grandes grupos: los utilizables y los apedreables. He llegado a la conclusión de que la Providencia, tan generosa com el señor Unamuno, le ha negado, sin embargo, el único talento realmente apetecible: la capacidad contemplativa, que permite a los hombres salirse de sí mismos para vivir en los demas.

Esta es la razón de que el señor Unamuno no sea novelista. Un novelista ha de ver mucho, porque sólo si se ve mucho se llega a poder concebir un personaje. Una concepción no es sino una serie de visiones superpuestas y fundidas en una. Don Quijote es la visión del Cervantes joven, el de Lepanto y de Argel, batallador e idealista, más la visión del Cervantes viejo, desengañado, fracasado y preso, todo ello unificado, concretado objetivamente, como si fuera otra persona. Y porque se puede ver a sí mismo

como a otro le es posible representarse a los demás y darles vida. Pero en las novelas del Sr. Unamuno no se siente el personaje principal, sino como a un caracol al que se le hubiera tapado el agujero y se estuviese dando de cabezadas contra la concha. Y los demás personajes no pasan de ser paredes de concha o cabezas de turco.

A esta incapacidad contemplativa del Sr. Unamuno debemos uno de sus libros de mayor empeño. El Sr. Unamuno no ha sabido ver nunca que Cervantes ama a Don Quijote al mismo tiempo que lo ridiculiza. El Sr. Unamuno no concibe que se quiera lo que se burla. Esto significa que el Sr. Unamuno carece de lo que llamaba Dante «intelecto de amor», porque todo amor humano es así: cínico en la crítica y místico en el credo. El Sr. Unamuno se revuelve contra el ridiculo en que Cervantes hace caer a Don Quijote y defiende a Don Quijote contra el mundo y contra Cervantes. No comprende que por mucho que quiera a Don Quijote, no lo querrá nunca tanto como el que lo ha vivido, lo ha sufrido, lo ha concebido y lo ha parido. Y es demasiado monstruosa la pretensión de haber salvado a D. Quijote de las iras de un padre desnaturalizado. La grandeza de Don Quijote consiste en estar sentido al mismo tiempo con escarnio y con admiración, con befa y con piedad, con alejamiento y con ternura. Destruir esta armonía de contrarios fuera acabar com el Quijote. A ello apuntó el señor Unamuno, celoso de la gloria de Cervantes. No dió en el blanco. Pero esto precisamente es lo que significa la palabra «raté»: no haber dado en el blanco.

La religión es el tema favorito del Sr. Unamuno. Debemos agradecérselo, porque de nada estamos más necesitados que de almas religiosas. Pero la religión tiene tres aproches. Uno es el contraste entre lo que puede llamarse Natura y Sobrenatura. Hay en el mundo algo más de lo que vemos. El orden no puede proceder del caos. La vida no se puede originar en la mera materia. La conciencia no es meramente la vida. La valoración moral no es una mera valoración del gusto. ¿De dónde vienen estas esencias superiores? Aquí las especulaciones de Platón y de Santo Tomás, de Plotino y de Eckhardt, las teologías de los grandes especulativos, y también los amores de los místicos. Hay un segundo aproche. El hombre siente sus potencialidades, la grandeza de las facultades que le han sido concedidas y la miseria en que se halla sumido. Es el contraste entre el Pecado actual y la Redención a que aspira. Este contraste constituye el tema de San Pablo, el de San Agustín y el de Pascal.

Y aún queda un tercer aproche. Es el temor a la muerte que sienten las almas que no han salido nunca de sí mismas. Aquí faltan los grandes precedentes. La razón de que falten la explica el pensador de Avila, Jorge Santayana, profesor de filosofía de la Universidad de Harvard, en su libro «Reason in Religión»: «Se puede asegurar que ningún hombre de alma profunda ha hecho de la prolongación de su existencia la piedra de toque de sus entusiasmos. Este instinto es carnal, y si la inmortalidad ha de añadir a la vida una inspiración más elevada, no ha de ser una inmortalidad de egoísmo. ¡Qué despreciable criatura ha de ser un hombre, y cuán por debajo del nivel de la virtud más bárbara ha de haber caído, si no le basta vivir para sus hijos, su arte o su país!» De este tipo de hombre había dicho líneas antes el Sr. Santayana que: «No interesándole aparentemente cosa alguna más que sus propias carreras, se olvida de que un hombre puede acordarse de lo poco que cuenta en el mundo...» A este tipo pertenence, sin embargo, el Sr. Unamuno. No hay para el otro problema religioso que el de no morirse. Y es precisamente porque el Sr. Unamuno no ha tenido nunca capacidad contemplativa, que es vivir fuera de sí mismo y rozar con los dedos la inmortal vida del espíritu, por lo que tanto le angustia la idea de la muerte, no sea que también le niegue el tiempo lo que no ha podido gozar en el espacio.

Este solipsismo del Sr. Unamuno debiera haberle hecho poeta lírico, y no lo es. Hay cientos de miles de americanos y españoles que saben de memoria versos de Rubén, de Zorrilla, de Campoamor o de Espronceda. No habrá diez que sepan versos del Sr. Unamuno. ¿Qué le falta para ser poeta? No es el manejo, ni el conocimiento del lenguaje. No hay entre los modernos poeta alguno que haya trabajado el castellano lo que el Sr. Unamuno. Pero la mejor máquina no

anda sin aceite, y el aceite del idioma es la musicalidad. Esta es una virtud que no se adquiere con la filología. Es la expresión hablada, pintada, plástica, o armónico-melódica, de una felicidad interna, que nunca ha conocido el Sr. Unamuno. Musicalidad, en otras palabras, es la expresión de la capacidad contemplativa.

Y por no haber vivido sin vivir en sí mismo es por lo que ahora se da el espectáculo de que el señor Unamuno renuncie a la filosofía, al ensayo, a la novela, a la poesia y a la religión, para dedicarse exclusivamente a dar guerra en el mundo, «como para que vean quién soy yo», y por lo que después de haber tratado durante cerca de diez años de erigirse en el Samuel Levy o consejero del trono, se dedica últimamente a revolucionario. Es posible que el señor Unamuno alcance como libelista la fama que le negaran los demás géneros de la literatura. Quizás destine la Providencia al Sr. Unamuno a ser el Rochefort o el Cassagnac o el Drumont o el León Daudet, de España. No deja de ser posición considerable. Pero los que fuimos los admiradores del señor Unamuno, los que nos prometíamos que el éxito le daría la capacidad de amor que le faltaba, consideramos esta última fase de su vida como um derrumbamiento.

RAMIRO DE MAEZTU

Centenário de S. Tomás ★ ★

Também Portugal se associa à grande comemoração universal em honra do Anjo das Escolas. Constituiu-se uma comissão, de que fazem parte alguns dos mais escolhidos nomes dos nossos meios religiosos e políticos, com o fim de se celebrar devidamente a memória e a obra do glorioso Doutor-Angélico. Tão ligada anda a reviviscência do Tomismo à ressurreição do pensamento ocidental que S. Tomás é bem, na frase expressiva de Jacques Maritain, o «apóstolo dos tempos modernos». Portugal, então, pelo caracter especial que o nosso século XVII assumiu como século imbuido de escolasticismo, não se podia desprender das festas decretadas pela Igreja em louvor duma das suas mais belas lucilações. Português era o admirável Fr. João de Santo Tomás, professor na Universidade de Alcalá e que Maritain considera como o único espírito que levaria de vencida Descartes no alvorecer da chamada «filosofia moderna», se as circunstâncias históricas o houvessem permitido.

É a seguinte a lista das individualidades que formam a comissão portuguesa:

Presidente efectivo: Sua Eminência o Sr. Cardeal Patriarca, D. António Mendes Belo.

Presidentes de honra: Mons. Nicotra dig.^mo^ Núncio Apostólico em Lisboa, e D. Domingos Frutuoso, dig.^mo^ Bispo de Portalegre.

Vice-presidente: Rev. Conego Manuel Anaquim, vigário geral do Patriarcado.

Secretário: Rev. Conego Joaquim Martins Pontes, secretário do Sr. Cardeal Patriarca.

Vogais:

Mons. dr. Effreu Forni, secretário da Nunciatura Apostólica de Lisboa.

Rev. padre Pio Cleary do Colégio dos Dominicanos Irlandeses em Lisboa.

Dr. Francisco Jorge.

Dr. João da Trindade.

Padre Augusto de Araujo.

Dr. Leonardo de Castro.

Padre Valério Cordeiro.

Dr. Pereira dos Reis.

D. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, director da Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra.

Dr. José Maria Rodrigues, professor da Faculdade de Letras na Universidade de Lisboa.

Rev. Caullet, reitor da Igreja dos Franceses.

Dr. Gonçalves Cerejeira, professor da Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra.

Mons. Cullen, presidente do Colégio dos Inglesinhos.

Padre Agostinho Clussi.

Rev. Joaquim Alves Correia, vice-procurador das Missões.

Dr. João Baptista Ribeiro Coelho, prior de Santos-o-Velho.

Cónego Francisco Maria Félix, reitor do Seminário de Santarém.

Dr. Abel de Andrade, director da Faculdade de Direito na Universidade de Lisboa.

Dr. Gomes Teixeira, professor de Sciências na Universidade do Pôrto.

Cons. José Fernando de Sousa, director de *A Época*.

Dr. José Tavares, professor de Direito na Universidade de Lisboa.

Dr. D. António Forjaz, professor de Sciências na Universidade de Lisboa.

Dr. Pacheco de Amorim, professor de Matemática na Universidade de Coimbra.

D. Tomás de Vilhena, senador e publicista.

Conde de Mafra, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Conde de Nova Goa, publicista e professor do Instituto Superior de Agronomia.

Dr. Pequito Rebêlo, publicista.

Dr. António Sardinha, publicista.

Dr. Bento Carqueja, professor na Universidade do Pôrto.

Dr. António Lino Neto, professor do Instituto Superior Técnico de Lisboa.

Dr. Joaquim Diniz da Fonseca, redactor das *Novidades*.

Dr. Trindade Coelho, publicista.

Cons. J. Joaquim Mendes Leal, professor do Instituto Superior do Comércio de Lisboa.

Dr. Weiss de Oliveira, médico.

Dr. Domingos Pinto Coelho, advogado e publicista, vice-presidente da Associação dos Advogados.

Dr. Cunha e Costa, advogado e publicista.

Dr. Serras e Silva, professor de medicina na Universidade de Coimbra.

Vítor Marques de Oliveira, presidente da direcção da Juventude Católica de Lisboa.

Em harmonia com o programa traçado, realizaram-se já algumas conferências. Foi a primeira a do senhor Bispo de Portalegre sôbre Santo Tomás como «santo»; *a segunda na* Liga Naval, *do nosso director, dr. António Sardinha, tendo por tema* «Santo Tomás e o pensamento contemporâneo»; *a terceira do nosso secretário, dr. Manuel Múrias, àcêrca do* «Conceito de Estado em Santo Tomás»; *e a quarta do eminente sábio, doutor Gomes Teixeira, tendo por objecto* «Santo Tomás e a astronomia do seu tempo». *Congratulamo-nos por esta dupla demonstração de fé e de inteligência,—sinal bem vivo de que tempos novos alvorecem para Portugal.*

Depoïmentos

O atraso e a irregularidade da nossa revista não nos permitiram que na série anterior registássemos vários artigos de escritores estrangeiros referentes às idéas da Nação Portuguesa *e às pessoas que mais de perto nos acompanham. Êsses artigos da pena de Jackson de Figueiredo, do Marquês de Lozoya, de Luis Araquistain, de Enrique Dias Canedo, constituem para nós um belo titulo de nobreza intelectual. Vencemos com êles a irrisória mortalha de silêncio com que nos quiseram sufocar. E a prova têmo-la no que a seguir transcrevemos do* Mercure de France, *devido ao conhecido lusófilo francês senhor Philéas Lebesgue, de formação mental tão diferente e até mesmo antagónica da nossa. Os outros testemunhos serão sucessivamente reproduzidos, para com êles assinalarmos os diversos estadios da nossa já longa viagem. E inserindo as palavras generosas do senhor Philéas Lebesgue, a* Nação Portuguesa *significa-lhe o seu aprêço e o seu reconhecimento.*

Un formidable bouillonnement d'idées agite le monde actuel. Chaque nation fait le bilan de son passé, de ses aspirations séculaires, de ses énergies, et le travail chez les petites est d'autant plus fiévreux que les incertitudes du présent les condamnent à une plus sourde inquiétude. Comme au temps des guerres de religion, l'œuvre de coordination des forces antagonistes se poursuit d'un continent à l'autre, et deux camps adverses se partagent le monde. De chaque côté, l'on prétend instaurer ou restaurer une autorité supra-nationale qui viendrait assurer le respect des traités et consacrer la paix définitive: Société des Nations ou Pontificat catholique.

C'est à la lumière de ces préoccupations qu'il faut analyser maintes publications doctrinales d'ordre économique, politique ou social. Sans vouloir ici prendre parti d'aucune façon,

nous aurions mauvaise grâce à ne pas reconnaître le caractère impressionnant de l'argumentation *intégraliste*, surtout quand elle s'appuie sur une interprétation de l'histoire aussi fouillée, aussi vivante que celle dont M. António Sardinha nous offre l'exemple dans ses études de la *Nação Portuguesa:* **Le génie Péninsulaire,** *1640, Théorie du Municipe, etc.*

«Le génie péninsulaire, dit-il, est la source légitime de l'unique impérialisme qui soit pacifiquement civilisateur, parce qu'il est une souveraineté spirituelle: la Papauté».

Aussi bien, voit-il dans l'hérésie de Luther le point de départ de la décadence de l'Espagne. La collaboration spontanée des deux royaumes amis Castille et Portugal disparut, et la mission de l'Ibérie dans le monde cessa de pouvoir s'accomplir. Tel serait le sens pathétique du *Don Quichotte.* La lutte fratricide entre les deux nations péninsulares fut le fruit du rêve insensé de monarchie œcuménique, qui vint ruiner la féconde harmonie des deux nations sœurs. Le Portugal de 1640 retrouva le premier le sens de ses destinées véritables, aidé en cela par le sentiment mystique de résurrection, qu'il a hérité de ses plus lointaines origines: le Sébastianisme. Le symbolique Dom Sébastien ne s'apparierait pas seulement au Roi Artur de Bretagne, mais encore au Saturne des légendes protohistoriques de l'Occident.

Et M. Sardinha d'invoquer à l'appui de sa thèse celto-lusitanienne l'attestation de Menendez y Pelayo:

«Point n'est vaine la tradition qui place en Portugal ou en Galice le berceau de l'*Amadis* et de la plupart des légendes chevaleresques. De là les explorations portugaises à travers la Mer Ténébreuse, vers les Iles enchantées mentionnées par Saint Brandan».

Comme on voit, M. António Sardinha manifeste une conception essentiellement dynamique de l'histoire, qu'il interprète par l'intelligence et non plus, à la façon romantique, par le sentiment pur. L'histoire devient ainsi un moyen incomparable de connaître le présent, et M. Castelo Branco Chaves pense qu'Eça de Queiroz lui-même ne la considérait pas autrement.

Tel est aussi notre avis, et nous sommes enclin à penser que, parmi les fondateurs de la République, nombreux furent ceux qui cherchèrent à deviner ce que tels ou tels événements du passé pouvaient avoir gardé d'actuel.

Toujours est-il que, parmi les plus brillantes études consacrées à l'illustration du maître (*Eça de Queiroz: In Memoriam*), il faut citer les pages de M. António Sardinha: *La dépouille de Fradique,* dont la conclusion fait carrément d'Eça un précurseur de *l'intégralisme,* un maître de la contre-révolution, ce qui paraît tout de même un peu forcé.

«... vale mais ser anti-liberal, alheio a formas de govêrno, do que liberal monárquico».

Mariotte

(De *A Época de 17-9*)